



REVISTA
BRASILEIRA
DO CARIBE

DOSSIÊ

Visualidades e memórias:
cruzamentos entre o patrimônio
latino-americano e caribenho
na arena pública da História

VOLUME 22
JAN/JUN 2021

42



GRUPO DE PESQUISA
GMAD
"O Mundo Atlântico e as suas Diásporas"



Universidade Federal do Maranhão - UFMA



REITOR

Natalino Salgado Filho

PRÓ-REITOR DA AGEUFMA - Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização

Fernando Carvalho Silva

DIRETORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Flávia Nascimento

COORDENADORA DO PPHis - Programa de Pós-Graduação em História

Soraia Sales Dornelles

VICE-COORDENADOR DO PPGHis - Programa de Pós-Graduação em História

Josenildo de Jesus Pereira

© 2023 - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste número poderá ser reproduzida, seja por quais forem os meios empregados, sem a permissão por escrito da Coordenação do PPGHis.

As ideias, pensamentos, opiniões, conceitos ou visões emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Os artigos recebidos para publicação são apreciados por no mínimo 2 (dois) revisores escolhidos preferencialmente entre os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e Consultores Ad Hoc.



ISSN: 1984-6169

Qualis/CAPES (2017-2020): A4

Revista Brasileira do Caribe é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História (PPHis) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de acesso aberto, e que tem por missão focalizar o estudo das culturas afro-americanas na sua relação com outras culturas e com suas matrizes africanas, apoiando-se na mais ampla interdisciplinaridade.

Fone/Fax: +559832728391 ou 8392

E-mail: revista_brasileira_caribe@hotmail.com

URL: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe>

Revista Brasileira do Caribe | Grupo de Pesquisa Estudos Caribenhos

Dossiê: Visualidades e memórias: cruzamentos entre o patrimônio latino-americano e caribenho na arena pública da História

Organização do Dossiê: Ivânia Valim Susin e Fernanda Luiza Teixeira Lima

EDITORES

Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro de la Fuente (Harvard University - Cambridge, Estados Unidos da América do Norte), Aline Helg (Université de Genève - Suíça, Suíça), Antonio Maurício Dias da Costa (Universidade Federal do Pará, Brasil), Consuelo Naranjo Orovio (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC/Madrid, Espanha), Jaime Almeida (Universidade de Brasília - UnB, Brasil), João José Reis (Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Maria Bernadette Thereza Porto (Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil), Laura Muñoz (Instituto Mora - México, México), Olga Rosa Cabrera Garcia (Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil), Sílvia Cezar Miskulin, Brasil), Soraia Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão, Brasil), Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília - UnB, Brasil).

CONSELHO CONSULTIVO

Brigida Manuela Pastor (Swansea University, Reino Unido, Espanha), Carine Dalmás (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil), Danilo Rabelo (Universidade Federal de Goiás, Brasil), Dernival Venâncio Ramos (Universidade Federal do Tocantins, Brasil), Elena Cristina Palmero González (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Juan José Baldrich (Universidad de Puerto Rico Recinto de Río Piedras, Porto Rico), Kátia Couto (Universidade Federal do Amazonas, Brasil), Marcos Antonio da Silva (Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil), Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, Luiz Sergio Duarte da Silva (UFG, Brasil), Patsy Lewis (Sir Arthur Lewis Institute for Social and Economic Studies (SALISES), Jamaica), Roland Walter (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil), Rose Mary Allen (University of the Netherlands Antilles), Olga Portundo (Universidad de Santiago de Cuba, Cuba).

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Haroldo Matos

Ilustração da capa:

Image by <a href="https://www.freepik.com/free-vector/geometric-turquoise-pattern_824114.

htm#query=latin%20america%20pattern&position=12&from_view=search&track=ais">Freepik

Revista Brasileira do Caribe. Universidade Federal do Maranhão, vol. 22, nº 42, (jan./jun. 2021, São Luis, Edufma, 2021. Semestral. Descrição baseada em vol. XVIII, nº 35, (jul/dez 2017) 260p. ISSN: 1518-6784 .

1.Caribe-História-Periódicos

CDU:94(1-928-9)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Ivânia Valim Susin e Fernanda Luiza Teixeira Lima

05

PATRÍCIA BERTOZZO

Imagens de Anita: a construção visual da memória da “Heroína dos dois mundos”

Imágenes de Anita: la construcción visual de la memoria de la “Heroína de ambos mundos”

Images of Anita: the visual construction of the memory of the “Heroine of both worlds”

07

JANAILSON MACÊDO LUIZ

Entre encontros e confrontos: olhares para participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

Entre encuentros y confrontaciones: perspectivas sobre la participación negra en la Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

Between meetings and confronts: perspectives on black participation in the Araguaia Guerrilla War (1972-1974)

21

RAPHAEL COELHO NETO

A revista Chile-América como arquivo da denúncia: a violência política da ditadura pinochetista por meio de testemunhos e imagens

La revista Chile-América como archivo de denuncia: la violencia política de la dictadura de Pinochet a través de testimonios e imágenes

The magazine Chile-América as an archive of the complaint: the political violence of the Pinochet dictatorship through testimonies and images

38

FERNANDA LUIZA TEIXEIRA LIMA

Temporalidades e desafios da musealização das ditaduras militares do Cone Sul a partir da análise do Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos

Temporalidades y desafíos de la musealización de las dictaduras militares del Cono Sur desde el análisis del Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos

Temporalities and challenges of musealization of the military dictatorships of the Southern Cone from the analysis of the Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos

56

ELTON RIGOTTO GENARI

Pina, Na Luz e no Ciberespaço – Temporalidades, memória e ciberética

Pina, en la luz y en el ciberespacio – temporalidades, memoria y ciberética

Pina, in light and in cyberspace – temporalities, memory and cyberetics

72

EDITORIAL

“Visualidades e memórias: cruzamentos entre o patrimônio latino-americano e caribenho na arena pública da História”

O entendimento sobre as diferentes formas de expressão e manifestações da cultura visual na América Latina e no Caribe, é tema frequente nos estudos e ensino de História das Américas em seus diversos níveis por especialistas nacionais e estrangeiros(as). Neste conjunto, em especial, destacam-se reflexões que consideram os efeitos e a memória da antiga condição colonial, da violência de Estado e da busca pela inserção identitária, na forma disposta em museus, monumentos, meios de comunicação, literatura e demais representações contemporâneas.

Este presente dossiê, publicado no número n. 42, 2021, v. 22, na *Revista Brasileira do Caribe*, publicação do Grupo de Pesquisa de Estudos Caribenhos e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, reúne 05 artigos escritos em português, por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil que analisam, em variadas perspectivas, os processos de construção de identidades e reelaboração da memória vivenciados pelos países latino-americanos ao longo da segunda metade do século XX.

Pelo viés da História Pública, as análises possuem como ponto de partida não apenas o conhecimento produzido na “instituição histórica” (CERTEAU, 1982), mas, ainda, aquele da Didática da História, no âmbito de um Ensino de História consciente da complexidade dos processos de ensino e aprendizagem, e, também, a perspectiva da “cultura histórica” (RÜSEN, 2010), sublinhada, sobretudo, em sua “dimensão cognitiva”, onde a memória encontra a argumentação e a crítica, permitindo ao presente ocupar-se de seu passado de forma democrática.

Utilizando distintas fontes escritas e orais, os diferentes textos privilegiam os seguintes objetos: os ativismos, os movimentos sociais e as diferentes manifestações do poder estatal na região; as prerrogativas de minorias étnicas na configuração dos espaços expositivos; as disputas do tempo presente em torno da monumentalização como forma de homenagem a figuras associadas ao contexto do colonialismo e de práticas racistas; as expressões artísticas decoloniais, sejam elas no campo da literatura, do audiovisual, da história oral, da museografia ou da tecnologia; entre outras ações e agentes que contribuam com a construção de uma narrativa pública sobre os desafios sociais e de pertencimento dos povos caribenhos e latino-americanos na contemporaneidade.

O dossiê se inicia com o artigo de Patrícia Bertozzo, que apresenta um breve panorama das diferentes representações e construções de sentido sobre a brasileira Anita Garibaldi, a partir da análise de textos em manuscritos produzidos ao longo do século XIX e em imagens materializadas em diversos dispositivos artísticos, elaborados no século XX e início do século XXI.

A autora aponta como as diferentes narrativas visuais sobre a revolucionária brasileira ajudaram a construir uma imagem heroica de Anita por amor à Garibaldi, ressaltando traços de mulher virtuosa e exemplo a ser seguido por seus ideais e pelo cumprimento de suas funções femininas. Embora as representações iniciadas no século XXI tenham buscado

desvincular desse modelo restrito de “heroína por amor ao seu amante”, a construção imagética de Anita parece replicar os conceitos patriarcais e machistas da época.

O dossiê prossegue com três artigos sobre as ditaduras militares do Brasil e do Chile, países frequentemente abordados nos estudos sobre os regimes autoritários da segunda metade do século XX, na América Latina, especialmente, sobre o modelo de repressão empregado e as formas de resistência de setores das sociedades dos dois países. Nesse sentido, o artigo de Janailson Macêdo Luiz aborda a famosa guerrilha do Araguaia (1967-1974), mas por uma perspectiva pouco trabalhada nos estudos sobre o tema.

A sub-representação pela historiografia de personagens negros (as) que participaram do movimento armado desencadeado na região norte do Brasil em contraposição à ditadura, é o ponto de partida da discussão. Luiz investiga as experiências sobre a atuação de homens e mulheres negras entre a população que habitava a confluência dos estados do Pará e entre os próprios militantes, ampliando a compreensão sobre o conflito e o resgate das lutas da população negra contra o abuso de poder e o racismo, historicidade presente no Brasil em uma longa duração.

Raphael Coelho Neto, ressalta a importância da revista chilena Chile-América na formação de um acervo sobre a memória da violência política da ditadura de Pinochet e a resistência das forças progressistas do país, que compunham o editorial do periódico. Entre 1974 a 1983 foram produzidos 89 números em edições duplas ou triplas, com circulação trimestral. Para Neto, a composição textual e linguagem imagética utilizada na revista obteve um papel importante na denúncia das violações sofridas por opositores ao regime e na contraposição das versões militares a respeito do desaparecimento ou assassinato de vítimas do aparato repressivo chileno.

Ainda sobre o tema da ditadura militar chilena, Fernanda Lima aborda os desafios das políticas públicas de memória empregadas após o fim dos regimes militares no ConeSul, que incluem a musealização do passado autoritário a partir da análise do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos* na capital do país. A autora discute as influências das diversas temporalidades nas narrativas do museu, sua função pedagógica e as potencialidades e limites do imperativo ético-moral da instituição.

O dossiê termina com o artigo de Elton Rigotto Genari que se ocupa em refletir sobre o processo de digitalização e extroversão de acervos museais, sobretudo no que tange ao uso de redes sociais, a partir da experiência da Pinacoteca, museu de arte mais antigo do estado de São Paulo. Para Genari, as novas tecnologias de comunicação empregadas pelo espaço propiciam novas reflexões acerca das diversas temporalidades presentes nas narrativas do museu, em um contexto marcado por aproximações e tensões ocasionadas pela crescente conectividade.

Com isso, a expectativa é que este conjunto de artigos contribua para o compartilhamento de textos e leituras de pesquisadores das Américas, para a apresentação de novas metodologias e mecanismos de divulgação, e para o fortalecimento de reflexões sobre novos atores, espaços e experiências da região latino-americana, por vezes silenciados dentro da própria historiografia.

Ivânia Valim Susin
Fernanda Luiza Teixeira Lima
Organizadoras do dossiê

Imagens de Anita: a construção visual da memória da “Heroína dos dois mundos”

Imágenes de Anita: la construcción visual de la memoria de la “Heroína de ambos mundos”

Images of Anita: the visual construction of the memory of the “Heroine of both worlds”

Patrícia Bertozzo

 <https://orcid.org/0000-0003-3879-4240>

Resumo | O presente artigo pretende discutir o processo de construção das narrativas, principalmente visuais acerca da memória de Anita Garibaldi. Entende-se que os discursos e imagens produzidos ao longo dos séculos XIX, XX e atualmente são detentoras de intenções e, portanto, reveladoras de relevantes aspectos ligados a cultura e sociedade dos locais e períodos em que foram produzidos.

Palavras-chave | Anita Garibaldi. Materialidades. Visualidades. Memória.

Resumen | El presente artículo tiene como objetivo discutir el proceso de construcción de narrativas, especialmente visuales, sobre la memoria de Anita Garibaldi. Se entiende que los discursos e imágenes producidos a lo largo de los siglos XIX, XX y en la actualidad son portadores de intenciones y, por tanto, reveladores de aspectos relevantes relacionados con la cultura y la sociedad de los lugares y períodos en que fueron producidos.

Palabras clave | Anita Garibaldi. Materialidades. Visualidad. Memoria.

Abstract | The present article aims to discuss the process of construction of narratives, especially visual ones about the memory of Anita Garibaldi. It is understood that the discourses and images produced throughout the nineteenth, twentieth centuries and currently are holders of intentions and, therefore, revealing relevant aspects related to culture and society of the places and periods in which they were produced.

Keywords | Anita Garibaldi. Materialities. Views. Memory.

O nome de Anita Garibaldi está inscrito no “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”, juntamente com os de outras poucas mulheres como Anna Nery, Bárbara Pereira de Alencar, Clara Felipa Camarão, Jovita Alves Feitosa e Zuzu Angel. Reconhecidas por atitudes ou atuações consideradas heroicas, que vão desde o cuidado com feridos na Guerra do Paraguai, a luta contra as invasões holandesas em Recife, o uso de disfarce masculino para lutar nas trincheiras de uma guerra, prisão política por ideais emancipacionistas até a busca por desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. O amálgama que une mulheres de épocas e ideais diferentes como heroínas da Pátria é o fato de serem consideradas excepcionais e exemplos a serem seguidos.

Entre as poucas mulheres reconhecidas oficialmente como heroínas, Anita é a mais conhecida dentro e fora do Brasil. Entretanto, o processo de consolidação de sua imagem foi longo, iniciado ainda no século XIX, consolidado no século XX e atualizado no presente, fruto de narrativas que foram moldando a memória nacional referente a ela e que muitas vezes foi representada visualmente de modo a imortalizar e disseminar determinadas visões e discursos sobre ela.

Ana Maria de Jesus Ribeiro nasceu em 1821 no estado de Santa Catarina e, de acordo com as narrativas sobre ela, conheceu Giuseppe Garibaldi em Laguna (SC) nos idos de 1839, enquanto este participava como corsário da Revolução Farroupilha. À época, era casada com um sapateiro local, o qual acredita-se que havia se alistado nas tropas imperiais que combatiam o movimento rebelde dos farroupilhas; o destino de seu marido é alvo de controvérsias entre biógrafos até os dias de hoje. Ana se juntou a Garibaldi, de quem recebeu o apelido Anita, que a identificaria a partir de então, e lutou a revolução ao seu lado. Juntos, participaram de diversas batalhas, não somente no Brasil, mas também na Itália, na luta por sua unificação, onde Anita faleceu em 1849, aos 27 anos. Anita é atualmente conhecida como “Heroína dos dois mundos” e sua memória se faz presente pelos diversos locais aos quais passou. Como Brasil, Uruguai e Itália.

O título de “Heroína dos dois mundos” garante excepcionalidade à sua figura, entretanto apesar da guerra ser associada ao masculino, “Anita fez o que muitas mulheres faziam na sua época (e haviam feito em épocas anteriores): colocou-se ao lado de seu companheiro eleito, nas batalhas e fora delas (...)”. (WOLF, 2012, p.428). A Revolução Farroupilha, em especial, contou com a presença de mulheres que atuaram de diferentes formas no conflito, entretanto apenas Anita integra as páginas da história oficial como heroína.

Companheiras, esposas e mães, vivandeiras (...) às vezes, essas mulheres também eram prostitutas. Em várias ocasiões, elas tinham que pegar em armas e participar do conflito, seja para defender-se, para poder recolher os feridos em campo de batalha ou, em alguns casos, por desejo ou necessidade de participar ativamente do conflito. (Idem, p.430)

Anita não foi reconhecida como heroína imediatamente, não há menção ao seu nome em correspondências, ofícios e documentos oficiais farroupilhas. O jornal revolucionário “O Povo”, que buscava divulgar ideais e os principais acontecimentos da revolução, tão pouco a cita em suas edições. Após a Revolução, os nomes de Bento Gonçalves, Antônio de Souza Netto, Giuseppe Garibaldi e outros líderes farrapos se mantiveram vivos na memória de gaúchos e catarinenses, porém Anita e sua participação no conflito pouco foram lembradas. O resgate de sua memória acontece duas décadas depois de sua participação na Revolução Farroupilha, a partir das narrativas de seu companheiro Giuseppe Garibaldi.

Com o resgate de sua memória e sequente consagração como “heroína dos dois mundos”, Anita passa a ser rememorada em biografias, esculturas, pinturas e monumentos. A materialização de sua memória significou mais do que homenagem ou lembrança, mas “(...) a passagem do plano mental para o material, palpável, visto não apenas com os olhos do coração (...), mas também com os olhos físicos.” (COSTA, 2010, p.8), o que garantiu sua constante presença ao longo do tempo. Entretanto, as imagens presentes nas materializações da memória de Anita Garibaldi, não devem ser consideradas apenas ilustrações de sua

figura e feitos, pois a “imagem não se encerra exclusivamente no visível” (SCHIAVINATTO E COSTA, 2016, p.14), sendo carregada de discursos, tensões e disputas, reveladoras dos processos sociais que buscavam perpetuar selecionadas narrativas e memórias sobre Anita.

Em 1860, ocorreu em Paris a publicação do livro “Memórias de Garibaldi”, escrito por Alexandre Dumas a partir de manuscritos e narrativas de Giuseppe Garibaldi. O lançamento das memórias pode ser entendido como uma campanha de ambos para a consagração de Garibaldi como herói, defensor das liberdades ao redor do mundo e referência na luta pela criação da pátria italiana. Garibaldi enviou a Dumas escritos relatando importantes passagens de sua vida e coube ao escritor utilizá-las de modo a construir uma narrativa para a fabricação e popularização do “herói dos dois mundos” e “para que esse título fosse reconhecido interna e internacionalmente.” (NOGUEIRA, 2019). No livro, Dumas e Garibaldi constroem uma narrativa que transforma Anita em uma heroína, já que “a elevação moral de Anita e seu exemplo de mulher virtuosa são elementos que reforçam a vida exemplar de Garibaldi.” (CAVICCHIOLI, 2017), essa apresentação se populariza na Europa e América.

Buscando apresentá-la como a mulher ideal para o “herói dos dois mundos”, Anita é mencionada em diversos momentos das memórias. O primeiro encontro com Garibaldi é narrado no capítulo “Uma mulher”, que relata a solidão do corsário e a necessidade de um amor que o fizesse recuperar a alegria. Era arraigado a esses pensamentos que, na minha cabina no Itaparica, eu dirigia meu olhar à ribeira. (...) eu descobriria as belas jovens ocupadas em seus afazeres domésticos. Uma delas atraía-me mais especialmente que as outras.” (DUMAS, 2006, p.90). De acordo com Dumas e Garibaldi, um homem convidou o revolucionário à sua casa, onde o encontro com Anita, descrita como “virgem criatura” aconteceu. Essa passagem inicia a construção de Anita Garibaldi como uma mulher virtuosa, diferente das demais e por isso, escolhida por Garibaldi para estar ao seu lado.

Os capítulos seguintes narram a campanha de Garibaldi e Anita na Revolução Farroupilha e suas participações em batalhas navais e terrestres por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sempre exaltando a coragem como que a “amazona brasileira” enfrentou as contendas. Nas “Memórias de Garibaldi”, o batismo de fogo de Anita é narrado de modo a colocá-la como semelhante a Garibaldi em atitudes e coragem:

Roguei-lhe então que descesse até o porão. ‘sim, irei mesmo até lá – disse-me ela – mas para tirar de lá de dentro os poltrões que nele se esconderam.’ Ela desceu e logo voltou empurrando à sua frente dois ou três marujos, pejados por terem-se mostrado menos valentes que uma mulher. (Idem, p.94)

Garibaldi e Dumas, comparam Anita a uma das principais deusas do Panteão grego, Palas Atena, divindade ligada a guerra, inspiração e justiça:

Ao passo que eu realizava o meu trabalho de destruição, Anita efetuava sua obra de salvamento. Mas de que modo, bom Deus! De maneira a fazer-me estremecer! Na missão de transportar as armas até a orla e no seu retorno à embarcação, ela talvez tenha realizado vinte vezes o trajeto, cruzando invariavelmente sobre o fogo inimigo dentro de uma pequena barca com dois remadores, dois pobres-diabos que se curvavam o quanto podiam para evitar balas e bombas. Ela, porém, de pé sobre a popa, no cruzamento dos tiros, surgia ereta, calma e altaneira como uma estátua de Palas (Ibidem, p.99)

A Anita descrita nas partes iniciais do livro rompe com as expectativas do papel feminino no século XIX, ao tomar partido em uma guerra e pegar em armas, adentra em um universo tido como exclusivamente masculino. Entretanto, para figurar como companheira ideal do “Herói dos dois mundos”. Anita precisava de atributos que lhe qualificassem como uma mulher virtuosa dentro dos padrões da época. Seu cuidado e preocupação com Garibaldi e o zelo com os feridos são descritos algumas vezes ao longo das memórias: (...) ela fora naquele dia, a providência dos nossos feridos, que, na ausência de ambulância e de cirurgião, vinham recebendo de nossa parte um tratamento algo canhestro.” (Ibidem, p.129)

A maternidade de Anita é o que mais a qualifica no papel de mulher virtuosa, e é um aspecto bastante salientado por Dumas e Garibaldi, desde as dificuldades enfrentadas na gestação pelas privações até seus esforços para manter o filho vivo e minimamente confortável. Nas “Memórias de Garibaldi” está presente a passagem que narra a retirada das tropas farroupilhas pela localidade conhecida como Picada das Antas, onde depois de muito tempo passando frio e fome, Anita adentrou a mata em busca de uma saída que pudesse salvar Menotti, o primogênito do casal: “(...) mandei Anita seguir na frente com a criança e com um serviçal, a fim de que procurassem a saída daquela interminável floresta e para que tentassem encontrar o que comer, os dois cavalos que eu destinara à Anita – e que a brava mulher montava alternadamente – salvaram-nos todos!” (Ibidem, p.128)

No mesmo ano de seu lançamento na Europa, as “Memórias de Garibaldi” foram publicadas no jornal carioca “Correio Mercantil” e apesar ter gerado comentários, principalmente de pessoas envolvidas na Revolução Farroupilha, Anita não obteve destaque ou passou a fazer parte da memória nacional brasileira. Foi apenas com o advento da República que a imagem de Anita passou a ser recuperada, pois “todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade.” (CARVALHO, 2017, p.11) e ela era vista como uma defensora do modelo republicano. Entretanto, o projeto de transformar Anita em heroína de uma nação republicana falhou durante muitas décadas. Mesmo que presente em livros e alguns discursos pelo país, seu apelo sempre foi voltado para o regional, encontrando mais espaço no sul do país. Alguns fatores podem ter contribuído para que nas décadas iniciais da República, Anita não figurasse como heroína do Brasil. O fato de sua luta ter se dado contra o governo central, fazia dela uma rebelde e a afastava da pretendida união nacional, e principalmente, devido a rejeição sofrida por símbolos femininos dentro da República brasileira, esses costumavam a ser ridicularizados e associados a prostitutas.

O século XIX foi marcado pelo esquecimento de Anita, principalmente em seu país de origem e posterior recuperação de sua memória a partir da narrativa de Garibaldi e Dumas que iniciam a construção de sua imagem como “Heroína dos dois mundos”. No início do regime republicano no Brasil, houve um esforço em transformá-la em um símbolo nacional, principalmente através de biografias e obras populares que recontavam sua trajetória e a destacavam como mulher virtuosa, esposa e mãe. Tais obras se baseiam em diversos momentos nas passagens narradas no livro “Memórias de Garibaldi”.

Foi somente no século XX que a memória de Anita Garibaldi se fez mais presente entre a população, através de usos políticos e sociais de sua imagem, passa a ser lembrada

não apenas nas páginas dos livros, mas também a partir de materializações de sua memória que contribuíram para a construção visual da “heroína dos dois mundos”. Eventos como a celebração do Centenário da República Juliana, a comemoração dos 150 anos de sua morte e comemorações que buscavam reforçar os laços entre italianos e brasileiros foram alguns eventos fundamentais na edificação de sua imagem.

Anita é materializada em um monumento pela primeira vez no Brasil em 1913, na cidade de Porto Alegre, a partir da iniciativa da comunidade italiana ‘Vittorio Emanuele II’ que buscava “Oferecer ao Rio Grande do Sul um monumento onde as figuras lendárias de Garibaldi e Anita pudessem atestar a afinidade étnica e histórica (...) de italianos e rio-grandenses.” (Ruggiero, 2021, p.7). Esculpida em Mármore de Carrara e confeccionada na Itália pelo escultor Fidelfo Simi, apresenta Anita agachada e trajando vestido, enquanto Garibaldi está em pé e trajando um poncho. De acordo com Ruggiero a escultura:

(...) imortalizava um instante épico da Revolução Farroupilha, quando os imperiais tentaram desembarcar na praia da Lagoa dos Patos, enquanto o “Herói dos dois mundos” estava aportado com seus soldados. Nessa ocasião, a sua amada Anita tinha dado uma grande prova de coragem, jogando-se em cima de um canhão para atirar contra as tropas assaltantes. (Idem, 2021. p.3)

A solenidade de inauguração contou com a presença de autoridades e cidadãos ilustres da cidade, entre eles o Dr. Ildefonso Soares Pinto, que em seu discurso celebrou a representação de Anita não somente como uma guerreira, pois “possuía também todas as dedicações de uma esposa virtuosa e os desvelos de mãe terna e exemplar” (A FEDERAÇÃO, 1913)¹. Apesar ser considerada uma mulher excepcional, Anita figura ainda em função dos feitos do seu companheiro, Giuseppe Garibaldi e é seu desempenho dentro dos papéis esperados de seu gênero – esposa e mulher – que a tornam uma mulher exemplar.

Em seu estado natal, Santa Catarina, o primeiro monumento em sua homenagem é inaugurado apenas em 1920. Localizada na praça Getúlio Vargas em Florianópolis, considerada área nobre da cidade e foi feita em dezembro de 1919 pelo escultor Antonino Pinto de Mattos, sendo inaugurada em janeiro do ano seguinte. Conta com a inscrição “A Annita Garibaldi - Ana de Jesus Ribeiro – Heroína dos Dois Mundos – O seu estado natal -1919”, esse monumento possui grande importância, pois inicia no estado as representações de Anita sem Garibaldi ao seu lado, atribuindo a ela, individualmente, reconhecimento por sua vida e trajetória tidas como heroicas.

As décadas de 1930 e 1940 tiveram “importância vital no processo de heroificação” (JÚNIOR, 2000, p.105) de Anita, pois figurou como protagonista das narrativas e produções visuais ao servir aos interesses da elite política e econômica de sua cidade natal, Laguna. A região enfrentava uma baixa econômica e necessitava de atenções do governo central, dessa forma, de acordo com Elíbio Júnior buscou na comemoração da memória de Anita o elo de ligação de Laguna com o Rio Grande do Sul e conseqüentemente com o presidente Getúlio Vargas. Os festejos do Centenário da República Juliana em 1939 forneceram o discurso de que os ideais republicanos teriam surgido em Santa Catarina e posteriormente se

1 In: RUGIERRO, Antonio de. “Um ‘Símbolo da fraternidade entre dois povos’: O monumento a José e Anita Garibaldi em Porto Alegre (1913). *Métis: História & Cultura*. V.20, n.39. 2021.

espalhado pelo país, dessa forma “como uma das maiores fases do passado brasileiro como raça e como povo, a Revolução Juliana deveria ser apreciada em exaltação a luta lagunita, pois gente daquela tempera responderia aos ideais do Estado Novo.” (Idem, p.72).

As seguintes décadas apresentam intensa materialização da memória de Anita, já que esta foi consagrada definitivamente como uma heroína de ideais republicanos. Em 1964, é inaugurado em Laguna o monumento em homenagem a “Heroína dos dois mundos”, no centro histórico da cidade, em frente ao Museu Histórico Anita Garibaldi. Sua localização é privilegiada, no Paço Municipal, juntamente com as primeiras edificações da cidade e onde foi proclamada a República Juliana. Representada sozinha, de arma na mão e em posição de comando, a obra de Antônio Caringi, considerado o maior estatuário do Rio Grande do Sul, demonstra que Anita se consolidou como heroína republicana em sua terra por suas ações em batalha, consideradas defesa dos ideais republicanos, Anita não precisa mais da figura de mãe zelosa e esposa carinhosa para ser considerada ilustre, ela passa a ser considerada um exemplo de cívico.

O lançamento do livro “Aninha do bentão” em 1980, escrito pelo historiador catariense Walter Zumblick e ilustrado por seu irmão, o artista plástico Willy Zumblick, marca um momento de consolidação de Anita Garibaldi como uma heroína, pois coloca “de maneira mais palpável os atos heroicos de Anita, ou seja, sem a presença irrefutável do marido Garibaldi” (BREGANTIN, 2019, p.164) De acordo com Karla Machado, o livro de Zumblick pretende ser um manual “que fosse adotado pelas escolas como a ‘verdadeira’ história da “Heroína dos Dois Mundos” e tornando, assim, Anita um exemplo de mulher, de mãe e de cidadã.” (Machado, 2019, p.56)

Os irmãos Zumblick não apresentam referências para narrativa ou ilustrações presentes em “Aninha do bentão”, entretanto Walter afirma na publicação que:

Mentiram artisticamente quantos –quase uma dezena –tentaram fixar na tela ou no bronze as feições de Ana Maria de Jesus Ribeiro. (...) Os retratos e os monumentos de Ana Maria, carentes quase todos eles de um original, caminharam pela estrada da dedução que parecia lógica. (...) Mulher-soldado ou mulher-marinheira metida com assombro, nos perigos dos entreveros sanguinolentos, teria, por certo, uma feição que seria aquela que o heroísmo inspirou. (...). Nela, mais que o figurino do guerreiro respingado de sangue, sobrou a mulher meiga que lutou, isso sim, por um outro ideal que foi o seu amor. (...). Num ponto, entretanto, acertaram retratistas e escultores. Todos eles fixaram aquele ar de tristeza que foi companhia durante toda a sua vida (ZUMBLICK, 2012, p. 59)

Apesar de afirmar que as representações anteriores “mentiram” ao retratá-la, as imagens produzidas por Willy, considerado o maior artista plástico de Santa Catarina e reconhecido pelas obras que retratam a história do estado, não se distanciam das memórias visuais constituídas sobre Anita até então. Machado afirma que “Buscando demonstrar Anita como heroína e mulher dedicada, nas ilustrações de Willy Zumblick ela aparece como a mulher-soldado, vestida com roupas masculinas e empunhando armas. Na próxima página está a amante obstinada à procura de seu amor ou a mulher carinhosa cuidando dos feridos em guerra ou dos filhos.” (Idem, 2012, p.60)

Imagem 1 - Anita Enfermeira.

Óleo sobre tela, 1,40m x 1,20m, 1978. Acervo: Museu Willy Zumblick (Tubarão/SC)



Fonte: MACHADO, Míran Karla. Anita retratada pelos irmãos Zumblick. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v.6, n.1, 2012.

Imagem 2: Fuga de Anita com seu Filho Menotti.

Óleo sobre tela, 1,50m x 1,00m, 1979. Acervo: Túlio Zumblick (Tubarão /SC).



Fonte: MACHADO, Míran Karla. Anita retratada pelos irmãos Zumblick. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v.6, n.1, 2012.

A representação da “heroína” ganhou novas dimensões ao ser transportada para a televisão durante os anos 2000 na minissérie “A Casa das Sete Mulheres”, produzida pelo grupo Globo, a partir do romance homônimo da escritora gaúcha Letícia Wierzchowski. Na produção, Anita é retratada como uma mulher rebelde que não se adequa aos padrões impostos a seu gênero, ao não se submeter ao marido e manifestar fortes opiniões políticas. Entretanto, destacou-se a imagem da heroína por amor, já que na minissérie, Anita, interpretada pela atriz Giovanna Antonelli, segue os passos de Garibaldi após se apaixonar por ele e

mantem presença constante ao seu lado nas batalhas e dificuldades da guerra, não somente por idealismo, mas também por medo de perdê-lo.

O ano de 2021 marcou as comemorações do bicentenário do nascimento de Anita Garibaldi, uma extensa programação de celebrações ocorreu no Brasil e na Itália. Destacaram-se a produção de novos materiais relacionados a “Heroína dos dois mundos” entre os quais livros, pinturas e encenações. A grande movimentação financeira e cultural promovida devido a ocasião demonstra que, apesar de todo processo de construção da imagem de Anita como heroína, esse é um movimento que necessita de atualizações, principalmente visuais para que a memória referente a ela seja mantida entre a população e apresentada as novas gerações.

Entre um grande número de celebrações, aconteceu a Exposição Artística Virtual “Olhar de Anita”, promovida pelo Comitê de Educação e Cultura da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Porto Alegre e Instituto Anita Garibaldi – Rio Grande do Sul. Sob curadoria da artista visual Lucia Guaspari, a exposição contou com apoio da Prefeitura de Porto Alegre e do Consulado Geral da Itália na cidade. Realizado em plena pandemia de Covid-19, esse evento contou com a participação de 101 artistas que produziram obras inspiradas na vida e trajetória de Anita Garibaldi.

Para esse artigo foram selecionados alguns trabalhos de artistas que tiveram suas obras escolhidas para serem expostas virtualmente nas redes sociais do projeto, contribuindo para um maior alcance das imagens produzidas. Através desses feitos artísticos é possível compreender a forma como a memória de Anita foi materializada nos dias de hoje. Por se tratar de um evento com contribuições abertas, contou com a participação de pessoas de diversas idades e gêneros.

A primeira obra intitulada “Olhar de Anita” a retrata com o filho nos braços e de acordo com a artista Vani Foletto:

Anita Garibaldi é uma figura histórica de importância e permanece no imaginário popular pela sua coragem, mas sua vida foi de muita luta ao lado de seu companheiro Giuseppe Garibaldi. Ela o acompanhou por muitos lugares, inclusive em batalhas. Ressalto aqui a sua coragem e o seu valor como mãe, pois em sua trajetória cuidou e defendeu seus filhos em todas as situações adversas por que passaram em suas tenras existências, enquanto ela lutava por um mundo melhor. Mas a Anita histórica não é muito diferente das Anitas de hoje, que lutam contra preconceitos, trabalham e criam seus filhos com dificuldades, mas com a mesma coragem, e que transitam nas ruas da cidade de Porto Alegre, inclusive na rua Anita Garibaldi, que homenageia a personagem histórica. (EXPOSIÇÃO OLHAR DE ANITA, 2021)

A segunda e terceira obra, intituladas respectivamente “Anita, mulher, mãe, guerreira” e “Gerar Ideias, Vida e Revolução”, também salientam a maternidade de Anita que mais uma vez aparece com o filho nos braços e grávida. Entretanto, as representações abordam o seu lado de heroína ao demonstrá-la montada a cavalo enquanto empunha uma lança e ao segurar uma bandeira com os dizeres “Sejamos todas Anitas”. A artista responsável pelo bordado “Gerar Ideias, Vida e Revolução”, explica que:

(...) é uma convocatória para a luta e que sejamos protagonistas de nossas vidas e da história que nos desafia todos os dias. Anita, seja esta, entre outras, espelho para todas especialmente neste momento. Mesmo diante de todas as adversidades Anita lutou por um ideal pela liberdade com determinação, amor e bravura. (Idem, 2021)

O bordado “Salto de Anita” retoma a visão de “Heroína dos dois mundos” ao ilustrá-la montada a cavalo, como descrito tantas vezes por Giuseppe Garibaldi, saltando do Brasil para a Itália. A pintura “Anita Guerreira”, também aborda seu lado heroico, porém possui um foco mais regional, já

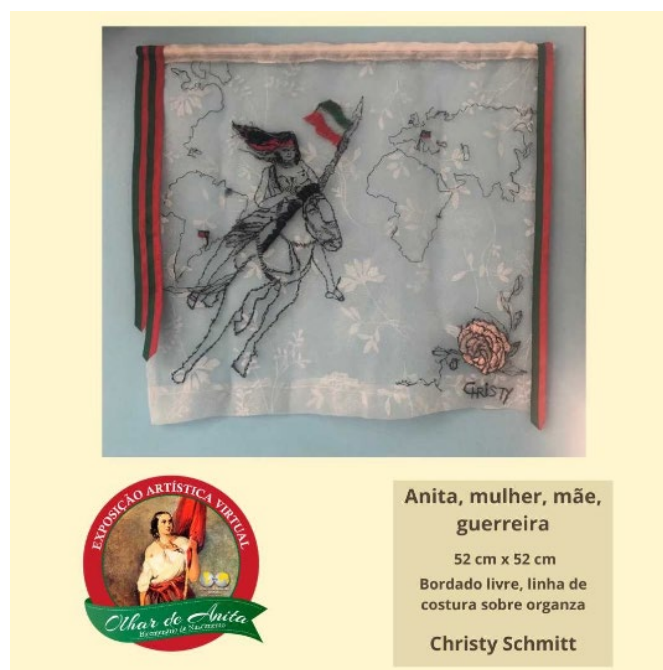
que a representa carregando a bandeira farroupilha. Em técnica mista, o trabalho “A Fuga” parece condensar todas as imagens atribuídas a Anita, uma mulher que exerce seu papel feminino através dos cuidados e da maternidade e a heroína que não se furta a pegar em armas por seus ideais.

Imagem 3 - Olhar de Anita. Desenho, 29 cm x 31 cm, 2021.
Acervo: Exposição Artística Virtual “Olhar de Anita”. Artista: Vani Foletto.



Fonte: Exposição Artística Virtual “Olhar de Anita” - @olhardeanita.

Imagem 3 - Olhar de Anita. Desenho, 29 cm x 31 cm, 2021.
Acervo: Exposição Artística Virtual “Olhar de Anita”. Artista: Vani Foletto.



Fonte: Exposição Artística Virtual “Olhar de Anita” - @olhardeanita.

Imagens de Anita...

Imagem 4: Anita, mulher, mãe, guerreira. Bordado livre, linha de costura sobre organza transparente, 52 cm x 52 cm, 2021. Acervo: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita". Artista: Christy Schmitt.



Fonte: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita" - @olhardeanita.

Imagem 5 - Gerar Ideias, Vida, Revolução. Bordado livre com aplicação de tecidos, 29 cm x 20 cm, 2021. Acervo: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita". Artista: Expedita Ricarte.



Fonte: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita" - @olhardeanita.

Imagem 6 - Salto de Anita. Bordado sobre tecido, 25 cm x 28 cm, 2021. Acervo: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita". Artista: Gil Santana.



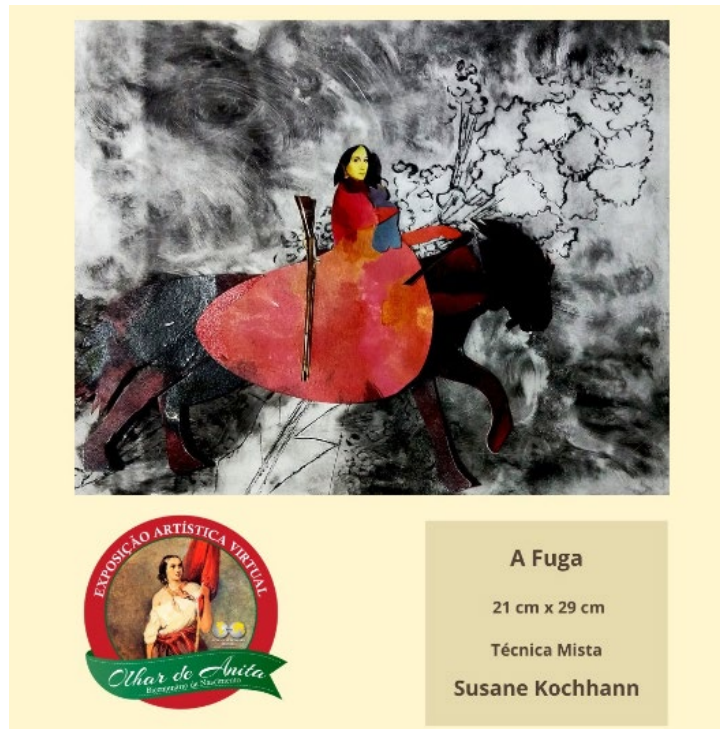
Fonte: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita" - @olhardeanita.

Imagem 7 - Anita Guerreira. Óleo sobre tela, 60 cm x 40 cm, 2021. Acervo: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita". Artista: Vera Matos.



Fonte: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita" - @olhardeanita.

Imagem 8 - A Fuga. Recorte e colagem a partir de pintura acrílica em papel sob suporte de xilogravura, 21 cm x 29 cm, 2021. Acervo: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita". Artista: Susane Kochhann.



Fonte: Exposição Artística Virtual "Olhar de Anita" - @olhardeanita.

As imagens construídas em referência à memória de Anita Garibaldi são resultadas de um longo processo histórico e social que envolveu diferentes construções narrativas sobre sua trajetória e atuação. Inicialmente esquecida no Brasil, inclusive nos estados por onde passou ao lutar na Revolução Farroupilha, sua lembrança se restringiu a poucos relatos orais daqueles que a conheceram.

O resgate de sua memória é iniciado juntamente com a construção de sua imagem como heroína, a partir das narrativas de Giuseppe Garibaldi, eternizadas por Alexandre Dumas no livro "Memórias de Garibaldi". Juntos foram responsáveis pela disseminação da imagem de Anita como uma mulher corajosa em batalha, que atuava junto ao companheiro em prol da liberdade, porém ao mesmo tempo uma esposa devotada e mãe zelosa, o que a tornava virtuosa e, portanto, um exemplo de mulher dentro das expectativas de gênero da época. Tais imagens, valorizavam e beneficiavam o próprio Garibaldi na sua busca por heroificação na Europa e América.

A jovem república brasileira buscou, principalmente através de biografias, transformá-la em uma heroína nacional, já que representava a defesa dos ideais republicanos, Anita encaixava-se no papel de cidadã modelo, pois Garibaldi havia sacramentado sua memória como uma mulher honrosa e de virtudes. Seguindo a narrativa republicana, Laguna utilizou sua memória em busca de ligações com o Estado Novo de Vargas, para isso, as narrativas a moldavam como modelo cívico a ser seguido.

Anita transformou-se em heroína por amor, principalmente através das narrativas visuais, que a retratam juntamente a Garibaldi na luta ou exercendo as funções de esposa e mãe. Atualmente, a materialização das memórias de Anita, demonstram que mesmo reno-

vadas a partir de novas produções, cada vez mais abundantes e diversas, como no caso da Exposição Artística Visual 'Olhar de Anita' as representações visuais continuam seguindo as narrativas de coragem, mulher virtuosa, heroína por amor, exemplo a ser seguido por seus ideais e pelo cumprimento de suas funções femininas de companheirismo e maternidade. Dessa forma, conclui-se que todas as versões de Anita Garibaldi estão presentes nas "Memórias de Garibaldi" e que "simplesmente dependendo do momento histórico, alguns aspectos prevalecem mais do que outros." (CHAVICCHILI, 2007, p.170)

BIBLIOGRAFIA

BREGANTIN, Helen Lemos. Anita Garibaldi: a construção de uma heroína em biografias populares (1849-1999). **Em Perspectiva**. v.5, n.1. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

CAVICCHIOLLI, Silvia. **Anita**: Storia e Mito di Anita Garibaldi. Torino. Einaudi. 2017.

COSTA, Helensndra Lima da. "Pedro Velho: Memória e Imaginário de um Herói". In: _____, 2010.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre. L&PM, 2006.

EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA VIRTUAL "OLHAR DE ANITA". [Sem título]. 25 ago., 2021. Instagram: @exposicao_olhardeanita. Disponível em: https://instagram.com/exposicao_olhardeanita?igshid=NTdIMDg3MTY=
Acesso em: 10 dez. 2022.

JÚNIOR, Antônio Manuel Elíbio. **Uma Heroína na História**: Representações sobre Anita Garibaldi. Dissertação de Mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2000.

MACHADO, Míran Karla. Anita retratada pelos irmãos Zumblick. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, UFSC, v.6, n.1, 2012.

NOGUEIRA, Isabella. História com ficção em Alexandre Dumas: o exemplo das Memóires de Garibaldi (1860). **Em Perspectiva**. v.5, n.1. 2019.

RUGIERRO, Antonio de. Um Símbolo da fraternidade entre dois povos: O monumento a José e Anita Garibaldi em Porto Alegre (1913). **Métis: História & Cultura**. V.20, n.39. 2021.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto. **Cultura Visual e História**. São Paulo. Alameda, 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012. Pp 423-446.

ZUMBlick, Walter. **Aninha do Bentão**. Tubarão: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 1980.

Entre encontros e confrontos: olhares para participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)¹

Entre encuentros y confrontaciones: perspectivas sobre la participación negra en la Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

Between meetings and confronts: perspectives on black participation in the Araguaia Guerrilla War (1972-1974)

Janailson Macêdo Luiz²

 <https://orcid.org/0000-0003-3879-4240>

Resumo | Durante muitos anos, tanto a historiografia quanto a memória hegemônica constituída sobre o regime militar no Brasil sub-representaram a participação de mulheres e homens negros nos grupos que fizeram oposição direta ao regime. Nos últimos anos, porém, essa participação vem sendo cada vez mais problematizada. Um dos eventos ocorridos naquele contexto que contou com participação negra foi a Guerrilha do Araguaia, seja entre seus protagonistas, seja entre a população que habitava a confluência dos estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, que acabou envolvida em um dos episódios mais brutais da história recente brasileira. O artigo, fruto de pesquisa em desenvolvimento, buscou investigar a participação negra no cerne daquele conflito, lançando mão da abordagem de documentos diversos, tais como fontes orais e audiovisuais, documentários, literatura de testemunho e uma série de outros rastros.

Palavras-chave | Guerrilha do Araguaia. Regime Militar. Negros.

Resumen | Durante muchos años, tanto una historiografía como una memoria hegemónica constituida sobre el régimen militar en Brasil subrepresentaron la participación de mujeres y hombres negros en grupos que hacían oposición directa al régimen. En los últimos años, sin embargo, esta participación ha sido cada vez más problematizada. Uno de los hechos ocurridos en ese contexto que tuvo participación negra fue la Guerrilla Araguaia, ya sea entre sus protagonistas o entre la población que habitaba la confluencia de los estados de Pará, Goiás (hoy Tocantins) y Maranhão, que terminó involucrada en uno de los episodios más brutales de la historia brasileña reciente. El artículo, resultado de una investigación en curso, buscó indagar la participación negra en el seno de ese conflicto, a partir del abordaje de diversos documentos, como fuentes orales y audiovisuales, documentales, literatura testimonial y una serie de otras huellas.

Palabras clave | Guerrilha do Araguaia. Régimen Militar. Negros.

Abstract | For many years, both historiography and the hegemonic memory built on the military regime in Brazil underrepresented the participation of black women and men in groups that

1 Este artigo é uma versão adaptada do artigo apresentado à disciplina: *Relações Étnico-Raciais, Educação e Dinâmica Social no Brasil*, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza e Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Balieiro Lodi, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

2 Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: janailson@unifesspa.edu.br.

directly opposed the regime. In recent years, however, this participation has been increasingly problematized. One of the events that took place in that context that had black participation was the Araguaia Guerrilla War, either among its protagonists or among the population that inhabited the confluence of the states of Pará, Goiás (today Tocantins) and Maranhão, which ended up involved in one of the episodes most brutal in recent Brazilian history. The article, the result of ongoing research, sought to investigate black participation at the heart of that conflict, using the approach of diverse documents, such as oral and audiovisual sources, documentaries, testimonial literature and a series of other traces.

Keywords | Guerrilha do Araguaia. Military regime. Blacks.

INTRODUÇÃO

A atuação de mulheres e homens negros no cerne do regime militar (1964-1985) no Brasil ainda é um tema sub-representado pela historiografia. Em especial, no que se refere ao contexto anterior à formação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Contudo, trabalhos recentes, como os de Kössling (2007), Escobar (2014), Rios (2014), Lima (2018), Pires (2018) e Silva (2019), entre outros, têm colaborado para a reversão desse quadro, seja vasculhando fontes dos órgãos da polícia política em diversos estados, seja problematizando as trajetórias de mulheres e homens negros que vivenciaram o período. Também alguns estudos sobre o movimento negro contemporâneo, como os realizados por Alberti e Pereira (2007) e Pereira (2013), deram visibilidade para o fato de que alguns militantes fortemente atuantes na luta antirracista pós 1978 participaram de grupos e partidos de esquerda no início de suas trajetórias.

Também é pouco conhecida a história da participação negra nos grupos vinculados às concepções marxistas e que adotavam uma orientação ligadas centralmente à questão da classe no contexto do regime militar. Ainda são poucos os trabalhos que problematizam a participação negra nos grupos de esquerda que atuaram na contraposição ao regime, inclusive aqueles grupos que adotaram o caminho da luta armada. Silva (2019), uma das poucas exceções nesse caso, investigou a trajetória de diversas mulheres negras, das esquerdas armada e não armada, atuantes em grupo e movimentos diversos durante o regime.

Também na memória hegemônica sobre o período (NAPOLITANO, 2015) coube pouco espaço para as experiências negras. Segundo Napolitano, essa memória foi constituída na aproximação de memórias da esquerda não armada e setores liberais, que a princípio apoiaram o golpe de 1964, mas com o passar dos anos, foram paulatinamente rompendo com o regime. Desde a década de 1970, à medida que avançavam as críticas ao regime, essa memória foi sendo gestada e ganhou grande repercussão nas narrativas construídas pelos grandes meios de comunicação no país. Para tanto, os que investiam na construção dessa memória buscavam deixar de lado certos temas vistos como tabus, mantendo de fora dos seus enquadramentos tanto as narrativas da direita militar, quanto dos grupos esquerdistas que pegaram em armas. Ao nosso ver, porém, essa memória acabou privilegiando a imagem do jovem branco de classe média e originário do meio urbano como o sujeito opositor ao regime, obliterando outras experiências que demonstram uma diversidade muito maior no cerne dos grupos esquerdistas da época.

Apesar dessa sub-representação, foram muitos os(as) personagens negros(as) que participaram seja dos movimentos contestatórios ao regime, seja de eventos com grande impacto social, como ocorreu com a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), conflito que eclodiu na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão – local também conhecido como Fronteira Araguaia-Tocantins – e alterou direta ou indiretamente a vida de milhares de pessoas.

A Guerrilha do Araguaia contrapôs militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que naquele momento atuava na clandestinidade, e as Forças Armadas. O PC do B adotava uma perspectiva maoísta e defendia a guerrilha rural. Entre 1966 e 1972 enviou algumas dezenas de militantes para a chamada Fronteira Araguaia-Tocantins. Muitas desses militantes já eram amplamente perseguidos pelo regime em locais diversos do país, devido a sua atuação contra o regime militar. Todavia, em 12 de abril de 1972 o grupo teve suas bases atacadas. Após isso, resolveu resistir, o que deu início a um conflito que duraria cerca de dois anos.

No total, as Forças Guerrilheiras do Araguaia (Foguera) foram compostas por cerca de sessenta e nove militantes; que usavam o interior da floresta amazônica como ponto de refúgio. Depois de três grandes operações, os militares finalmente venceram o grupo. Porém, acabaram deixando um grande rastro de atrocidades, típicos do modus operandi adotado durante o regime militar no país e no Cone Sul. Desaparecimentos forçados, prisões clandestinas, torturas e outras práticas centradas no terror de estado afetaram não somente os guerrilheiros, mas também muitas mulheres e homens integrantes da população local (CAMPOS FILHO, 2012).

Realizamos pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem como objeto³ a atuação de negras e negros durante o contexto da Guerrilha do Araguaia, buscando compreender a trajetórias dos cerca de nove guerrilheiros negros que atuaram no conflito,⁴ bem como a participação de mulheres e homens negros que compunham a população local e que acabaram vivenciando o dia-a-dia dos combates, num dos principais conflitos de luta armada ocorridos no país durante o período governado pelos militares.

Entre “encontros e confrontos”⁵ as relações étnico-raciais foram sendo produzidas no cotidiano da Guerrilha do Araguaia, envolvendo não apenas sujeitos negros e brancos,

3 Entre as fontes históricas abordadas na pesquisa encontram-se: documentos do próprio PCdoB e das Forças Guerrilheiras do Araguaia, produzidos antes, durante e depois dos combates; relatos orais de memória reunidos em entrevistas realizadas através da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2010), seja com moradores da região, seja com familiares de guerrilheiros; depoimentos reproduzidos nos diversos documentos produzidos sobre o tema ou no cerne de atividades de comissões como a Comissão Nacional da Verdade; além de reportagens e publicações jornalísticas que tomaram a Guerrilha como objeto. Dada as limitações deste artigo, apresentamos discussões sobre apenas algumas dessas fontes.

4 Osvaldo Orlando da Costa - Osvaldão (1938-1974); Helenira Rezende de Souza Nazareth - Preta ou Fátima (1944-1972); Dinalva Conceição Oliveira Teixeira- Dina (1945-1974); Rosalindo Cruz Souza - Mundico (1940-1973); Antônio de Pádua Costa - Piauí (1943-1974); Dermerval da Silva Pereira - João Araguaia (1945-1973), Idalísio Soares Aranha Filho - Aparício (1947-1972); Lúcia Maria de Souza - Sônia (1944-1973); Francisco Manoel Chaves - Zé Francisco (1906 - 1972). Ao todo, eram cerca de sessenta e nove os guerrilheiros do Araguaia. Por uma questão de espaço, não abordaremos a trajetória de boa parte dos citados neste artigo. Ver Luiz (2017; 2018 e 2020).

5 Tomamos emprestada expressão utilizada por Souza, ao tratar da abordagem das relações étnico-raciais

mas também indígenas⁶ da etnia Suruí-Aikewara, que por um lado participaram das redes de sociabilidade constituídas pelos futuros guerrilheiros durante o seu trabalho inicial de contato com a população local (1966-1972); e, por outro, já durante os combates, tiveram seu território invadido pelos militares e suas roças queimadas. Além disso, muitos homens do grupo, assim como acontecera a camponeses da região, foram pressionados a auxiliarem os militares na caçada aos guerrilheiros no interior da floresta, o que incluía presenciar diversas atrocidades, que deixaram parte deles com traumas pelo restante da vida. A ocupação também foi traumática para as mulheres Aikewara, algumas das quais chegaram a ter problemas em suas gestações devido à situação constante de vigilância e medo que lhes foi infligida (FERRAZ et al., 2018).

Nas próximas páginas discorreremos sobre algumas experiências ainda pouco conhecidas, mas que marcaram e continuam marcando a vida de muitas pessoas. Experiências vivenciadas num período de grandes contradições no país, em que o autoritarismo e o terror de estado se materializavam em um momento também simbolizado pela busca de modernização, pelo chamado milagre econômico e chegada de grandes fluxos migratórios na Amazônia. Um período marcado justamente por encontros, confrontos, mas também pela busca de muitas pessoas por modificar as suas condições de vida.

O PIN E A PRESENÇA NEGRA NA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram diversas as migrações para a região da Guerrilha, atuando os migrantes como força de trabalho que constituíam as frentes de expansão (VELHO, 2013) responsáveis pelo povoamento não-indígena⁷ da região. Essas frentes, que em alguns casos envolveram também a força de trabalho indígena, estiveram ligadas, inicialmente, à produção gomífera (borracha), às atividades pastoris, ao extrativismo da castanha em castanhais públicos, e à mineração em pequena escala.

Ianni (1978), por exemplo, apontou que em 1950, no município de Conceição do Araguaia (PA), a população era constituída por 2656 brancos, 1482 pretos, 2158 pardos e 26 não declarados. O que dá uma mostra quanto à presença dos negros⁸ no cerne dessas

no início do século XX na cidade de Ribeirão Preto: "Em nosso estudo, embora tenhamos como foco privilegiado a população negra, não pensamos esta de maneira isolada. Sendo assim, apresentam-se relevantes todos os dados que possam conduzir-nos ao estabelecimento de relações entre os negros e outros contingentes populacionais da cidade. Esta postura surge como um modo de melhor pensarmos os processos de *encontros e confrontos* que permearam o estabelecimento dos espaços negros nesta sociedade". (SOUZA, 2007, p. 2, grifo nosso).

6 Para uma visão ampla sobre os impactos das ações do regime militar entre os grupos indígenas no país e na região Amazônica em específico, ver Valente (2017).

7 É importante lembrarmos que diversos grupos indígenas já habitavam a região nesse período, em destaque, nos municípios do Pará próximos àqueles onde transitariam no futuro os guerrilheiros, os Suruí-Aikewara, Gavião, Parakanã e Xikrin do Cateté.

8 Lançamos mão do mesmo procedimento adotado por Gomes (2005, p. 39), que é também adotado pelo Movimento Negro no país: "Negras são denominadas aqui as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)".

migrações, sendo que cidades do Sul e Sudeste do Pará, como a própria Conceição do Araguaia, Marabá (SILVA, 2006; 2011) e Brejo Grande do Araguaia (VASCONCELOS, 2018) foram formadas – afora, obviamente, a ocupação indígena ocorrida em períodos anteriores⁹ –, em grande medida, por migrantes negros de origem maranhense.

No começo dos anos setenta, os governos militares colocaram em ação o Plano de Integração Nacional (PIN), que teve como marco a construção da Rodovia Transamazônica e o investimento a projetos agrícolas e pecuários de grande porte, atraindo uma quantidade ainda maior de migrantes. A Guerrilha do Araguaia ocorreu justamente nesse momento de implementação do PIN na Amazônia Oriental; momento de grande efervescência, e de diversas trocas culturais, pois além das culturas indígenas e das visões de mundo daqueles que já habitavam as poucas cidades existentes na região, os novos migrantes traziam concepções culturais que iriam adensar ainda mais as relações sociais (SILVA, 2006; 2001; VELHO, 2013).

Segundo o mesmo Ianni (1978), não foi por acaso que justamente no início dos anos 1970 eclodiu uma guerra de guerrilha no interior da Amazônia. O conflito simbolizava justamente as contradições capitalistas então impostas. Hoje, inclusive, temos a possibilidade de observar nitidamente as contradições presentes naquele momento. De um lado, o governo buscava ampliar a fronteira agrícola, econômica e demográfica, favorecendo o desenvolvimento de grandes migrações para a região Norte, mas também a implementação de projetos de infraestrutura e, cada vez mais, a instalação de grandes latifúndios. Do outro lado, militantes do PC do B entendiam que, ao atuarem naquele mesmo espaço, poderiam criar uma oportunidade de mudar o país, por meio da conscientização política dos camponeses.¹⁰

Ao contrário de grupos que atuavam na guerrilha urbana, o PC do B defendia um caminho de luta pelo campo, a partir da inspiração na Revolução Chinesa (1949). Do maoísmo importaram a concepção de Guerra Popular Prolongada, forma de mobilização a ser feita pelos camponeses sob a liderança do partido.¹¹ Tal importação, contudo, dialogava diretamente com adaptações pensadas a partir do contexto brasileiro (CAMPOS FILHO, 2012). Embora tenha sido derrotado, o grupo conseguiu resistir às investidas militares durante as primeiras operações. Os militares saíram vencedores apenas no segundo ano de combates. Essa longa resistência dos guerrilheiros se deveu em muito a boa adaptação à geografia da Fronteira Araguaia-Tocantins. Os conhecimentos necessários para tal adaptação foram aprendidos em grande medida no contato com os moradores locais.

Quanto às relações étnico-raciais, é importante observarmos que o PC do B, como era comum aos grupos esquerdistas naquele momento no Brasil e América Latina, priorizava uma leitura da realidade focada centralmente na classe. Embora questões como a desigualdade racial e a desigualdade entre homens e mulheres não fossem ignoradas — inclusive o partido apresentava esforços no sentido de frisar a importância de atuação das mulheres

9 Como ocorreu em outros locais do país e do continente, os grupos indígenas locais tiveram grande decréscimo populacional e perderam grande parte de suas terras no contato com aqueles que chegavam nas “frentes de expansão”. Sobre essas frentes, ver Velho (2013).

10 Ver documentos anteriores ao conflito reproduzidos em Pomar (1980).

11 Para o contato com documentos que norteavam as ações do PC do B durante o final dos anos 1960 e início de 1970, ver: POMAR (1980) e PC do B (1975). Para documentos sobre a luta no Araguaia, ver: Anita Garibaldi (2005) e Dória et al. (1978).

entre seus quadros —, tais questões eram vistas como secundárias diante das questões de classe. Ou seja, a lente teórica adotada pelo partido compreendia que, vencida a desigualdade imposta pela opressão da classe dominante, as demais formas de desigualdade tenderiam a desaparecer.¹²

O perfil elaborado pelo partido em homenagem à morte do guerrilheiro Francisco Manoel Chaves (1906-1972), um dos guerrilheiros negros que lutaram no Araguaia, dá mostra de que o tema da desigualdade racial não era desconsiderado dentro do partido, ainda que não ganhasse os contornos principais:

A figura simples, alegre e otimista, mas responsável e firme denodado camarada era muito conhecida de numerosos militantes do movimento popular e anti-imperialista brasileiro. Oriundo de uma família de camponeses pobres de ascendência africana, desde criança sentiu duramente as injustiças e os preconceitos de que são vítimas as pessoas humildes e de pele negra (PC DO B, 1975, p. 197).

Francisco Chaves se integrou a Guerrilha já com mais de sessenta anos, depois de atuar na Marinha, de onde foi expulso em 1937, por participar da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, o que o levaria também para a prisão. A partir dos anos 1940 passou a militar no que passaria a ser conhecido como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, após a divisão ocorrida no PCB, migrou junto com os outros dissidentes para o PC do B, pós 1962.¹³

Como será visto adiante, Chaves,¹⁴ justamente com Osvaldão,¹⁵ é apontado como um dos elos com os religiosos de matriz africana que habitavam a Fronteira Araguaia-Tocantins. Ambos seguiam a linha do partido quanto a busca de aproximação com as “massas”, entre os quais se encontravam religiosos que faziam parte de um campesinato negro (GOMES, 2015) migrante que buscava reconstituir suas trajetórias na Amazônia Oriental.

12 Para uma visão (auto)crítica da forma como os comunistas entendiam as relações raciais no Brasil, ver: Buonicore (2018). Para um olhar sobre comparativo, a partir de um lugar em que a revolução triunfou, como Cuba, ver: Torres (2015) e Alfonso (2012). Essa última autora apresentou a situação paradoxal vivenciada pelos afro-cubanos desde os anos 1960, no pós-revolução: “Porque si resulta cierto que se aseguran niveles inéditos de igualdad entre blancos y negros, también, al ser saboteada a ciertas instancias una exploración plena de la afrocubanidad — ya no solo em sus aspectos folklóricos, sino sobre todo religiosos— se retardaba paradójicamente la posibilidad de una total reivindicación de este grupo”. (2012, p. 114). A partir da década de 1990, com o agravamento da situação econômica cubana, as desigualdades marcadas pela raça voltaram a ser visualizadas de forma mais evidente no cotidiano, gerando o aumento de questionamentos para um olhar centrado apenas nos elementos classistas; bem como para a manutenção de estruturas coloniais, mesmo no pós-revolução. Ver também: De la Fuente (2012).

13 Para uma abordagem sobre a história do PC do B, ver Sales (2017) e PC do B (1975).

14 Analisamos a trajetória de Chaves em Luiz (2018). Ver também: Rodrigues (2017).

15 Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974) nasceu em Passa Quatro, interior de Minas Gerais. Na juventude, atuou como boxeador no rio de Janeiro, sendo campeão amador. Após realizar o ensino médio na Escola Técnica Nacional (ETN), conseguiu bolsa de estudos para estudar o ensino superior na Tchecoslováquia. Retornou ao Brasil antes de concluir o curso na área de Engenharia. Já vinculado ao PC do B, fez curso de guerrilha na China. Foi um dos primeiros militantes do PC do B a instalar-se no Araguaia, estando presente ainda hoje na memória de muitos moradores locais. Sobre ele surgiram narrativas, muito vinculadas ao universo das encantarias, segundo as quais ele tinha o poder de se transformar em animais, evitando assim ser preso pelos militares (JOFFILY, 2008; SADER, 1990; TELES, 2014; LUIZ, 2017; PINTO, 2018). Tratamos mais detalhadamente sobre Osvaldão em Luiz (2020); artigo que buscou problematizar como as relações étnico-raciais foram abordadas no documentário Osvaldão (2014).

EXPERIÊNCIAS NEGRAS DURANTE O CERCO E ANIQUILAMENTO À GUERRILHA DO ARAGUAIA

É importante lembrarmos que as políticas dos governos militares eram colocadas em ação num contexto onde cada vez mais se reforçava uma concepção de povo mestiço e cordial, que servia de obstáculo para que fosse denunciado o racismo vigente no país. Tal valorização de uma pretensa democracia racial estava presente não só nas políticas oficiais dos militares, mas também nas ações dos civis, com destaque para os grandes veículos de comunicação:

Mesmo depois do golpe militar em 1964, e apesar da censura à imprensa, as denúncias de preconceito racial eram cada vez mais citadas na imprensa. Ao comentá-las, o argumento dos jornalistas era quase sempre o mesmo: não se deveria admitir qualquer tipo de discriminação num país famoso pela tolerância racial. Os casos de preconceito racial eram vistos como aberrações e não como manifestações de um racismo entranhado na sociedade brasileira. E era conveniente que fossem vistos assim, pois permitia a reprodução de relações sociais que terminavam privilegiando apenas uma parte da população brasileira (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Os governos militares também se valiam de tal posicionamento. Com o tempo, mesmo as estatísticas oficiais buscariam eliminar os dados que apontassem para a existência de tensões envolvendo as relações raciais:

Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A idéia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares. A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Através dessas medidas, os militares e parte da sociedade civil contribuiram não só para manter vigentes as desigualdades existentes no país, como também para que as populações negras e indígenas continuassem sendo alvos de diversas atrocidades, por serem vistas como menos importantes dentro de hierarquias culturalmente construídas.

Mbembe (2016), convida-nos a refletir sobre as relações entre a soberania, o poder e o controle sobre a morte no mundo contemporâneo. Segundo esse autor: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.” (2016, p. 135). Esse tipo de poder guarda heranças dos períodos em que as potências europeias exerceram domínio colonial frente a povos da América, África e Ásia; mas que também vêm ganhando novos contornos a partir das formas em que, na atualidade, os “soberanos” exercem a escolha sobre “quem pode viver e quem deve morrer” (2016, p. 123); entre quem merece proteção e quem pode ser considerado descartável.

Mbembe lançou questionamentos frente “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (2016, p. 125). No Brasil, não começou nos dias atuais o exercício da “instrumentalização generalizada da existência”

e a “destruição material dos corpos e populações”; em especial no tocante as populações negras, pobres e moradoras das periferias ou espaços afastados dos grandes centros. Esse tipo de ação está há muito vinculado à nossa história, perpassando os períodos colonial, imperial e imperial, e se materializou também na repressão às Forças Guerrilheiras do Araguaia, num dos episódios mais violentos da história do regime militar no Brasil.

No Araguaia, afora a disputa “militares versos guerrilheiros”, a população local também acabou sendo amplamente afetada pelo terror de estado, sendo alvo também de torturas, deslocamentos forçados, queima de roças, entre outros abusos cometidos por agentes do Estado junto a pessoas que em sua grande maioria não apoiavam o movimento guerrilheiro. Essa população acabou sendo alvo de um estado de sítio; e acabou sendo também atingida, juntamente com os guerrilheiros, pela concepção de “inimigo interno” então usada pelo regime, a partir da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina, irradiada no Brasil a partir da Escola Superior de Guerra, constituía-se como um alinhamento do Regime ao anticomunismo dos Estados Unidos e seus apoiadores durante a Guerra Fria (COIMBRA, 2000). Para Mbembe:

O ‘estado de sítio em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios, sobre quando e em quem atirar (2016, p. 138).

Historicamente tal tipo de ação costuma ser mediada pelas relações étnico-raciais. No Brasil, ações como ocorreram na Guerrilha do Araguaia acabam trazendo mais uma vez à tona concepções longínquas, cunhadas durante os quase quatro séculos de escravidão negra. Além disso, no início da República, ocorreu ainda uma reificação das hierarquias sociais no país, mediante a adoção, por muitos intelectuais, de teorias racialistas cunhadas na Europa entre o fim do século XIX e início do XX. Tais teorias chegavam ao país junto com a expansão do liberalismo econômico, como resultado também dos avanços imperialistas das potências europeias. Quanto a estas teorias, Seyferth apontou que:

Guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros ‘bárbaros’ e os índios ‘selvagens’ se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias (1996, p. 43).

A mesma autora, ao tratar das hierarquias raciais no contexto das migrações europeias para o Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, fez alusão a um cenário onde, não por acaso, a ideia de progresso estava atrelada às referidas hierarquias:

Caboclos, negros, mestiços em geral e até imigrantes portugueses eram considerados apenas coadjuvantes do progresso a ser introduzido por uma agricultura ‘racional’ - serviram para o trabalho ‘pesado’ de desbravamento e desmatamento - conforme opinião de Meneses e Souza (1875). Os pressupostos de inferioridade e a hierarquização baseada em elementos de natureza racial (como determinante de ‘capacidades’) são mais do que óbvios quando está em jogo a ideia de ‘progresso’ orientadora das políticas de colonização (1996, p. 47).

Esse tipo de visão, guardadas suas especificidades, acabaria sendo realimentada no contexto da implementação do PIN na Amazônia, onde indígenas e negros também não seriam vistos como sujeitos do projeto de modernização em desenvolvimento durante o período do chamado “milagre econômico” (1969-1973) no país. Ao contrário, o Estado e os civis beneficiados pelas políticas do regime militar (grandes empresários, latifundiários, investidores, entre outros), passaram a alimentar a defesa de uma concepção de progresso que não visava a melhoria das condições de vida daquelas populações, vistas como mera força de trabalho, ou simplesmente como peças descartáveis.

Um dos exemplos dos abusos cometidos à população local durante a repressão à Guerrilha do Araguaia aconteceu com a família de Lauro Rodrigues, homem negro que era criança a época da Guerrilha. Como relatou em seu testemunho à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em audiência realizada em novembro de 2012, em Marabá-PA:

E, em setenta e dois, em abril de setenta e dois, o pessoal do Exército invadiram a nossa residência, do Araguaia; e meu pai, o Eduardo, tá aqui presente, oitenta e sete anos¹⁶, foi o primeiro a ser preso, o primeiro trabalhador rural a ser preso. Passou quatro meses preso e, entre aqui o Marabá, tiro de guerra, e Belém; depois, ele foi liberado. O pessoal do Exército foi na nossa região novamente. Metralhou a casa dos guerrilheiros, toda. Derrubaram. Botaram fogo também na nossa casa e nós, meu pai cum [emociona-se] dez filhos teve que sair correndo pra cidade, atravessando o rio, pra não ser metralhado, de noite, na ilha. E, de lá tivemos que sair pra cidade, sem poder, sem ter condições. Minha mãe, que já é falecida, foi ser boleira aqui em Marabá. Fazer bolo. Pra vender. Pra criar a gente¹⁷ (RODRIGUES, 2019 [2012]).

Mas não seriam “apenas” materiais os danos que sua família viria a sofrer, meramente por morar nas proximidades de um dos agrupamentos guerrilheiros, o Destacamento A, liderado por André Grabois (1946-1976), filho de Maurício Grabois (1912-1973), comandante da Guerrilha.¹⁸ Em um depoimento marcado pelas lágrimas, Lauro¹⁹ narrou que:

Mas antes, eu sofri um acidente lá. Com três mês que tinha começado a Guerrilha, eu, tava o Sabino, que era um filho, irmão meu de criação, ele achou uma bomba, uma granada, deixada lá pelo Exército, porque, segundo eles, era deles, que eles fizeram perícia. (...) Talvez eles tenham perdido, deixado, esquecido lá no local. E eu perdi a mão, naquele momento, fiquei todo quebrado. O Sabino morreu na hora e, o corpo dele a gente não sabe onde foi sepultado, até hoje a gente não sabe. E

16 Falecido em setembro de 2019.

17 Transcrição *ipsis litteris*.

18 Os guerrilheiros dividiam-se, inicialmente, em três destacamentos, cada um com autonomia entre si, e uma comissão militar. Cada destacamento possuía pouco mais de vinte integrantes e possuía um líder e um vice-líder. Os guerrilheiros não conseguiram uma grande adesão dos moradores locais, de modo a possibilitar a ampliação dos destacamentos. Além dos seus problemas internos, como a pouca experiência militar dos combatentes e a falta de armamentos, influenciaram bastante as ações repressivas dos militares, que dissuadiram uma possível maior participação camponesa. Também não deve ser subestimado o fator de que os moradores locais, grosso modo, compreendiam pouco os ideais defendidos pelos guerrilheiros, tendo em vista que os conflitos armados se iniciaram em um período em que os militantes do PC do B ainda não haviam apresentado explicitamente as suas visões e propósitos políticos/militares para a população. Ver: Campos Filho (2012).

19 Lauro também apresentou depoimentos aos documentários: *Camponeses do Araguaia* (2010) e *Araguaia: Campos Sagrado* (2010).

esse período a gente ficou lutando pela vida, para sobreviver e criar. Os mais velhos ajudando a criar os mais novo. E assim a gente vem na luta até hoje (RODRIGUES, 2019 [2012]).

As memórias de Lauro e sua família, trazem lembranças de dor, sofrimento, perda; trazem as marcas indeléveis deixadas na população pela forma como suas casas, roçados, vilas, e vidas foram cercadas durante a ação dos militares. Tais ações tinham como objetivo não somente a captura dos guerrilheiros, mas também impor o medo e exercer o controle sobre homens e mulheres da população local, de modo a evitar uma possível adesão à luta, ou ainda a incorporação a novos movimentos contestatórios da ordem política vigente. Lauro aponta que jamais a família recebeu os restos mortais de Sabino, o que dá uma mostra a mais do autoritarismo exercido pelos militares naquele momento na Fronteira Araguaia-To-cantins.

Estava não apenas em cena o jogo sobre a vida e a morte, sobre quem teria o direito básico ou não de enterrar os seus parentes mortos; mas também a tentativa de eliminar as provas que pudessem ser usadas posteriormente para investigar as atrocidades cometidas no interior da floresta Amazônica durante aqueles anos. Lembremos que, assim como ocorreu com Sabino, a maior parte dos corpos dos guerrilheiros jamais foi entregue aos seus familiares, constituindo-se como um crime de desaparecimento político. Os abusos cometidos pelos militares seriam absolvidos pela Lei da Anistia de 1979, garantindo impunidade a muitos perpetradores de violência, que iriam passar o resto de suas vidas sem irem a julgamento por seus crimes.

A ETNICIDADE E OS AGENCIAMENTOS ENTRE OS GUERRILHEIROS E A POPULAÇÃO NEGRA

Cunha lançou uma instigante observação àqueles que se propõe investigar as relações étnico-raciais. Essa antropóloga nos chama a atenção para que observemos não apenas os elementos mais visíveis do que é *dito* por um determinado grupo ao entrar em contato com o outro, mas que fiquemos atentos ao *como* esses elementos são constituídos e comunicados durante as relações:

Parece-me que ficou claro que a etnicidade, como qualquer forma de reivindicação de cunho cultural, é uma forma importante de protestos eminentemente políticos. Reconhecer o que ela diz, o protesto, a resistência, há quem o faça. Mas o que ela diz, diz-lo de certa maneira. Não há por que pensar que essa maneira seja um balbuciar (CUNHA, 2009, p. 244).

A cultura, as tradições e as identidades étnicas devem ser lidas não apenas como fatores apriorísticos, meras heranças legadas por gerações mais antigas de um grupo, mas como elementos que, sem deixar de remeterem a essas heranças, relacionam-se com as dinâmicas das relações de poder instituídas a partir do tempo presente. Conforme Cunha apontou no mesmo texto: "A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou" (CUNHA, 2009, p. 239).

Uma das fontes que trabalhamos na pesquisa é o “Programa dos vinte e sete pontos”, apresentado durante os conflitos como carta-proposta pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia, através do que passaram a denominar como União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULDP), entidade – constituída durante o calor dos combates — que visava reunir a guerrilha e a população local. O programa tinha como objetivo atrair para a causa revolucionária a população da região do Araguaia e foi elaborado antes da presença dos militantes do PC do B serem descobertos e fosse dado início aos combates, em abril de 1972.

Como apontou um dos guerrilheiros sobreviventes, o ex-deputado federal José Genoíno Neto, em entrevista publicada por Dória et. al.: “Em meados de 71 vamos elaborar, junto com a população, um programa com as reivindicações da região, desde o problema de terra, grilagem, saúde, miséria, falta de comércio até o problema mais geral dos camponeses, que desemboca na reforma agrária” (1978, p. 35).

Tal programa tem marcado presença constante nos anexos das inúmeras obras que trataram da Guerrilha (DÓRIA et al., 1978; PORTELA, 2002; AMORIM, 2014). A versão mais antiga por nós localizada, publicada ainda durante os combates, encontra-se no jornal do próprio PC do B, *A Classe Operária*²⁰, em seu número 77, de setembro de 1973. Gostaríamos de chamar atenção para um dos pontos que integra esse programa. Segundo os integrantes da ULDP:

‘A união do povo do interior tem que ser feita partindo de suas reivindicações mais sentidas e imediatas. *Que deseja o homem do interior?* Quais os problemas que mais sente? Ele quer: (...) 17. Respeito a todos os cultos religiosos, não sendo permitida a perseguição de qualquer pessoa por motivo de prática religiosa, inclusive da que professa a pajelança²¹, o terecô²² (sic.), o espiritismo, desde que esta prática não cause dano ao indivíduo (PC DO B, 1973, p. 10-11, grifo nosso).

20 Quando os militantes que haviam rompido com o PCB criaram o PC do B, reavivaram o antigo jornal *A Classe Operária*, que durante muitos anos fora publicado na clandestinidade e divulgado por militantes em diversas regiões do país. O jornal acabaria tendo um importante papel de comunicar parte dos acontecimentos no Araguaia, ainda que sob circulação restrita a pequenos círculos militantes, dada a perseguição ao partido perpetrada pelos militares durante a repressão à Guerrilha.

21 Até onde pudemos identificar em pesquisas de campo junto a moradores que vivenciaram o período, consideramos se tratar do que Ferreti designou como “pajelança de negros”, distinta das formas de catimbó comuns no Nordeste e da pajelança mais presente em outras regiões amazônicas, embora se aproxime desta em relação a presença de encantados e por centrar seus rituais em práticas de transe voltadas sobretudo para a cura de males físicos e espirituais: “Os termos pajé e pajelança são amplamente utilizados para designar rituais e especialistas religiosos e terapêuticos ligados à cultura indígena, ou à cultura cabocla, geralmente rural, encontrados principalmente no Norte do Brasil. Mas no Maranhão, desde meados do século XIX, são também muito utilizados para designar rituais e especialistas religiosos negros (africanos e afro-descendentes) destinados à ‘cura de feitiço’ ou para ‘dar passagem’ a entidades espirituais como Rei Sebastião, princesas, caboclos e outras, algumas vezes encantadas em animais (pássaros, peixes, répteis e mamíferos)” (FERRETI, 2014, p. 61).

22 “Terecô é a denominação dada à religião afro-brasileira tradicional de Codó – uma das principais cidades maranhenses, localizadas na zona do cerrado, na bacia do rio Itapecuru, a mais de 300 km em linha reta da capital (...). É também conhecido por encantaria de Barba Soêra ou Bárbara Soeira, entidade sincretizada com Santa Bárbara, e por tambor-da-mata, ou simplesmente mata, em alusão à sua origem rural ou para diferenciá-lo da mina surgida na capital. (...) Geralmente no terecô os pais e mães-de-santo são também curadores (...). Afirma-se que nesses trabalhos e práticas terapêuticas os terecozeiros associam à sabedoria herdada de velhos africanos conhecimentos indígenas, práticas de catimbó e da feitiçaria europeia e que também se apoiam no tambor-de-mina, na umbanda e na quimbanda (...)”. (FERRETI, 2011, p. 63-64).

Osvaldão e Francisco Chaves são dois dos guerrilheiros apontados como responsáveis pelo elo da Guerrilha com os praticantes da pajelança e do terecô²³. Mas, antes de avançarmos, fazem-se importante os questionamentos: Por que os guerrilheiros lançaram um olhar para os praticantes dessas religiões? E mais ainda, porque aqueles que professavam essas religiões optaram por interagir com aqueles novos sujeitos presentes na região? Sabemos hoje que os primeiros militantes do PC do B chegaram ao Araguaia em 1966, seis anos antes da realização do primeiro ataque por parte das Forças Armadas. Durante esses anos, buscaram se apropriar do conhecimento sobre a geografia do local e formas de vida dos moradores.

A própria linha política do partido, voltada para o marxismo-leninismo a partir de uma perspectiva maoísta, pregava uma vida de atividades práticas, integradas às experiências dos camponeses. Os militantes tiveram que exercer trabalhos na roça, pescar, caçar, aprender a se deslocarem entre as matas sem se perder, identificar que tipo de cipó continha água e como cortá-lo sem deixar o líquido se esvaír, entre outras aprendizagens (SÁ, 2004). Aqueles eram conhecimentos práticos que serviriam como preparação para uma época futura de combates, mas também para que eles pudessem ser vistos como próximos por parte dos moradores.

Com relação às religiões, incluindo-se as religiões de matriz africana, o contato era feito durante situações cotidianas. Não era defendida uma visão de que a religião era “o ópio do povo”, mas buscava-se nas religiões formas de diálogo e de ampliação dos contatos junto à população local. Como narrou Glênio Sá, um dos poucos guerrilheiros a sobreviverem:

Respeitávamos completamente as crenças dos caboclos e participávamos de tudo o que ocorria nas redondezas: de novenas a rituais de Terecô (espécie de candomblé com influência indígena) que tinha muita influência entre aquele povo. Tínhamos inúmeros afilhados de fogueiras juninas e éramos até chamados para resolver pendências entre eles (SÁ, 2004, p. 10)²⁴.

Apesar das poucas fontes disponíveis, algumas das quais abordadas em Luiz (2017), consideramos que os “terecozeiros” (como eram conhecidos aqueles religiosos) buscavam dar a ver aos guerrilheiros e ao restante da população os elementos constituidores de suas fronteiras identitárias. O que não implica uma adesão às ideias cada vez mais explicitamente veiculadas pelos guerrilheiros, mas que eles buscaram se constituir como sujeitos nesse diálogo. Talvez, justamente por isso, foram vistos como relevantes dentro de uma estratégia de aproximação, e mencionados no principal documento produzido pelos guerrilheiros.

Além das questões propriamente espirituais, é importante lembrarmos, como fez Teles (2014), a importância que aqueles religiosos tinham em relação as práticas de cura, num contexto de forte carência de assistência médica, onde mais do que nunca se faziam fundamentais os saberes das mata e os conhecimentos tradicionais, que serviriam como fatores diacríticos marcadores de fronteiras étnicas frente aos guerrilheiros; assim como o domínio das relações com os encantados e outros seres cultuados nas noites no interior da floresta.

23 Trabalhamos as relações entre a Guerrilha e o Terecô em Luiz (2017). Pinto (2018) realizou pesquisa sobre as concepções de religiosos de matriz africana da região Araguaia-Tocantins sobre a Guerrilha.

24 Outro sobrevivente, Zezinho do Araguaia, relatou a uma reportagem sobre o guerrilheiro Francisco Chaves que: “O Chaves participava dos terreiros. Não podíamos destoar do dia a dia dos moradores locais. O João Amazonas (principal líder do PCdoB), por exemplo, puxava um terço danado” (RODRIGUES, 2017, s/p).

Pinto (2018) abordou como muitos dos afro-religiosos locais – hoje em grande medida identificados mais com a Umbanda do que com o Terecô em específico –,²⁵ mantiveram memórias sobre a atuação dos guerrilheiros, especialmente quanto a Osvaldão. Esses religiosos procuraram, mais uma vez, por meio da produção de tais narrativas, manterem-se como sujeitos, de modo a usar a sua própria visão de mundo para interpretar os eventos ocorridos durante o cerco dos militares ao local. Narrativas estas que tratavam das intersecções entre guerrilheiros e população local, assim como das experiências vivenciadas naquele momento.

É importante observarmos que também foram realizadas intersecções entre integrantes da população local e os militares. Em muitos casos, tais aproximações ocorriam por meio de estratégias de coerção. Mediante o medo, ameaça e até mesmo torturas, muitos moradores passaram a colaborar com as Forças Armadas, seja por meio do repasse de informações, seja — no caso de muitos homens locais — através da colaboração durante a caçada aos guerrilheiros no interior da floresta. Houveram até casos em que os próprios moradores realizaram a detenção de guerrilheiros (SÁ, 2004). Os moradores locais, incluindo-se os indígenas Aikewara, foram usados como “guias”, por conhecerem bem os caminhos no interior das matas. Contudo, como já amplamente explorado pela literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, também haviam aqueles moradores que colaboraram mediante a promessa de obtenção de terras, dinheiro ou outros benefícios.

A ocorrência de tais colaborações não impediam que muitas pessoas continuassem sendo alvo de violências diversas, inclusive sendo vítimas de formas várias de opressão, como ocorreu com uma mulher identificada como terecozeira. Segundo depoimento dado em 2012 à CNV pelo indígena Tibaku do Suruí, em Marabá, essa mulher — não identificada nominalmente – foi vítima de forma simultânea do autoritarismo, racismo religioso e violência de gênero. De acordo com as palavras de Tibaku, à época um dos jovens Aikewara que atuaram como guias para os militares:

Aí, eu fiquei esses três anos junto com eles, até acabar essa guerrilha e, lá onde eles fizeram eu brigar, eu rasgar a roupa de uma mulher que era, eu considerava ela como minha mãe de criação. Aí pediram pra eu rasgar a roupa dela, porque tava mentindo. Porque ela mexia com negócio de terecô, sabe? Aí o sargento perguntou pra ela se ela fizesse um trabalho que os pessoal aparecesse lá na casa onde nós tava. Aí eles gostaria que fizesse isso pra eles. Mas aí ela num fez e eles ficaram com raiva e pediram pra mim rasgar a roupa dela. Eu rasguei, porque era obrigado, né? Porque se num fizesse isso eu apanhava (SURUÍ, 2020 [2012]).

Em outras palavras, a mulher foi agredida e teve seu corpo desnudado porque não aceitou realizar uma seção de terecô com o objetivo de atrair os guerrilheiros para uma armadilha. Os Aikewara e boa parte dos terecozeiros contatados pelos guerrilheiros viviam nos arredores da zona de atuação do Destacamento B, liderado por Osvaldão. É de se supor que tal proposta dos militares visava, sobretudo, capturar o líder guerrilheiro. Além de seu papel de liderança, Osvaldão é apontado como responsável pela morte do militar Cabo Rosa, a primeira morte ocorrida no conflito, em 1972. Desse modo, ele passou a ser alvo des-

25 Ferreti (2014) problematizou a umbandização do Terecô, ocorrida nas últimas décadas, o que resultou na incorporação do Terecô pela Umbanda — vista em muitos casos como mais aceita socialmente — em diversos locais, inclusive no espaço onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia.

de cedo dos militares, inclusive por ser um dos guerrilheiros mais comentados nos diálogos travados entre os moradores locais, seja pela sua habilidade militar, seja pelo fato de que muitos moradores o conheceram entre os anos de 1966 e 1972.

Esse episódio revela não somente a resistência assumida pela terecozeira, que teve sua religião, seus direitos e seu corpo desrespeitados; mas também uma forma de violência de gênero²⁶ muito presente durante o regime militar. Segundo Colling, que abordou casos análogos em que as mulheres eram desnudadas durante as torturas: “Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragiliza-lo, para que ele entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura” (1997, p. 80). Durante o combate aos guerrilheiros os militares materializavam formas de machismo, racismo e discriminação religiosa que não eram cunhadas somente no interior das academias militares, mas que faziam parte da sociedade brasileira de uma forma mais ampla. Ou seja, tal tipo de ação, facilitada pelo cerco e o estado de sítio instalados, não surgiu por acaso, pois possuía uma historicidade longínqua, presente no Brasil em uma longa duração.

Como indicamos no início, a pesquisa sobre esses e outros temas envolvendo a participação negra na Guerrilha do Araguaia ainda se encontra em desenvolvimento. Contudo, através das fontes e informações já localizadas, algumas das quais discutidas aqui, podemos compreender que entre as matas, rios e igarapés da Amazônia Oriental brasileira ocorreram experiências que colocaram muitas mulheres e homens negros, bem como religiosos vinculados às religiões de matriz africana, diante de situações-limite.

Guerrilheiros como os citados Osvaldão e Francisco Chaves perderam a vida em combate naqueles “anos de chumbo”. Todavia, suas ações permitiram o contato entre guerrilheiros negros e religiosos adeptos de religiões de matriz africana integrantes de um camponato negro. Ou seja, nos apontam experiências de diálogo político que nos permitem ressignificar a história do regime militar no país, podendo ampliar a compreensão sobre a atuação de homens e mulheres negras naquele contexto.

No mesmo sentido, mulheres como a terecozeira citada no depoimento do indígena Tibaku do Suruí, foram alvos não só de torturas, como também de formas de discriminação de quem via seu corpo e sua forma de se manifestar religiosamente como inferiores. Nos anos 1970, esse tipo de visão também se deslocava de forma acelerada para aquela porção da Amazônia, junto com as frentes de expansão; juntamente com um paradigma voltado para a destruição ambiental, concentração fundiária, desrespeito aos saberes dos grupos e povos tradicionais, e manutenção do racismo e formas de desigualdade há muito vigentes no país.

26 Para uma abordagem sobre a perspectiva de gênero e atuação das mulheres guerrilheiras durante o conflito, ver: Cavalcanti Junior (2020).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. "Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALFONSO, María Isabel. "Ediciones El Puente y dinámicas raciales de los años 60: un capítulo olvidado de la historia literaria cubana". **Temas**, La Habana, n. 70, p. 110-118, abr-jun. 2012.
- AMORIM, Carlos. **Araguaia: histórias de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ANITA GARIBALDI. **Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2005.
- ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: E. C. de Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014.
- BUONICORE, Augusto Cezar. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES_SOBRE_O_MARXISMO_E_A_QUESTAO_RACIAL.pdf. Acesso: Mar. 2018.
- CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: V. Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinas do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Corte IDH. **Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es. Acesso: abr. 2017.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Etnicidade: Da Cultura Residual mas irreduzível". In: _____. **Cultura com Aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244.
- DE LA FUENTE, Alejandro. "Tengo una raza oscura y discriminada". El movimiento afrocubano: hacia un programa consensuado". **Nueva Sociedad**, Ciudad de Buenos Aires, n. 242, nov-dez, 2012.
- DÓRIA, Palmerio; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. 141 f. Dissertação – (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu. **O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia**. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%2000092_000950_2014_66.pdf. Acesso em 10 mar. 2018.

FERRETI, M. M. R. "A Mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras". In: MAUÉS, Raimundo Herald; VILLACORTA, Gisela Macambira. **Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 149-179.

_____. "Brinquedo de Cura em Terreiro de Mina". **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 59, p. 57-78, dez. 2014.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no Depos/SP (1964-1983)**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. "Black Rio contra o sistema: considerações sobre autenticidade e combate à ditadura civil-militar (1970-1977)". In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, II/XVIII, 2018, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2018, p. 1-10.

LUIZ, Janailson Macêdo. "**Minha irmandade, vamos se reunir**": o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502838282_ARQUIVO_Artigo_OTerecoeaGuerrilha.pdf. Acesso: set. 2017.

_____. "Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil". **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018.

_____. "Estou aqui fazendo um filme': relações étnico-raciais e lutas pela memória em Osvaldão (2014)". **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 37, 2020.

MBEMBE, Achille. "Necropolítica". **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez 2016.

NAPOLITANO, Marcos. "Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro". **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

_____. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NOSSA, Leônêncio. **Mata!** O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Graboys, 2014. 80 min.

PC DO B. "Programa Popular". **A classe operária**: órgão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, s/l, n. 77, p. 10-12, set. 1973.

_____. "Denodado lutador de vanguarda". **A classe operária**: órgão central do Partido Comunista do Brasil, n. 85, ano 10, p. 2 e 7, mai. 1974.

_____. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro**: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar**: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do Povo de Santo da Região Araguaia-Tocantins. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. "Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro". **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, p. 1054-1079, 2018.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**: A saga do Araguaia. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

RIOS, Flavia. "A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar". **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21.1, p. 73-96, 2014.

RODRIGUES, Alan. "Identificada a ossada de Preto Chaves". *Istoé*, São Paulo, 15. Jan. 2013. Disponível em: https://istoe.com.br/276044_IDENTIFICADA+A+OSSADA+DE+PRETO+CHAVES. Acesso: Jan. 2017.

RODRIGUES, Lauro. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. Audiovisual. 8min.19s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sSEPoFGWaI4>. Acesso: 15 mai. 2019.

SÁ, Glênio. **Araguaia**: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

SADER, Regina. "Lutas e imaginário camponês". **Tempo Social**: Ver. Sociol. USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1. Sem. 1990.

SALES, Jean Rodrigues. "História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico". **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311. maio/ago. 2017.

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz: CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

_____. **Frente Cultural**: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 2008. 146 f., Il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SOUZA, Sérgio Luiz de Souza. "O contexto urbano e os territórios negros". In: _____. **(Re)Vivências negras**: entre batuques, bailados e devoções - práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950). Ribeirão Preto: Edição do Autor, 2007.

SURUÍ, Tibaku do. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. Audiovisual. 4min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RAYf_ChllVc. Acesso: 11 nov. 2020.

TELES, J. de A. "Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)". **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 464-480, set-dez. 2014.

TORRES, Roberto Zurbano. "Racismo vs. socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno)". **Meridional**: Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, Santiago, n. 4, p. 11-40, abr. 2015.

VASCONCELOS, Mônica de Almeida. 2018. **Memórias do Araguaia**: Problematizando o ensino sobre a Guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA. Monografia (Graduação em Educação do Campo). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará: Marabá, 2018.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

A revista *Chile-América* como arquivo da denúncia: a violência política da ditadura pinochetista por meio de testemunhos e imagens¹

La revista *Chile-América* como archivo de denuncia: la violencia política de la dictadura de Pinochet a través de testimonios e imágenes

The magazine *Chile-América* as an archive of the complaint: the political violence of the Pinochet dictatorship through testimonies and images

Raphael Coelho Neto²



Não registrado

Resumo | *Chile-América* foi uma revista do exílio chileno publicada em Roma, na Itália, entre 1974 e 1983, durante a ditadura militar chilena (1973-1990). Foi criada, editada e dirigida por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, chilenos identificados com um campo político socialista ou progressista cristão. A revista, junto ao debate político desenvolvido em suas páginas, contribuiu decisivamente para informar sobre os acontecimentos no Chile, enfatizando a circulação das denúncias que se produziram contra os crimes do aparato repressivo da ditadura. Inserida em redes transnacionais, atuou ao lado de organizações de direitos humanos e de formações e lideranças políticas diversas, do exílio e do Chile. O objetivo deste artigo consiste, então, em analisar parte do conteúdo destinado às denúncias tangentes à violação de direitos humanos no Chile, enfatizando a combinação da composição textual e imagética. Nesse sentido, interessa-nos a publicação e divulgação, em *Chile-América*, de desenhos criados por prisioneiros políticos ou artistas que buscavam, com a linguagem visual, compor o repertório de informações e denúncias sobre o autoritarismo vigente no Chile naquele contexto. É nossa intenção, com este trabalho, ressaltar o papel da revista *Chile-América* na formação de uma espécie de arquivo alternativo, composto por um acervo que procurou, ao mesmo tempo, informar o público leitor e organizar/produzir documentação de grande valor histórico no que toca à memória da violência política da ditadura e a resistência do campo da oposição democrática.

Palavras-Chave | Ditadura militar chilena. Exílio. Revista *Chile-América*. Direitos humanos.

Resumen | *Chile-América* fue una revista del exilio chileno publicada en Roma, Italia, entre 1974 y 1983, durante la dictadura militar chilena (1973-1990). Fue creado, editado y dirigido por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton y Esteban Tomic, chilenos identificados con un campo político cristiano socialista o progresista. La revista, junto con el debate político desarrollado en sus páginas, contribuyó decisivamente a informar sobre los acontecimientos de Chile, destacando la circulación de las denuncias que se produjeron contra los crímenes cometidos por el aparato represor de la dictadura. Inserta en redes transnacionales, trabajó junto a organizaciones de derechos humanos y diversas formaciones políticas y líderes, tanto en el exilio como en Chile. El propósito

¹ Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado, especificamente presente no capítulo 3, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da CAPES, intitulada *A revista Chile-América no exílio: redes de denúncia, direitos humanos e renovação socialista (1974-1983)*.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

de este artículo es, entonces, analizar parte del contenido destinado a las denuncias relacionadas con la violación de los derechos humanos en Chile, enfatizando la combinación de composición textual e imaginaria. En este sentido, nos interesa la publicación y difusión, en Chile-América, de dibujos realizados por presos políticos o artistas que buscaron, con lenguaje visual, componer el repertorio de informaciones y denuncias sobre el autoritarismo imperante en Chile en ese contexto. Es nuestra intención, con este trabajo, resaltar el papel de la revista Chile-América en la formación de una especie de archivo alternativo, integrado por una colección que buscaba, al mismo tiempo, informar al público lector y organizar/producir documentación de gran valor histórico en la que se toca la memoria de la violencia política de la dictadura y la resistencia del campo de la oposición democrática.

Palabras clave | Dictadura militar chilena. Exilio. Revista Chile-América. Derechos humanos.

Abstract | *Chile-América* was a Chilean exile magazine published in Rome, Italy, between 1974 and 1983, during the Chilean military dictatorship (1973-1990). It was created, edited and directed by Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton and Esteban Tomic, Chileans identified with socialist or progressive Christian political fields. The magazine, along with the political debate developed in its pages, contributed decisively to the reporting of events in Chile, emphasizing the circulation of denunciations that were produced against crimes committed by the repressive apparatus of the dictatorship. Inserted in transnational networks, the magazine worked alongside human rights organizations and diverse political formations and leaders, both in exile and in Chile. The purpose of this article is, then, to analyze part of the content intended for denunciations related to the violation of human rights in Chile, emphasizing the combination of textual and imagery composition. In this sense, we are interested in the publication and dissemination, in *Chile-America*, of drawings created by political prisoners or artists who sought, with visual language, to compose the repertoire of information and denunciations about the authoritarianism prevailing in Chile in that context. It is our intention, with this work, to emphasize the role of *Chile-América* magazine in the formation of a kind of alternative archive, composed of a collection that sought, at the same time, to inform the reading public and to organize/produce documentation of great historical value in the that touches on the memory of the political violence of the dictatorship and the resistance of the democratic opposition field.

Keywords | Chilean military dictatorship. Exile. *Chile-América* magazine. Human rights.

INTRODUÇÃO

O artigo que ora desenvolvemos objetiva compreender as estratégias de denúncia (em narrativas e imagens) da violência política da ditadura militar no Chile por parte da revista *Chile-América*, um dos mais importantes impressos da resistência chilena no exílio, cumprindo um expressivo papel de intervenção na arena humanitária e política transnacional.

O golpe de Estado contra Salvador Allende e o governo da Unidade Popular (UP), em 11 de setembro de 1973, foi um ato de extrema violência orquestrado e consumado pela direita chilena, com a participação de organizações sociais e políticas conservadoras e autoritárias, setores econômicos e midiáticos, e a ação fundamental e decisiva das Forças Armadas e do aparato de inteligência dos Estados Unidos. O autoritarismo, a brutal repressão, a tortura, as mortes, os desaparecimentos, a censura, a autocensura, a vigilância, a delação, a violência social, o fechamento inicial dos espaços de sociabilidade política (partidos, sindicatos e demais formas associativas), as profundas mudanças na política econômica e a pau-

latina introdução de valores decorrentes de uma visão de mundo neoliberal provocaram, em 17 de anos de ditadura militar (1973-1990), encabeçada pelo general Augusto Pinochet, uma ruptura drástica em relação ao que o Chile ensaiava ao longo do século XX no que dizia respeito ao desenvolvimento social e político.

O exílio massivo de chilenos foi um dos caminhos seguidos pela resistência ao golpe e à ditadura militar implementada, e foi sob essa condição política que se fundou, em setembro de 1974, a revista política *Chile-América*, em Roma. O impresso foi editado e dirigido por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, membros do *Comité Editor*, tendo sido Fernando Murillo Viaña o secretário de redação da revista. Todos eles estiveram exilados na Itália (Esteban Tomic viveu também na Venezuela), tendo como trajetória a atuação na política chilena e o pertencimento a partidos políticos que, durante a ditadura de Augusto Pinochet, transformaram-se em resistência política, com destaque para a Izquierda Cristiana (IC) – Julio Silva Solar; o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) – José Antonio Viera-Gallo; e a Democracia Cristiana (DC) – Bernardo Leighton e Esteban Tomic. Apenas Fernando Murillo Viaña teve uma vinculação partidária não tão orgânica, filiado ao Partido Comunista chileno (PCCCh), não tendo sido formado, portanto, como os demais, em uma cultura política humanista/cristã e progressista.

Chile-América nasceu, precisamente, da necessidade de se promover a aproximação entre parte da UP e setores da DC, a partir da base mais progressista democrata-cristã, a que condenou imediatamente o golpe militar, tendo em vista que a ala diretiva mais à direita desse partido de centro, liderada por Eduardo Frei Montalva e Patricio Aylwin, apoiou a derrocada e destituição do governo de Salvador Allende pelos militares. Torna-se central lembrar que a relação entre a DC e a UP havia sido fraturada institucionalmente, desde o Congresso chileno, no auge da crise de governabilidade da esquerda chilena sob a presidência de Allende. A ausência de apoio oficial da DC a Salvador Allende comprometeu sobremaneira a sustentação do governo socialista.³

Assim, *Chile-América* se apresentou, em seu texto de fundação, *Posición y propósitos*, como resultado da iniciativa de um grupo de políticos e intelectuais da DC e da UP que representavam interesses para além deles próprios, membros do corpo editorial, propondo agregar forças políticas em uma luta unitária pelo restabelecimento de práticas e instituições democráticas, contra a intervenção militar e a ditadura no Chile. A revista se prestou, então, a ser uma tribuna de forças democráticas e progressistas que se dispunham à “defensa de los derechos humanos, del nivel de vida de los trabajadores, de la independencia nacional y de las libertades públicas” (EDITORIAL, 1974, p. 3-4).

O principal editor do impresso, seu diretor até 1982, Julio Silva Solar, explicou a respeito da criação de *Chile-América* na capital italiana, Roma, em setembro de 1974:

Esta historia empezó cuando nos encontramos en Roma, a comienzos de 1974, Bernardo Leighton, José A. Viera Gallo, Esteban Tomic y yo (Julio Silva S.). No era

3 Após uma breve aproximação nos momentos iniciais do governo de Salvador Allende, a DC, com uma posição política de centro, exerceu forte oposição parlamentar, em boa parte do mandato do presidente socialista, às políticas emergentes da UP, sobretudo nos meses finais que antecederam o golpe militar. Setores mais à direita do partido, liderados pelo ex-presidente Eduardo Frei Montalva, apoiaram a intervenção militar e a saída de Salvador Allende da presidência. Trata-se de questão central para o surgimento e desenvolvimento da revista Chile-América.

precisamente un encuentro de turistas. Estábamos exiliados. Después de largas deliberaciones acordamos formar un Centro de Documentación que editaría una revista, que fue finalmente “Chile-América”. Queríamos, tal vez, entre otras cosas, revertir en un modesto nivel, la aguda beligerancia que se había producido entre la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, lo que despejó el camino al golpe militar del 11 de setiembre de 1973. Al contrario, nuestra iniciativa dependía de la buena y eficaz colaboración que pudiéramos lograr entre dos demócratas cristianos, Leighton y Esteban Tomic y dos de la Unidad Popular, Viera Gallo y yo. Esa colaboración funcionó, dió resultado: la revista se publicó durante 10 años, su último número es de setiembre de 1983 (SILVA SOLAR, acceso em 2016)

De setembro de 1974, um ano após o golpe, a setembro de 1983, foram publicados 89 números de *Chile-América*, em edições duplas ou triplas, de circulação trimestral. Suas diferentes seções enfatizaram o debate político e pelos direitos humanos, destacando-se também as publicações sobre economia, as bases progressistas da Igreja católica chilena e internacional, cultura, informações diversas sobre o Chile, neste caso, muitas vezes, por meio de correspondências divulgadas que evidenciavam o amplo alcance atingido pela revista.

Com a necessidade de retorno de Julio Silva Solar, em 1982, para Santiago, volta ao país autorizada em função do agravamento do estado de saúde de sua companheira, Glória Montes, José Antonio Viera-Gallo assumiu a direção da revista em Roma por cerca de um ano, até o fim da publicação. Viera-Gallo, além de ser responsável pela parte financeira e os contatos no exterior em toda trajetória da revista, redigiu todos os editoriais durante seus nove anos de existência. Costumava submeter seus textos a Bernardo Leighton, enquanto este, liderança democrata-cristã, esteve em condições físicas de colaborar com a revista, tendo em vista o atentado sofrido por ele na Itália, desfechado pela extrema direita local em associação com a ditadura chilena, pouco mais de um ano após a criação de *Chile-América*, fato que debilitou a sua saúde (VIERA-GALLO, entrevista ao autor, 2018). Bernardo Leighton, pela importante e reconhecida trajetória como intelectual e político democrata-cristão, fundador do partido, conferiu à *Chile-América* prestígio internacional e difusão nos principais circuitos da DC internacional, sobretudo a democracia-cristã italiana e venezuelana, circulação reforçada pela presença de Esteban Tomic, filho de outro prestigiado democrata-cristão chileno, Radomiro Tomic.

Com o retorno, até 1983, daqueles que foram seus fundadores e diretores em momentos distintos, Silva Solar por maior tempo e, depois, Viera-Gallo, *Chile-América*, como revista do exílio, encerrou sua publicação com a edição 88-89, correspondente ao período de julho a outubro de 1983. Cumpriu seu papel fundamental no exílio, tendo sido o principal impresso periódico de debate político plural no campo progressista e de denúncia da violação de direitos humanos cometida pela ditadura de Augusto Pinochet.

Ainda que a intenção dos dois principais editores da revista, Silva Solar e Viera-Gallo, tenha sido a de publicá-la em Santiago, sobressaíram as condições de censura, impedindo sua continuidade no Chile. Também foram empecilhos determinantes as dificuldades financeiras, reveladas pelo *Consejo de Chile-América* aos leitores, em sua última edição:

Durante casi 10 años realizamos una empresa que parecía imposible: entregar ininterrumpidamente la revista superando complejos problemas derivados de la per-

manente exigüedad de los medios disponibles. Lo logramos gracias a la generosa contribución de nuestros donantes y al apoyo de nuestros suscriptores. Ese flujo de recursos no ha sido posible mantenerlo, y ahora nos vemos forzados a cerrar esta etapa (CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA, 1983, p. 2).

Chile-América buscou, claramente, como linha editorial, fazer a denúncia da repressão política e propor uma saída democrática para a ditadura militar, perspectiva de atuação presente em todos os números da revista. Vinculou-se, na virada da década de 1970 e princípio dos anos 1980, ao movimento pela renovação do socialismo no Chile, que defendia profundas transformações teóricas e práticas para a esquerda chilena, com forte influência eurocomunista, afastando-se da linha marxista-leninista e apontando para uma ampla frente democrático-progressista. Tendo em vistas sua inserção em redes transnacionais de circulação das informações e das denúncias tangentes à violação de direitos humanos no Chile pelo aparato repressivo da ditadura, a revista constituiu-se como uma espécie de arquivo alternativo do terror estatal levado à efeito contra os opositores do regime pinochetista, produzindo, recebendo ou organizando documentação que se acumulava em suas páginas de maneira integral ou parcialmente, muitas vezes oriunda de organismos ou comissões humanitárias diversas.

TESTEMUNHOS E IMAGENS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DA DITADURA: AS PRISÕES CLANDESTINAS DA DITADURA

Em *Chile-América*, a seção *Derechos Humanos* da edição 16-17-18, publicada no início de 1976, foi especialmente contundente em termos das denúncias exercidas contra a ditadura. E isso se consumou ao serem apresentados informes de comissões de direitos humanos e testemunhos de ex-prisioneiros que estiveram em espaços clandestinos de tortura, com destaque para *Villa Grimaldi*⁴.

Os depoimentos dos perseguidos políticos estiveram originalmente presentes no informe de janeiro de 1976 do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* da Comissão de Direitos Humanos da ONU, no contexto de investigação das denúncias de violência cometida pelo Estado ditatorial chileno. Esclarecia-se na revista a respeito da difusão do documento da ONU: “A raíz de la difusión en Ginebra y en el mundo entero del Informe del Grupo de Trabajo Ad Hoc establecido por la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas para investigar la situación actual de los derechos humanos en Chile, [...] CHILE-AMÉRICA [lo] ha estudiado cuidadosamente”. E complementou: “las acusaciones contenidas en el informe son abrumadoras y los testimonios anexos mucho más impresionantes” (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 70).

⁴ *Villa Grimaldi* foi uma propriedade localizado em imóvel (hoje centro de memória *Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi*) situado na rua José Arrieta, na divisa das comunas de *Peñalolén* e de *La Reina*, em Santiago, próximo à cordilheira. Tratou-se de um antigo restaurante que se chamava *El Paraíso* até novembro de 1974. Antes de ser um centro comercial, fora uma mansão de luxo com jardins amplos e piscina. Ao final desse ano de 1974, foi expropriada por *Resolución Exenta* número 3.575 da *Corporación de Mejoramiento Urbano* e se transformou em quartel-sede da *Brigada de Inteligencia Metropolitana*, BIM, sob a direção de Manuel Contreras, que também chefiou a DINA (ROJAS, 1988, p. 50-51).

Os acessos de *Chile-América* aos documentos produzidos pela referida comissão das Nações Unidas ocorriam, frequentemente, como revelado pelos editores da revista, por meio da divulgação exercida pela própria organização transnacional, visando conhecimento público das informações e, portanto, destinando-os também à imprensa internacional interessada em reproduzi-los. Segundo Luis Roniger, a respeito dessa conjuntura, os organismos humanitários transnacionais e a formação de organizações não governamentais e civis associadas ao ativismo e solidariedade nas comunidades do exílio latino-americano “habrían de insertar el nuevo discurso de los derechos humanos aun bajo las dictaduras e impactar la evolución de la normativa jurídica tras las transiciones a la democracia en América Latina” (RONIGER, 2018, p. 29). De fato, a luta política que seguia resolutamente o caminho das denúncias e circulação das informações de maneira a pressionar a ditadura chilena, contribuiria anos depois para reivindicar justiça de transição, um compromisso democrático pela verdade e pela memória de forma a responder moral e judicialmente à violência política.

Em *Chile-América*, os contatos e a organização de material adquirido junto aos organismos de direitos humanos eram, geralmente, realizados por Fernando Murillo Viaña, embora todos os membros de *Chile-América* tivessem alguma vinculação e entrada junto à ONU e demais organismos transnacionais, em razão do trabalho exercido por eles e pelo prestígio que angariavam como intelectuais chilenos exilados. Ademais, os membros da revista reforçaram conexões com compatriotas que trabalhavam na esfera transnacional pelos direitos humanos, como o ex-deputado pelo Partido Comunista do Chile, Luis Guastavino, membro da ONU e de *Chile-Democrático*, organização com sede em Roma, tal qual a revista, fundada com o intuito de organizar o trabalho político dos exilados chilenos. Guastavino trabalhou junto à Comissão de Direitos Humanos e à Assembleia Geral das Nações Unidas, com sedes em Genebra e Nova Iorque, respectivamente, por cerca de 10 anos, entre 1974 e 1984, tendo sido um importante colaborador de *Chile-América*.

A revista também publicou, na mesma edição 16-17-18, testemunhos orais conferidos a outros organismos, nacionais e transnacionais, que progressivamente atualizavam informações sobre presos, desaparecidos e prisões políticas secretas da ditadura, prisões a respeito das quais, por exemplo, pouco se conhecia naquele momento e gradativamente se revelavam as atrocidades cometidas por agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) em seus espaços de detenção e tortura. Nesse sentido, foi destaque em *Chile-América* o informe da *Comisión Investigadora de los Crímenes de la Junta Militar en Chile*, contendo, em anexo ao documento principal, os depoimentos apresentados em audiência, realizada em Helsinque, Finlândia, nos dias 28 e 29 de março de 1976.

Pela relevância de abundante documentação de denúncia produzida em um momento agudo da repressão contra os opositores políticos e o acesso a ela obtido pela revista, a edição 16-17-18, como mencionamos, revelou-se uma das mais incisivas nas acusações contra a ditadura, fruto dos contatos com os organismos de direitos humanos: “CHILE-AMÉRICA ha decidido recojer en esta edición”, explicava a revista, “algunos de los testimonios más escalofriantes presentados no sólo en Ginebra, sino que en la reciente audiencia de

la Comisión Investigadora de la Junta Militar, [...] completándolos con información de más reciente data que nos ha llegado directamente de Chile y de otros países" (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 70).

Associada à publicação dos testemunhos das vítimas da repressão do pinochetismo, um dos recursos editoriais utilizados por *Chile-América* foi o de reproduzir imagens, geralmente desenhos, presentes ou não nos documentos originais, de modo que seus leitores tivessem uma visualização mais próxima ao que se passou nos espaços clandestinos da ditadura chilena. Abaixo, o desenho de *Las Torres de Villa Grimaldi*, publicado em *Chile-América*, feito pelo arquiteto Miguel Lawner, ex-integrante do governo de Salvador Allende e que esteve preso em *Dawson*, nos primeiros momentos da ditadura, partindo posteriormente para o exílio na Dinamarca:

Figura 1 - Chile-América, n. 16-17-18, 1976, p. 80.



VILLA GRIMALDI : LAS TORRES

Sobre estas líneas, un boceto del arquitecto chileno Miguel Lawner, destinado a interpretar los testimonios de Aura María Hermosilla y María Loreto Pellissier sobre el encierro de Gladys Díaz, durante tres meses en las "conejeras" de Grimaldi.

O desenho de Miguel Lawner, como explicado no texto acima em espanhol, anexo à imagem, foi feito com base nos testemunhos de Aura Maria Hermosilla e Maria Loreto Pelissier, quando da passagem traumática de ambas por *Villa Grimaldi*. Elas eram integrantes da Igreja Católica, instituição vista como inimiga pelo poder estatal, a cada manifestação pública humanitária em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares. *Chile-*

-América reproduziu, sobre as torturas na prisão secreta de *Villa Grimaldi*, relatos de Aura Herмосilla, jovem que foi colaboradora do *Comité Pro Paz* no Chile, organismo de direitos humanos criado para assistir às vítimas da repressão e seus parentes que ansiavam por notícias dos entes desaparecidos. O depoimento de Herмосilla foi proferido na reunião de Helsinki da Comissão Investigadora dos Crimes da Junta do Chile, em março de 1976, organismo aludido anteriormente.⁵ As sessões da Comissão Investigadora geralmente eram constituídas por testemunhos de pessoas no exílio, recém-saídas de suas prisões políticas no Chile e que conseguiam asilo político e amparo diplomático para deixarem o país. Aura Herмосilla, exilada na Noruega, desvelou na reunião de Helsinki os horrores vividos por ela em *Villa Grimaldi*.

De acordo com seu depoimento e as imagens a ele atreladas, ela foi detida por agentes da DINA no dia 8 de novembro de 1975 na porta da prisão feminina *Casa Correccional de Mujeres*, junto a outros colaboradores do *Comité Pro Paz*, María Loreto Pelissier e o capelão Patricio Gajardo. Durante a abordagem, foi dito a eles que iriam somente assinar uma declaração sobre a atividade que exerciam e que precisariam estar vendados, pois o fariam em um local de segurança que deveria ser mantido em sigilo. Foram, então, conduzidos a *Villa Grimaldi* e despojados de todos os objetos pessoais. Em seguida, enquanto Gajardo era interrogado, Herмосilla foi levada a uma sala contígua, desnudada, amarrada e violentada por três homens. Após 6 horas de violência, foi conduzida a uma cela junto a Loreto Pelissier. Durante a noite, as duas foram chamadas várias vezes a outro compartimento do local para declarar suas supostas militâncias e dar nomes de pessoas com as quais trabalhavam no *Comité Pro Paz* e que exerciam atividades políticas, segundo inferências dos próprios agentes/torturadores da ditadura (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 74-75).

No dia 9 de novembro, os três religiosos foram levados à prisão de *Cuatro Álamos*, centro clandestino da DINA situado no complexo prisional de *Tres Álamos*, permanecendo alguns dias sem qualquer comunicação, até serem conduzidos de volta à *Villa Grimaldi*, onde sofreram novas sessões de torturas com correntes elétricas em várias partes do corpo. Aura

⁵ Essa comissão internacional investigadora foi mais uma organização transnacional de solidariedade com a causa chilena, fundada na Finlândia para tal finalidade logo após o golpe de estado no Chile, funcionando entre 1974 e 1990 em diversas cidades europeias e latino-americanas, como na Cidade do México, com sessões públicas abertas. Os antecedentes para a criação da comissão estiveram diretamente vinculados a Ulf Sundqvist, então ministro da Educação da Finlândia, membro do Partido Social-Democrata finlandês, e a chilenos como Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allende, a escritora Isabel Allende e o escritor Armando Uribe, e os políticos de esquerda Carlos Altamirano e Jorge Arrate, do PS; Volodia Teitelboim, Manuel Cantero e Sergio Insunza, do PCCh; José Miguel Insulza, do MAPU; e Juan Enrique Miquel, da IC, entre outros. Posteriormente, aprofundaram-se reuniões, compostas por parlamentares de diferentes partidos e representantes de organizações sindicais e democráticas de massas, especialmente da Finlândia, preparatórias para a formação da Comissão Internacional Investigadora, que foi finalmente integrada por autoridades políticas, juristas e intelectuais de distintos países, dentre eles Sergio Insunza (ex-ministro da Justiça do governo Allende), e presidida por Jacob Söderman, membro do Partido Social-Democrata, ex-ministro da Justiça e Presidente da delegação finlandesa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Comissão não possuiu poderes e atribuições de um tribunal, assim como qualquer outra comissão transnacional de direitos humanos. Sua sanção, como as demais, foi moral e denunciatória, investigando as violações de direitos fundamentais e outros atos ilegais/criminais por parte da ditadura militar no Chile. Ver ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. In: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>. Acesso em: 09/09/2020.

Hermosilla foi novamente acometida por graves violências psicológicas e sexuais, retornando em seguida para *Cuatro Álamos*, confinada em uma pequena cela com nove pessoas, quando a capacidade seria para quatro (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 75).

Duas semanas depois, no dia 23 de novembro, Hermosilla foi levada a *Tres Álamos* junto a Loreto Pelissier e à médica britânica Sheila Cassidy, a quem então conheceu, presa por socorrer o dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Nelson Gutiérrez, ferido à bala em confronto com as forças de segurança. Hermosilla afirmou, então, ter conhecido a jornalista chilena Gladys Díaz, militante do MIR, que esteve por quase três meses em *Villa Grimaldi*, duramente torturada e “metida en un cajón de un metro cúbico. Era una torre formada con estos cajones que estaban unos sobre otros y donde introducían a los detenidos” (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 76).⁶ Esses recintos de pequenas dimensões, sem luz nem ventilação, ficaram conhecidos em *Villa Grimaldi* como *La Torre*, como observamos no desenho anterior de Miguel Lawner, dando-nos uma dimensão do tipo de violência imposta pela ditadura a seus adversários políticos.

Em sua tese de doutorado, Romané Landaeta Sepúlveda, citando informação presente no *Informe Rettig*, afirmou que, possivelmente, as pessoas que foram levadas à *La Torre* eram consideradas presos de maior relevância, segundo a DINA, e que haviam passado pela etapa de violentos interrogatórios. Muitos não foram mais vistos após tais experiências violadoras de suas integridades físicas e psicológicas. A autora destacou que nesses espaços foram colocados em isolamento absoluto os prisioneiros que se negavam a colaborar, encontrando-se já fracos e bastante violentados pelas torturas, forçados a permanecer em espaços diminutos, sem ar e desprovidos de mínima condição sanitária, cujos odores, segundo os relatos, eram insuportáveis (LANDAETA SEPÚLVEDA, 2012, p. 487-488).

Como observamos, não obstante o prestígio social da Igreja Católica no Chile, o qual, supostamente, poderia garantir alguma proteção à instituição, nem mesmo parte dos seus membros escapou da perseguição e das ações de violência da ditadura chilena

Os relatos de Aura Hermosilla, evidenciando momentos estarrecedores no centro clandestino de *Villa Grimaldi*, cruzaram-se com as palavras, não menos reveladoras da violência brutal nos “porões da ditadura”, da já mencionada companheira de prisão, a britânica Sheila Cassidy, cuja revelação da detenção pelos serviços de segurança e as torturas sofridas em *Villa Grimaldi* provocaram sério incidente diplomático, afirmou o historiador Julio Pinto Vallejos (2006, p. 178).

Ante o conjunto impressionante de depoimentos no ano de 1976, *Chile-América* publicou o testemunho de Sheila Cassidy proferido ante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, Anexo V ao informe do grupo de trabalho *Ad Hoc* da comissão, em sessão ocorrida em 19 de janeiro. Ela foi presa, interrogada e torturada por ter sido chamada a prestar assistência médica a Nelson Gutiérrez, que, como expressamos, ferido em confronto com as forças de segurança em outubro de 1975, encontrava-se escondido por padres, assistido inicialmente por duas religiosas em uma habitação/convento de monjas norte-americanas, ao que parece, em recinto situado no setor popular de *Pudahuel*, onde eram desenvolvidos trabalhos sociais.

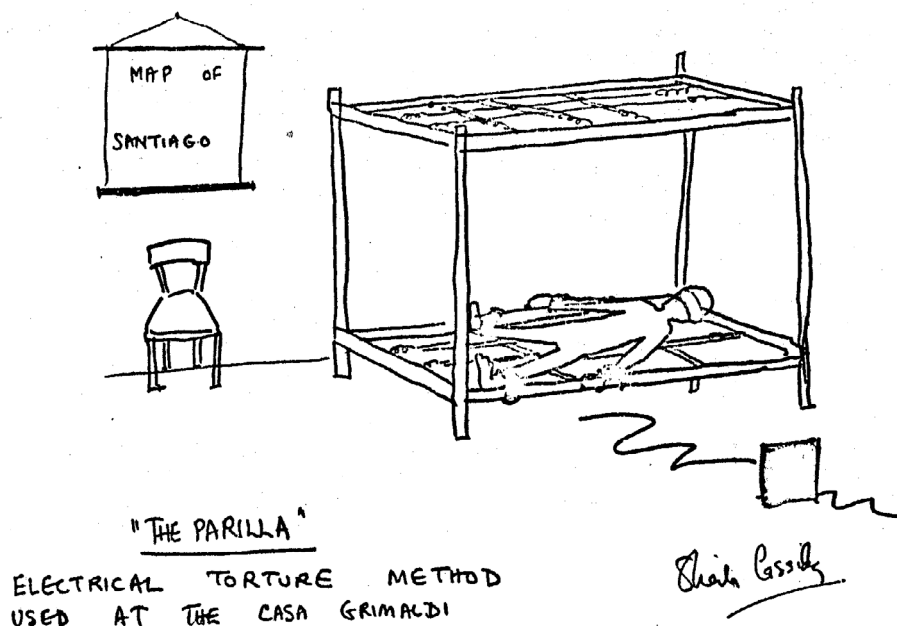
⁶ Sobre a jornalista Gladys Díaz, na mesma edição da revista, também na seção *Derechos Humanos*, ver o texto *La espantosa situación de la periodista Gladys Díaz*, p. 79-80.

Com asilo político conseguido na Anunciatura Apostólica por intermédio dos religiosos, Nelson Gutiérrez, ferido à bala na perna, necessitava dar continuidade ao tratamento e, então, voltou a ser atendido por Cassidy. Os fatos levantaram a suspeita dos agentes da DINA de que Sheila Cassidy também pudesse pertencer ao MIR ou fosse uma militante da esquerda radical chilena. Ela revelou que, nos interrogatórios e sob duras torturas, com eletrodos no corpo através dos quais lhe descarregavam seguidamente corrente elétrica, lhe inquiriam sobre o paradeiro de Andrés Pascal Allende, dirigente máximo do MIR após a morte de Miguel Enríquez (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 90-91).

Destacamos, em seu relato, a descrição do método de tortura aplicado em *Villa Grimaldi*, chamado de *La Parrilla*, tão famigerado como a clausura em *Las Torres*. Consistia em ser atado a uma cama, uma espécie de catre metálico, tendo sido as vítimas desnudas, vendadas, introduzidos em seus corpos eletrodos, frequentemente nas genitálias ou em outras partes sensíveis, e submetidos a muitas descargas elétricas em níveis variáveis de intensidade, a depender das intenções durante o interrogatório. Pelo alto risco de morte que impingia às vítimas, geralmente as sessões eram acompanhadas por médicos. Foi uma prática habitual em todos os centros de detenção no Chile, mas ganhou bastante notoriedade em *Villa Grimaldi*, de acordo com os testemunhos das vítimas. As descargas elétricas provocavam agudas dores físicas e intenso sofrimento psíquico nos que padeciam dessa violência (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 89-90).⁷

O desenho da própria Sheila Cassidy, feito de maneira a explicar o que a ela se passou durante sessão de tortura em *Villa Grimaldi*, foi elucidativo a respeito dessa prática atroz aplicada a muitos presos políticos:

Figura 2 - *Chile-América*, n. 16-17-18, 1976, p. 90.



⁷ Sobre outros métodos de tortura aplicados pelas forças da repressão, ver COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.

A imagem acima, como as demais em *Chile-América*, tangentes às denúncias, cumpriram a função pedagógica de elucidar, detalhar e criar uma visualidade, a mais representativa possível, sobre a violência política, informando sobre os métodos e instrumentos de tortura aplicados pelas forças repressivas, jamais revelados, sobre os quais, portanto, somente se poderia ter conhecimento por meio das denúncias que ganhavam a esfera pública nacional e transnacional. Estamos a tratar, portanto, de imagens da violência e repressão política, uma representação visual entendida aqui como prática de significação contextualizada⁸, forma de linguagem, nos casos em questão sobre os quais analisamos, que visava denunciar os crimes da ditadura, tal qual notaremos, também, para o caso dos desaparecidos. As imagens, portanto, concerniam à visualidade que dialoga e faz apelo à imaginação e à memória (KNAUSS, 2006, p. 108).

OS DESAPARECIMENTOS

No que tange à violência política da ditadura militar, *Chile-América* abordou, de modo especial, o drama dos desaparecimentos de pessoas no Chile, em boa medida militantes dos partidos de esquerda, com destaque para o MIR, PS e PC, e a resistência ao regime pinochetista que havia se engajado na defesa dos direitos humanos.

Tal prática, ainda mais utilizada pela ditadura a partir de 1976, como interpretou a revista, visava a manutenção da impunidade ao reprimir opositores políticos e ocultar suas mortes ou suas prisões arbitrárias em recintos secretos. O desaparecimento, como prática do repertório de violações dos direitos humanos pelo aparato repressivo estatal, deixava as vítimas, geralmente presos-políticos, em uma indefinição quanto a sua condição legal e mesmo vital, permitindo a efetivação dos maiores abusos, como as torturas e toda sorte de violência (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 98). *Chile-América* compôs um quadro explicativo aos leitores sobre os procedimentos persecutórios voltados para os opositores políticos - altamente devastadores para um amplo espectro social, atingindo centralmente os familiares das vítimas:

A todas luces, Pinochet y sus asesores en materia de represión fueron paulatinamente dándose cuenta que sería muy difícil justificar las detenciones en virtud del Estado de Sitio, de acuerdo a las normas establecidas en el decreto 1.009 y en reglamento 187. [...] La prolongación por largo tiempo de algunas detenciones, en algunos casos hasta casi tres años, sin someter a los detenidos a acusación o juicio también contribuía a la mala imagen del régimen. Por eso, prácticamente a partir de abril-mayo de 1976, se institucionalizó la "desaparición", modalidad que no era nueva para la DINA, ya que desde su creación empezó a hacer desaparecer detenidos (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 192).

A Junta Militar reconhecia como presos políticos apenas aqueles detidos oficialmente em razão do Estado de Sítio⁹, em lugares de detenção reconhecidos publicamente, como *Tres Álamos*, em Santiago, e *Puchuncaví*, na região de Valparaíso.

8 Sobre os estudos visuais e suas tendências teórico-metodológicas no campo das humanidades e das ciências sociais, ver KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

9 O Estado de Sítio foi declarado em 18 de setembro de 1973. No dia 11 de março de 1975, por meio do decre-

O método de fazer desaparecer adversários políticos, negando-se a tutela das autoridades estatais sobre as vítimas, “livraria” o regime político pinochetista, segundo a interpretação da ditadura, de prestar esclarecimentos públicos sobre os desaparecidos, facilitando, inclusive, a interdição de investigações judiciais, se necessário fosse, em casos de litígios daqueles que buscavam pelos destinos dos seus entes. Essa trágica condição de “desaparecido” ou a prática de “fazer desaparecer” pela ditadura carregava, ainda, de acordo com *Chile-América*, um terceiro elemento, talvez o mais incisivo do ponto de vista social, que era o pressuposto da generalização do clima de terror para a resistência política interna e a sociedade em geral. De forma central, como reiterava a revista, os desaparecimentos asseguravam a punição do Estado às vítimas e certa garantia da impunidade para os agentes do aparato repressivo e seu comando diante dos crimes cometidos (execução, assassinatos, cárceres arbitrários e torturas). A prática de “fazer desaparecer” os adversários políticos foi considerada, pelo corpo editorial da revista, ação mais alarmante do conjunto de violações de direitos humanos no Chile, visto que os desaparecidos, dentre todas as violências sofridas, encontravam-se na iminência de perder a vida, sua existência estava condicionada à tutela de outrem que, nessas condições, detinha o poder sobre seus destinos. Além dos sofrimentos e incertezas causados no ambiente familiar, a condição de desaparecido criava uma chaga social e conflitos morais e jurídicos que ampliavam a dramática situação impingida (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 229).¹⁰

Ainda por esse viés de análise e compreensão sobre o crime de desaparecer com os opositores políticos, *Chile-América* explorou informe da Comissão de Direitos Humanos da ONU do último ano de 1976, no qual se explicava que os desaparecimentos, em essência, ocorriam após as prisões, interrogatórios e torturas de pessoas que permaneciam por tempo indeterminado nos centros clandestinos, à sorte dos desígnios das autoridades responsáveis por eles. A angústia, a forte aflição e a desintegração das relações familiares e sociais provocadas pela ausência física de pessoas próximas (e o conseqüente trabalho oficial com a desinformação) foram especialmente ressaltadas pela revista como parte constitutiva das operações da DINA (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 191-193).

A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* de 25 de abril de 1990, em seu informe entregue em fevereiro de 1991 pelo então presidente Patricio Aylwin, o *Informe Rettig*, reelaborado em 1996 pela *Corporación Nacional de Reparación y Reconcilia-*

to 922, declarava-se, para o território nacional, Estado de Sitio em grau de defesa interna. Pouco depois, o decreto-lei 1009, de que se refere na citação acima da revista, de 8 de maio de 1975, sistematizava as regras de criminalização de ações contra a segurança do Estado e discriminava sobre a proteção legal dos detidos acusados de crimes contra a segurança nacional. Sobre os decretos e a legislação da ditadura, ver: PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. *Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)*. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

10 Ver também CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones constituyen la practica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 211-216. Há, nesta última edição, análise sobre o dossiê da Anistia Internacional sobre a questão dos desaparecidos no Chile.

ción, procurou trabalhar com a categoria de *detenidos-desaparecidos*, tendo em vista que, em todas as situações declaradas por ela, revelaram-se condições de detenção acompanhadas ou seguidas de medidas de ocultamento e de negativas oficiais. Na maioria das vezes, após as prisões, aplicaram-se maus tratos e torturas, podendo resultar no assassinato da vítima e a disposição de seus restos de modo que não pudessem ser encontrados ou deixar qualquer pista sobre seus destinos. Como se lê no documento, prevaleceram, em momentos distintos da repressão, duas formas de práticas de prisão seguidas de desaparecimento. Em um primeiro momento, imediatamente posterior a 11 de setembro de 1973, elas foram realizadas em diferentes pontos do país, por diversas unidades militares, às vezes acompanhadas de civis. Consistiram, em geral, nesse período de violência disseminada, em execuções sumárias ou assassinatos das vítimas, seguidos da negação dos fatos ou da entrega de versões falsas. Entre 1974 e 1977, sob a coordenação da DINA, prevaleceu uma prática orquestrada de extermínio, dirigida sistematicamente contra certa categoria de pessoas, notadamente, os membros dos partidos de esquerda (COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 1996, p. 22-26 e p. 888).

O que nos apresentou *Chile-América*, e fez parte também das informações posteriores dos documentos produzidos pelas comissões nacionais da verdade no Chile, foi que a violência se disseminou e se transformou ao longo de todo o período ditatorial. Em que pese a polêmica em torno dos limites e carências do resultado do trabalho final da *Comisión de Verdad y Reconciliación*¹¹, levando, por conseguinte, por decreto presidencial de Ricardo Lagos, em 2003, à formação da *Comisión Valech*, ampliando o sentido da motivação política e o alcance das vítimas durante a ditadura (sobretudo no que tange a prisões e tortura), interessa-nos entender esses processos posteriores como consequência de esforços diários por buscas pela informação e registro por parte de iniciativas políticas como foi *Chile-América*, em associação com os organismos de direitos humanos. A definição sobre os desaparecimentos no *Informe Rettig* se conjuga com um trabalho de reflexão previamente desenvolvido pela revista chilena sobre essa prática durante a ditadura pinochetista, em que a ênfase recaía sobre a ação do Estado. Porém, já se compreendia, nas páginas do impresso de exílio, com destaque para os editoriais, que as perseguições eram resultado de uma natureza política mais ampla, para além da ação direta institucional, fruto, portanto, de uma cultura autoritária que se ampliava no país e se ramificava para as relações da sociedade civil, gerando divisões e conflitos sociais.

Vejamos, abaixo, o desenho do artista chileno José Venturelli, um dos grandes nomes das artes plásticas chilenas, cujo trabalho, após o golpe e o exílio, ficou marcado pela condenação que ele direcionou à violência política e à violação dos direitos humanos

11 Os trabalhos da *Comisión de Verdad y Reconciliación* se restringiram a investigar as situações dos presos-desaparecidos, executados, sequestros e atentados contra a vida resultado de atuação de agentes do Estado. Não foram contempladas, assim, muitas das vítimas de tortura, de *allanamientos*, dos exílios e das exonerações por razões políticas. Ver CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 162.

no Chile.¹² Essa obra, na qual a temática dos desaparecimentos é central, foi utilizada por *Chile-América* para a abertura da seção *Derechos Humanos* da edição de número 31-32, maio-junho de 1977:

Figura 3 - *Chile-América*, n. 31-32, 1977, p. 151.

D E R E C H O S H U M A N O S



¿Dónde está mi marido? — José Venturelli.

Foi comum, na abertura da seção *Derechos Humanos*, uma das mais importantes da revista, abri-la com uma imagem, geralmente em desenho, como o exposto acima, portadora de uma carga dramática destinada a realçar as denúncias feitas em textos. Denúncias essas que, não obstante presentes ao longo de todas as edições da revista e difundidas em suas páginas, concentravam-se na seção mencionada. Fazer calar e amedrontar a resistência com os desaparecimentos frequentes significava, de modo especial, atingir com temor e pressão psicológica os familiares dos desaparecidos, como está claro na imagem que apresentamos.

Para combater suposta situação de normalidade social e de dissimulação a respeito da violência política forjada pela ditadura e seus apoiadores, *Chile-América* propôs que se exercesse aquilo que foi propósito editorial e político central da revista, o esforço da contra-informação às narrativas oficiais ou oficiosas, portanto, o exercício da denúncia ao regime autoritário de Pinochet e suas ações de violência. O engajamento no debate público, com informações, narrativas e imagens críticas, analíticas e fundamentadas, era prática essencial da luta política para derrotar a ditadura e a consequente construção da democracia. Assim a revista compreendia seu papel, explicitado da seguinte maneira:

Se hace indispensable realizar un gran esfuerzo de contra-información. La dictadura terminó por disolver los partidos políticos y puso fin a la mascarada del ‘receso polí-

12 Sobre a obra do artista, ver VENTURELLI, José. *Patria Negra y Roja*. Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

tico'; está en plena embestida en contra el movimiento sindical; se ha vuelto a poner en servicio de manera pública el siniestro campo de prisioneros de Cuatro Alamos, que más que un centro de incomunicación es un lugar de torturas según la experiencia de todos aquellos que lograron salir con vida de ese lugar. Aumentan las muertes misteriosas, las agresiones físicas a quienes persisten en los empeños humanitarios, hay toda una nueva campaña para desprestigiar a la Vicaría de la Solidaridad, se asaltan bufetes de trabajo de profesionales, se provocan incendios en centros culturales o sedes gremiales, detonan bombas en los tribunales de justicia y en domicilios particulares. Es decir, se ha creado artificialmente un estado de creciente tensión en medio de una vida aparentemente normal (CHILE-AMÉRICA, 1977, p. 154).

Muitos elementos sobre a dinâmica da violência da ditadura e do contexto autoritário ascendente no Chile estiveram presentes nessa citação, mas nos centraremos, para finalizar, nos desaparecidos e no trabalho humanitário e de resistência à perseguição política. Sobre os desaparecimentos, a lógica contraditória, por trás dessa prática de extrema gravidade, estava em sugerir uma situação de não violência (de aparente normalidade, como argumentou a revista) e, assim, buscar paralisar atitudes contra o regime por parte de quem poderia demandar explicações, ações legais ou assistências, especialmente junto à *Vicaría de la Solidaridad*, principal organização humanitária no país que amparou psicóloga, espiritual e juridicamente os familiares que ansiavam por notícias de seus entes. Foi a organização, no Chile, que exerceu mais decisivamente a defesa dos direitos humanos, com um trabalho significativo de coleta de testemunhos e produção de acervo portador de informes e dados variados das vítimas, contemplados em boa medida por *Chile-América*.

A cultura e a linguagem dos direitos humanos, todavia, espalhavam-se pelos inúmeros segmentos que lutavam pelo fim do autoritarismo no Chile e sua reconstrução democrática, em boa medida a partir dos intelectuais exilados, pertencentes ou não aos partidos, construindo uma ambiência transnacional que conectava políticos, artistas, religiosos, acadêmicos, autoridades dos países receptores do exílio massivo chileno, dentre outros. *Chile-América* foi uma das principais manifestações materiais representativas das ações sistemáticas e coordenadas que, a partir de um sentido transnacional, conectou inúmeros campos de atuação humanitária e política, produzindo amplo repertório discursivo e imagético de maneira a informar e denunciar o que se passava no Chile submetido ao estado de violência do pinochetismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, podemos pensar *Chile-América* como um vetor ou um suporte cultural e político que atuou, desde o exílio, como um arquivo alternativo (não oficial) da repressão, coletando, organizando, produzindo e divulgando sistematicamente informações inéditas ou reproduzidas de outras fontes, visando esclarecer sobre as violações de direitos humanos no Chile.¹³

Atuar no mundo dos arquivos, da aquisição e publicidade de dados, imagens e memórias que possibilitassem robustecer as denúncias contra a ditadura, confrontando suas

13 Tomamos esse sentido de arquivo alternativo da repressão da autora Elizabeth Jelin. Ver JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 5-6.

versões oficiais, foi uma forma de resistência de grande significado para os meios políticos e humanitários da luta chilena pela democracia e pela verdade, experimentando passos preliminares pela justiça em relação às vítimas do aparato de violência do pinochetismo. *Chile-América* agiu nesse campo de disputas desde os primeiros momentos da resistência, pela revelação e pela memória, contra o esquecimento e a impunidade, e o fez como um impresso periódico, deliberadamente, consumando parte fundamental do seu projeto editorial.

Para a revelação das violências institucionais secretas, pulsava o sentido político da prática da coleta, organização, edição e divulgação desses registros por parte de seus principais integrantes, pertencentes ao *Comité Editor*, em um exercício constante de arquivamento, mediação e criação intelectual.

A ideia de arquivo, afirma Elizabeth Jelin (2002, p. 1), encontra-se intimamente ligada à perspectiva de preservar os rastros do passado. No caso de *Chile-América*, seria melhor dizer o registro de um presente duro, em curso, pulsando o dinamismo da violência e do autoritarismo que dividiam o Chile e revelavam a face destrutiva de sua história política recente, cuja sucessão de acontecimentos era acompanhada pela revista de maneira a intervir e transformar a conjuntura.

A combinação entre narrativas testemunhais e imagens, como buscamos analisar neste artigo, serviu como estratégia editorial executada pela revista de forma a desvelar as implacáveis investidas da ditadura contra a esquerda chilena, principalmente, ainda que atingissem duramente todo o campo da oposição democrática, além de expressivas parcelas populares e setores das igrejas cristãs dedicados ao trabalho humanitário, igualmente críticos não somente da perseguição política exercida, como também da política econômica neoliberal do regime pinochetista. Tratou de um trabalho político que, para abrir caminho para a democracia, seria preciso compreender e derrotar a face mais desumana do projeto pinochetista: a eliminação dos seus adversários políticos e a violação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- CHILE-AMÉRICA. Cuadro resumido de detenciones y desapariciones en los últimos cuatro meses de 1976. **Chile-América**, Roma, n. 25-26-27, p. 229-232, 1976 e 1977.
- _____. El calvario de una joven mujer católica en Grimaldi. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 74-76, 1976.
- _____. El desaparecimiento es la institucionalización de la impunidad. **Chile-América**, Roma, n. 19-20-21, p. 97-104, 1976.
- _____. Las desapariciones constituyen la practica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. **Chile-América**, Roma, n. 28-29-30, p. 211-216, 1977.
- _____. Las desapariciones: impunidad para reprimir y ocultar asesinatos. **Chile-América**, Roma, n. 25-26-27, p. 191-193, 1976 e 1977.
- _____. La presión interna y externa obliga a Pinochet a levantar el Estado de Sitio, pero lo reemplaza por el Estado de Emergencia. **Chile-América**, Roma, n. 39-40, p. 191-192, 1978.
- _____. La realidad actual sobre las violaciones de derechos humanos en Chile. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 70-73, 1976.
- _____. Nuevos métodos de intimidación terrorista pone en práctica la dictadura chilena. **Chile-América**, Roma, n. 31-32, p. 153-156, 1977.
- _____. Posición y propósitos. **Chile-América**, Roma, n. 1, p. 3-4, 1974.
- _____. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 86-99, 1976.
- COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Algunas formas de violaciones de los derechos humanos. Detenidos Desaparecidos. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**, volume 1, Tomo 1, p. 22-23, 1996; volume 1, Tomo 2, p. 888.
- COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura**. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.
- CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA. Aviso importante. **Chile-América**, Roma, n. 88-89, p. 2, 1983.
- CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 137-178.
- JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1-13.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.
- LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. **La represión política en Chile**: un estudio sobre la memoria histórica del horror. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM).
- PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. **Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)**. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. *In*: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (orgs.). **Su revolución contra nuestra revolución.** Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 153-205.

ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. *In*: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>. Acesso em: 09/09/2020.

RONIGER, Luis. **Historia mínima de los derechos humanos en América Latina.** Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

ROJAS, María Eugenia. **La represión política en Chile:** los hechos. Madrid: IEPALA Editorial, 1988.

SILVA SOLAR, Julio. Revista Chile-América. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.

VENTURELLI, José. **Patria Negra y Roja.** Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

ENTREVISTA

José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

Temporalidades e desafios da musealização das ditaduras militares do Cone Sul a partir da análise do *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Temporalidades y desafíos de la musealización de las dictaduras militares del Cono Sur desde el análisis del *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Temporalities and challenges of musealization of the military dictatorships of the Southern Cone from the analysis of the *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Fernanda Luiza Teixeira Lima¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5597-1176>

Resumo | Este artigo apresenta alguns resultados da tese de doutorado “Luz e sombra: Lembranças e esquecimentos sobre a ditadura militar do Chile e do Brasil (1990-2018), cujo objetivo é analisar a complexidade de implementação e manutenção de museus memoriais e propor uma reflexão, a partir do estudo de caso do *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* sobre as potencialidades e limites do imperativo ético-moral dessas instituições, que visa a educação para os direitos humanos e a não repetição desses crimes no presente.

Palavras-chave | Museu de Memórias. Chile. Ditadura. Direitos humanos. Dever de memória.

Resumen | Este artículo presenta algunos resultados de la tesis doctoral “Luz y sombra: Memorias y olvidos sobre la dictadura militar en Chile y Brasil (1990-2018), cuyo objetivo es analizar la complejidad de implementar y mantener los museos memoriales y proponer una reflexión, desde el estudio de caso del *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* sobre las potencialidades y límites del imperativo ético-moral de estas instituciones, que apunta a la educación para los derechos humanos y la no repetición de estos crímenes en el presente.

Palabras clave | Museo de la Memoria. Chile. Dictadura. Derechos humanos. Deber de memoria.

Abstract | This article presents some results of the doctoral thesis “Light and shadow: Memories and forgetfulness about the military dictatorship in Chile and Brazil (1990-2018), whose objective is to analyze the complexity of implementing and maintaining memorial museums and propose a reflection, from the case study of the *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* on the potentialities and limits of the ethical-moral imperative of these institutions, which aims at education for human rights and the non-repetition of these crimes in the present.

Keywords | Museum of Memories. Chile. Dictatorship. Human rights. Duty of memory.

¹ Doutora em História pela Unicamp. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Na área de pesquisa tem interesse e experiência nos seguintes temas: História da América com ênfase em História do Brasil e do Chile, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura, memória, cinema, historiografia, patrimônio, museu e arqueologia. Membro do Grupo de Trabalho de Arqueologia Pública sobre o DOI-Codi/SP. Interessa-se também pelo ensino e divulgação do conhecimento histórico em plataformas multimídias.

Ao longo do século XX, inspirados pelo conceito ético e historiográfico de “dever de memória”, foram criados museus memoriais como resposta às demandas de movimentos sociais a favor dos direitos humanos e vítimas de atos de violência, em busca de responsabilização, reparação e concretização da justiça transicional de passados reconhecidos como sensíveis.

A experiência de rememorar passados compreendidos por parte da população como traumáticos, foi definitiva para as reflexões no campo da justiça e dos direitos humanos, e para o desenho de uma nova trama metodológica da prática museal. O passado que ainda se estende no presente desafia os paradigmas tradicionais de museus que se diferenciavam da forma usual de lembrar as glórias do Estado-Nação ao longo do século XX, sobretudo no continente europeu, para lembrar e ensinar sobre os horrores do Holocausto nazista.

O dever de memória remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas experiências e estabelece como um de seus principais imperativos morais: a luta contra o esquecimento para que os eventos análogos simbolizados do passado não voltem a ocorrer presente.

Acerca dos museus memoriais, geralmente são espaços revitalizados e associados a lugares onde ocorreram as mortes e tragédias, como campos de batalha, prisões, fortes de escravos e campos de concentração. Na literatura, eles são normalmente identificados, como definiu Macdonald (2009, p. 11) como “*difficult heritages*” ou “patrimônios difíceis” ou “sitios de consciência”. Essas expressões identificam o processo de recuperação e patrimonialização de espaços de dor ao redor do mundo, com o objetivo de ligar o passado ao presente e a memória à ação. Esses sítios, como explicou Meneguello (2020, p. 245): “podem assumir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação”.

Desse modo, a aglutinação dos dois conceitos (memorial e museu de história), ajudou, segundo Sodaro (2018, p.226) a definir uma nova tipologia de museu, a qual assume uma forma cultural “híbrida de comemoração”:

Memorial museums are intended to be about both memory and thinking in the form of historical understanding; they are also aimed at inspiring emotion and affective responses and empathy. This is a broad mandate for any cultural institution; add to this their focus on the most sensitive of subject matter and memorial museums emerge as very complex institutions. In this final chapter, I would like to suggest a few broad conclusions about the form that can be drawn from these five case studies and reflected in dozens of other memorial museums around the world.²

Desse modo, as atrocidades elevadas nos artefatos materiais expostos nesses museus memoriais destinam-se a documentar o que aconteceu de modo a suprimir quaisquer

² Tradução nossa: Os museus memoriais destinam-se a ser sobre a memória e o pensamento sob a forma de compreensão histórica; destinam-se também a inspirar emoções, respostas afetivas e empatia. Esta é uma data ampla para qualquer instituição cultural; acrescenta-se a isto o seu foco no mais sensível dos temas e os museus memoriais surgem como instituições muito complexas. Neste último capítulo, gostaria de sugerir algumas conclusões gerais sobre a forma que pode ser extraída destes cinco estudos de caso e refletida em dezenas de outros museus memoriais de todo o mundo.

esforços para negar ou relativizar eventos ocorridos e ao mesmo tempo procuram contar a história do passado de uma forma mais profunda e auto-reflexiva, tentando evocar a compaixão em seus visitantes.

Este foi o impulso inicial por trás da preservação de campos de concentração como “Auschwitz Birkenau” na Polônia e “Dachau” na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, e da criação do “*Espacio Memoria y Derechos Humanos*” na Argentina, do “*Memorial da Resistência*” no Brasil, do “*Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos*” no Chile e outros espaços que se cristalizaram na forma de museu memorial para rememorar a experiência da ditadura militar de seus países ocorrida durante a década de 1960 à 1990.

Embora haja uma certa consolidação nas missões e objetivos dessas instituições, residem também tensões fundamentais sobre as expectativas em relação aos tempos passado, presente e futuro mobilizados nas narrativas, seja pelo encontro de diferentes passados partilhados ou pelas constantes atualizações de violências decorrentes desse passado que se estendem no presente.

Acerca do tempo histórico, no caso específico do Cone Sul, a impunidade da maioria dos agentes de repressão dos regimes militares, garantida por mecanismos de transição como a anistia³ que concedeu perdão aos abusos cometidos por esses agentes, permitiu um alto poder de barganha política para os militares que continuaram não só ocupar espaços do poder executivo desses países, mas também a cometer atos de violência e abusos contra sua população civil no presente.

Os caminhos eleitos pelos governos para condução da nova democracia foram determinados pela cúpula militar e o apoio dos setores empresariais/políticos de orientação conservadora. Esses setores decidiram a favor da manutenção das políticas socioeconômicas desempenhadas pelos ditadores e uma transição gradual e com rupturas políticas controladas, asseguradas pelo processo de autoanistia nos países.

As práticas de tortura, que marcaram dezenas de milhares de indivíduos, assim como o assassinato e o desaparecimento forçado que atingiram centenas – marcas terríveis da ditadura, indelévels e irreparáveis –, foram incorporadas pelas forças policiais no presente. Somos, deste modo, um continente que insiste no racismo contra seus povos originários e os descendentes dos negros escravizados e insistimos na coerção, tortura e principalmente no sistema prisional como política pública para coibir a violência.

Ou seja, como ponderou Sodaro: “essas novas formas memoriais e as expectativas por memória ali contidas, não raro, estão em desacordo com a realidade do presente no qual foram criadas” (2019, p.209).

Embora pudéssemos atribuir quase que automaticamente que esse cenário seja resultado justamente do esquecimento do que representou o autoritarismo militar em mu-

³ As gêneses das transições dos países recém saídos da ditadura no Cone Sul foram marcadas pela aplicação do mecanismo de anistia. As anistias concedidas na Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, exceto o Paraguai que permitiram a exclusão de responsabilidade dos agentes de Estado que cometeram violações graves como torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, ou que tenham dificultado os mecanismos oficiais de apuração e esclarecimento dos casos de violações aos direitos humanos. No caso do Chile, a anistia foi promulgada em 1978, concedendo segurança jurídica àqueles que participaram da repressão entre 1973 e 1978, anos em que houve mais mortes e desaparecimentos no governo de Pinochet. Diferente de outros países que também promulgaram a anistia ao final do regime em negociação com a oposição, foram os próprios militares chilenos que decidiram e assinaram seu texto.

seus ou em outros equipamentos de memória, há cidadãos que não desconhecem a história da ditadura, mas a veem como um período positivo para o país e clamam pelo seu retorno.

Os dilemas do contexto do presente impulsionam desafios para definir as narrativas museológicas nas exposições permanentes dos museus e colocam algumas questões que delineiam as decisões institucionais sobre qual passado e presente deve ser iluminado no espaço: quanto passado e futuro cabem dentro de um museu de memória no presente? A cultura memorial dos museus da ditadura deve se atentar à violência perpetrada no presente? Como a musealização das vivências traumáticas pode levar as sociedades à conclusão de que certos limites não podem ser ultrapassados?

Tais questionamentos revelam disputas importantes pelo lugar da memória da dor, da contemplação e da empatia na sociedade contemporânea e levam a esses lugares a buscar uma nova forma para pensar suas exposições museográficas.

Desse modo, a proposta aqui é traçar algumas dessas urgências e as soluções encontradas por essas instituições, a partir do estudo de caso do *"Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos"* em Santiago no Chile.

1 OS MUSEUS MEMORIAIS E AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL

A musealização dos lugares de memória no Cone Sul inclui a identificação de espaços de repressão e geralmente seu processo é oriundo das pressões exercidas por grupos de direitos humanos e/ou por pessoas atingidas direta ou indiretamente pela repressão dos regimes militares.

As iniciativas adotadas em um contexto que ficou conhecido como "Justiça de Transição"⁴ foram baseadas na convicção de que o passado se comporta como um repertório de exemplos sobre o que deve ser imitado e aquilo que não deve ser repetido pelos cidadãos no presente e no futuro.

Sabemos das especificidades de cada país atingido em relação às instituições das ditaduras, das repressões e das transições e reconhecemos a quantidade significativa de estudos sobre a temática comparativa da região. No entanto, examinando mais de perto esses desafios, é possível encontrar sincronias, esses países são forjados e mantidos em sua longa duração da violência: pelo assassinato em massa, pelo racismo, aniquilação da cultura em um ciclo reiventado do horror e de uma forte resistência por aqueles que não aceitam a perpetuação da violência e aguardam por justiça e igualdade em seus territórios.

Não são necessários números e tampouco comprovação para assegurarmos que a maioria das vítimas contemporâneas do poder público desses estados continuam sendo aquelas por motivos raciais, de gênero e de classe social. São cidadãos que vivem em condições precárias, socialmente vulneráveis e que continuam afastados da memória pública.

4 O conceito de Justiça de Transição# foi cunhado em 1991 pela professora de direito Ruti Teitel#, ao se referir aos processos de transformação política e jurídica nos contextos das "novas democracias" da América Latina. Ele se baseia na presunção de que o Estado Democrático de Direito não pode ser construído sobre a impunidade de crimes praticados contra a humanidade. Esse sistema jurídico foi desenvolvido no contexto da internacionalização dos direitos humanos e das mobilizações coletivas por parte de vítimas e dos defensores de direitos humanos, cujos símbolos mais representativos foram os julgamentos de Nuremberg e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conforme o argumento de Gagnebin (2006, p. 56), simbolicamente falando, é “como se houvesse herdeiros de mortos que nunca existiram, que não pertenciam aos vivos e não podem, portanto, pertencer hoje aos mortos”.

Assim, o embate irresoluto para as famílias das vítimas da ditadura que continuam com seus entes desaparecidos na democracia e, ainda, os grupos que continuam sendo massacrados pelo poder estatal em seu cotidiano colocam uma questão sobre até quando uma aposta na memória pública corresponde ao ideal da não repetição. Essa angústia remete a ações e reações onde forças desiguais se enfrentam no choque, nas tensões e nas incertezas.

Os dilemas das diferentes temporalidades sobre a ditadura impulsionam, portanto, desafios para definir as narrativas museológicas nas exposições permanentes de coleções dos museus e colocam algumas questões que delineiam as decisões institucionais sobre qual passado e presente deve ser abordado no espaço. Como destaca Costa (2010, p. 416):

os museus enfrentam o desafio de incorporar outras temporalidades e, cada vez mais, projetos de futuro que envolvam a mobilização de memórias e patrimônios para, por um lado, possibilitar a percepção de “*futuros olvidados*”, na feliz expressão de Martín-Barbero (1999) e, por outro, a construção de plataformas cooperativas de acesso, produção e difusão de saberes.

O passado da experiência da repressão e resistência normalmente elaborado nas ações museológicas, apresenta-se interposto a um presente inacabado e que está se inscrevendo em um campo de batalhas de interpretações e lutas de sentidos; como uma busca pela própria memória no presente.

Acerca do tempo presente, segundo Pereira e Araújo (2018) tentando superar as noções superficiais sobre o presentismo descrito por Hartog (2012), como uma experiência do tempo em que o presente se impõe como o único horizonte, portanto, “sem perspectiva de futuro”, o que vivemos não é apenas um presente alargado sem perspectiva de futuro, mas, sim, um presente que é constantemente atravessado por futuros e passados que se articulam de forma em constante atualização. Para os historiadores (2018, p.294):

O passado e o futuro atual não são consumidos apenas em função de um presente estendido. A imagem de um “presente amplo” ou de um “presentismo” encontra na temporalidade da decadência um parentesco evidente e nos ajuda a entender o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e quase sempre vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, sejam mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois “nossa atualidade” se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade.

Neste sentido, pensar as narrativas das ditaduras militares desses museus, implica em enfrentar um tempo com periodizações elásticas, sobre um passado que tem têm fortes efeitos sobre o presente e variáveis cuja especificidade é um regime de historicidade em que os fatos e processos do passado interpelam as sociedades contemporâneas na construção de sentidos que continuam em disputa.

Em 24 de agosto de 2022 houve a “Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus” (ICOM), para pensar as práticas museais na contemporaneidade e para aprovação de uma nova definição de museu. A votação foi resultado de um processo participativo de 18 meses que envolveu centenas de profissionais de museus de 126 Comitês Nacionais de todo o mundo. O novo texto diz:

“Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que investiga, recolhe, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Eles operam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, diversão, reflexão e compartilhamento de conhecimento.”

Esta nova definição passa a reconhecer as historicidades nos quais se inscrevem esses museus, considerando principalmente a participação do público na construção de suas ações museológicas. A este tipo dinâmica Frisch (1990) elaborou o conceito “*shared authority*”⁵ para se referir a processos de elaboração de conhecimento histórico nos museus constituídos por “pessoas comuns” e o emprego de estratégias de mobilização social para construir com seu público a interpretação e a leitura de seus acervos e coleções, num movimento colaborativo de reconhecimento mútuo.

Ainda sobre conceito de Frisch, segundo Knauss (2018), esse processo inspirou os debates da História Pública que coloca operação historiográfica pelo saber da disciplina em relação com públicos externos ao conhecimento da academia e poderia ser aplicado, como pontua: “a relação dos museus com seus públicos não pode ser naturalizada e nem se resume à neutralidade.” (KNAUSS, 2018, p. 144)

Essa nova definição, em certo modo, ajuda a definir as práticas museais dos museus memoriais, que distinguem-se pelo acolhimento explícito das demandas dos movimentos sociais e à conclamação por mudanças no presente e por novos projetos de futuro.

Isso resulta admitir que não há uma fórmula para a representação das memórias sobre o trauma que não tenha como ponto de partida identificar os seus públicos e produtores de conteúdos do passado a fim de compreender suas linguagens e descobrir suas perguntas do tempo em que vivem em articulação com o passado que se pretende iluminar. Nesse sentido, a história pública e os museus memoriais da ditadura podem ser considerados expressões do mesmo movimento, e não seria demais dizer que os museus se afirmam como um universo de exercício da história pública (SANTIAGO, 2016. pp.143-145).

1.1 MUSEO DE LA MEMORIA Y DE LOS DERECHOS HUMANOS: MUSEOGRAFÍA PARA EL NUNCA MÁS

O MMDH foi inaugurado em Janeiro de 2010 durante uma cerimônia liderada pela então presidente Michelle Bachelet e pelos ex-presidentes da república Patricio Aylwin, Eduardo Frei e Ricardo Lagos, membros da coligação partidária de centro-esquerda Concertación, a qual venceu Pinochet após sua derrota no plebiscito de 1988.

O ato simbólico simbolizou a consagração de um longo processo de reparação realizada durante os governos dos presidentes da Concertación e também a instauração de uma narrativa oficial sobre a experiência ditatorial vivida no país entre 1973 e 1988.

As medidas adotadas como resposta às demandas por verdade e justiça, produziu alguns resultados interessantes de reparação: indenizações, prisão de ex-torturadores, e recuperação de ex-centros de tortura. Embora os governos anteriores tenham realizado um processo

5 Tradução nossa: autoridade compartilhada.

de transição à democracia, o processo de desativação das estratégias de implantação do terror e as instituições que o produziam. foi executado paulatinamente e somente em parte.

Não raro esses governos optaram pelo caminho da conciliação e esquecimento da barbárie a fim de reiniciar o projeto de país. Esse caminho adotado contribui para uma continuidade na manutenção do medo, que tem sido transmitido através das gerações e não marcou o fim das disputas sobre as construções de sentido sobre o período.

Ainda sobre a cerimônia, dois eventos chamaram a atenção da plateia: as vaias ao então presidente da "Comissão de Alto Nível" Mario Vargas Llosa, convidado especial da presidência, que tinha como objetivo realizar um projeto de museu da memória no Peru. Llosa havia recentemente declarado seu apoio ao candidato de direita e oposição à Bachelet nas eleições presidenciais Sebastián Pinera, conhecido por ser menos entusiasta da implementação de políticas de memória o que desagradou o público presente.

O segundo ocorrido foi a interrupção do discurso da presidente por Matías Catrileo, membro da comunidade Mapuche que gritou por justiça pelo seu irmão morto por um policial durante uma ação de despejo de terras na região da Araucanía, durante o governo da ex-presidente.

Poucas semanas depois, outros acontecimentos marcaram o fim do governo de Michelle Bachelet: o terremoto e tsunami de 27 de fevereiro de 2010, que deixou não só um saldo de destruição e morte, mas também a interrupção do recém inaugurado museu, devido aos danos causados, especialmente no interior, como resultado da inundação derivada da abertura de chuveiros automáticos de incêndio e da quebra de vidros e vitrines.

Todos esses sinais, simbolizaram o que seria a complexidade da implementação do projeto e dos atores envolvidos.

As justificativas para a edificação do espaço estavam em andamento desde 2003, durante o governo do presidente Ricardo Lagos, que recebeu o apelo para a construção de um lar permanente para arquivos e documentos sobre os crimes cometidos pelos agentes do estado durante a ditadura militar, por uma coalizão formada de ONGs de direitos humanos e organizações de famílias e sobreviventes .

A proposta inicial de seu governo era criar a "*Casa de La Memoria*" para receber os documentos reunidos por essa coalização de organizações, as quais seriam também as responsáveis pelo gerenciamento e execução do projeto. Entretanto, o financiamento estatal não ocorreu e um novo projeto foi reelaborado durante o mandato da presidente Bachelet, após sua chegada ao poder em 2006.

A presidente anunciou, no mesmo ano de sua posse, que a administração do museu seria de escolha do governo executivo e que os arquivos reunidos deveriam ser entregues ao espaço para serem exibidos junto às informações coletadas pelas comissões nacionais da verdade: "Informe Rettig" (1991) e "Verdade e Reconciliação" (2002).

María Luisa Ortiz e sua equipe ficaram encarregadas pela formação do acervo que se constituiu como a base do futuro museu. A coleção⁶ contempla desde arquivos institucio-

6 *Catalogo de Fondos y Donantes. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-las-colecciones/catalogo-de-fondos-y-donantes>. Acesso em 20 de janeiro de 2023. O acesso aos arquivos contidos no museu, assim como da "*Fundación Documentación*" e "*Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*", é regido por políticas que priorizam o apoio vítimas e suas famílias ou representantes que necessitem de informações ou documentação para iniciar ou manter processos ju-

nais de organizações dedicadas à defesa de direitos humanos, arquivos do Estado e documentos pessoais das vítimas de repressão, alguns dos quais declarados Memória do Mundo pela UNESCO.

Conforme relataram Hite e Collins (2009, p. 21) as associações protestaram contra a decisão do governo executivo e rejeitaram a versão de uma memória oficial unificada pela voz do consenso em torno do roteiro político-institucional conduzido pelos governos da *Concertación* nos últimos anos. Segundo as autoras, esta foi uma das primeiras tensões no desenvolvimento do museu. Como descreveram Hite e Collins (2009, p. 398):

O MMDH passa então, a ser visto como o projeto “definitivo” do governo de Bachelet e como símbolo da política de reconciliação da própria “*Concertación*”, que se dedicara nos anos anteriores a resgatar a memória da ditadura e ao mesmo tempo evitar a revogação da autoanistia e condenação dos militares (LAZZARRA, 2011, p. 63).

Para elevação do edifício, foi feita uma chamada para concurso público internacional de arquitetura como forma de apaziguar as negociações, tendo como vitorioso o escritório brasileiro “Estudio América” do qual faziam parte Carlos Dias, Lucas Fehr e os chilenos Mario Figueroa e Roberto Ibieta. Como mostra a Figura 1, se trata de um projeto monumental que busca representar a paisagem chilena, entre mar e montanhas, através de grandes janelas semitransparentes na cor verde, coberto por uma malha de cobre, que flutua sobre dois espelhos de água:

Figura 1. Entrada principal do Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos (Santiago).



Fonte: Fotografia Cristobal Palma (2011)⁷.

diciais para obter justiça ou acesso aos benefícios das políticas de reparação; também é dada prioridade a estudantes ou acadêmicos e investigadores que desenvolvam estudos sobre temas relacionados com a história recente, bem como aqueles que desenvolvem projetos de educação ou conscientização em torno aos direitos humanos.

7 PALMA, Cristobal. Estudio Palma. Chile. Disponível em: https://cristobalpalma.com/museo_de_la_memo

A montanha e o mar são os limites naturais do país e atravessam o país de norte a sul, apesar das diferentes paisagens existentes, a escolha desses elementos naturais serve segundo justificativa dos arquitetos, para demarcar as características do território chileno. Como explicam: “Um país único entre a cordilheira e o mar, um museu que pretende homenagear através de um olhar simbólico, estes dois biomas determinantes da geografia chilena inscritos na alma do seu povo (ESTUDIO AMERICA, 2007).

Além disso, foram considerados painéis laterais de vidro e treliça metálica em cobre e carvão (carbono), minerais importantes para economia do país e que também aparecem presentes na materialidade interna do edifício.

Os elementos geográficos são, portanto, elementos comuns que fazem parte da identidade de todas as regiões do país e funcionam como um símbolo que alude à integração nacional, cujo passado de identidade chilena destaca. Estefane (2013, p. 161) comenta que a escolha pelas principais *commodities* do país expostas de forma monumental, ajuda a demarcar a diferença do MMDH em relação aos outros memoriais e museus da memória sobre a ditadura:

Embora surja como a sequência lógica do trabalho realizado pelas comissões da verdade, o museu também sinaliza uma ruptura com a tradição dos memoriais no Chile. Em um ato sutil de substituição, o museu se apresenta como uma versão mais moderna em relação a todas as tentativas anteriores de luto e lembrança no país. (ESTEFANE, 2013, p.161).

De acordo com essa interpretação, a orientação proposta pelo projeto arquitetônico não é aleatória, mas visa uma alegoria da diversidade, da esperança no futuro e na totalidade do território da nação. Além disso, o museu, ao contrário de muitos museus memoriais da ditadura, não corresponde a um ex-centro de detenção e, tampouco, sua localização é identificada diretamente como lugar de atividades de repressão pelos militares no período.

Ou seja, através da metáfora desses elementos e a escolha por um território neutro, pretendeu-se mostrar que os conteúdos que estão no museu dizem respeito a todo o Chile e corroboram para o propósito histórico de reconciliação e consenso mobilizado pela *Concertación* nos últimos anos.

O MMDH adquire, assim, uma função de museu nacional da ditadura e um local de educação que promove uma ética do “nunca mais”. A missão do espaço é aliada, ainda, à função de salvaguarda de coleções, e de estimular a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e da tolerância para que esses eventos nunca se repitam.

A proposta museográfica da exposição principal foi concretizada pela empresa chilena “*Arbol de Color*”, o projeto foi criado a partir dos documentos doados pela coalização de direitos humanos e familiares e os dados fornecidos pelas comissões da verdade, constituído, portanto, os principais temas geradores da exposição.

Embora pretenda uma configuração que abranja os impactos do golpe de estado em todo país, as memórias exibidas possuem seu recorte narrativo determinado pelos acervos e informes chilenos que priorizam as violações cometidas na capital chilena o que dificulta a inclusão de outras narrativas que não foram contempladas por estes documentos.

[ria_y_los_ddhh](#). Acesso em 19 de janeiro de 2023.

Foram pouco incluídas, por exemplo, as memórias de setores populares em suas várias complexidades nos destaques destas instituições: indígenas, negros, gays, pobres, miseráveis e outros grupos à margem da sociedade que geralmente figuram sempre em exposições itinerantes ou em andares coadjuvantes do espaço. Há uma ausência de uma pauta identitária no colecionismo e exposição permanente do museu, e esse ocultamento reforça o caráter de inexistência desses grupos na democracia que, no presente, continuam sendo as maiores vítimas do sistema de repressão.

Essa noção fica evidente no circuito do MMDH: o início do golpe militar chileno é explicado a partir da derrota da Unidade Popular após o bombardeio ao Palácio La Moneda⁸, pela apresentação de modalidades da censura e repressão política durante o regime. O percurso se encerra com o plebiscito de 1989, com a vitória de Patricio Aylwin colocando fim ao estado violento de Pinochet.

Os elementos museográficos se distribuem nos espaços em um circuito linear-evolutivo, os eventos narrados são explicados de forma cronológica: o surgimento da ditadura chilena, a organização da repressão nos espaços nacionais e as estratégias de enfrentamentos, como mostra a tabela apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 - Tabela organizacional das zonas e eixos temáticos da Exposição Permanente do MMDH.

Primeiro Andar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Los derechos humanos, un desafío universal <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Vitrina Informe sobre las Comisiones de la Verdad en Chile 1.2 Memoriales
Segundo Andar	<ol style="list-style-type: none"> 2. Fin al Estado de Derecho <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Muro Detenidos y Desaparecidos 2.2 11 de septiembre 2.3 Sala Quiebre del Estado de Derecho 2.4 Condena internacional. Chilenos saliendo al exilio 2.4 Represión y tortura 2.6 Sala dolor de los niños
Terceiro Andar	<ol style="list-style-type: none"> 3. La demanda por verdad y justicia <ol style="list-style-type: none"> 3.1 La lucha por la libertad 3.2 La vuelta a la esperanza 3.3 El fin de la dictadura: Plebiscito y Constitución 3.4 Ausencia y memoria 3.5 Zona "Nunca Más" 3.6 Más que nunca

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados no site da Instituição⁹.

⁸ No dia 11 de setembro de 1973, às 10 da manhã, os tanques abriram fogo contra o Palácio de La Moneda, onde estava residindo o presidente da Unidade Popular Salvador Allende, o qual recusou-se render-se ao almirante Carvajal e sua oferta de um avião para o exílio. Ao meio-dia, bombardeiros da Força Aérea lançaram mais de vinte bombas explosivas ao longo de quinze minutos sobre o Palácio do Governo, que começou a arder na ala norte, e assim se instalou o golpe por todo país.

⁹ Sobre o Museo. Site do Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

Embora no circuito museográfico os crimes cometidos durante a ditadura sejam visivelmente reconhecidos, os contextos que originaram esse passado violento não são aprofundados na exposição. A sociedade é representada por elementos de generalização nominal, como uma entidade homogênea que viveu o processo histórico e o influenciou sem nenhuma distinção. Esta sociedade não se vincula ao autoritarismo, mas, sim, à luta contra ele.

Além disso, há por trás dos elementos apresentados, uma representação idealizada das organizações militantes e das suas ações contra o regime militar, tendo como objetivo único a retomada da democracia e não seu projeto ideológico para o país. Assim como não há perpetradores diretamente associados e, tampouco, uma complexificação dos motivos das lutas desses grupos trazidos à luz.

Isto é, os militares e militantes são vistos, de alguma forma, “sem rosto”, distanciados do público, conduzindo o processo de opressão e censura sem uma explicação adequada do porquê, caracterizados, portanto, como blocos sem profundidade real. Os soldados de Pinochet sempre aparecem representados impecavelmente uniformizados, com táticas de repressão eficientes, exibindo, ao mesmo tempo, um olhar e comportamento distantes dos humanos e de sua realidade ao redor. Os crimes cometidos são visualizados como uma progressão inevitável, através de estágios sucessivos para a aniquilação total, como se houvesse sempre um plano preconcebido.

Uma segunda aporia ocorre que o contexto histórico de repressão apresentado do Chile se apresenta na exposição permanente, ao mesmo tempo em que a violência estatal continua produzindo vítimas no cotidiano, impondo grandes desafios às políticas de memória públicas, como para a equipe do museu memoriais que apresenta o fim da ditadura nesta conjuntura de permanência do abuso estatal.

Em 2019, por exemplo, os relatos sobre truculência pela polícia aumentaram, especialmente após as manifestações de 18 de outubro, após o levante de milhares de chilenos insatisfeitos contra a política governamental de Piñera nas ruas e que receberam como resposta ataques violentos das forças militares. Mais de 200 pessoas tiveram comprometimento ocular ocasionado por tiros de bala de borracha ou por esferas de chumbo contra os manifestantes. (SMINK, Veronica, 08 de novembro de 2019)

Embora as violências praticadas no regime militar¹⁰ narradas nesses espaços não sejam, necessariamente, as mesmas da democracia, guardadas as diferenças entre os dois países, a violência contra as mulheres, o desaparecimento de corpos na periferia, a tortura por confissão contra o pobre, preto, a repressão aos grupos indígenas, que se aplicaram nas ditaduras e se replicaram na democracia chilena e brasileira, nos colocam uma questão sobre a aposta na recuperação do passado correspondem ao ideal da não repetição.

Tais cidadãos não são um novo alvo, são corpos que já estavam na mira da violência e que, como veremos, possuem pouco poder de articulação financeira e de reconhecimento nas políticas públicas. Resguardando as especificidades de caráter social de cada país, as experiências desses grupos socialmente vulneráveis foram invisibilizadas tanto no estado

10 Habitualmente, as violações narradas nesses museus dizem respeito, prioritariamente, à perseguição política contra os opositores do regime que se rebelaram contra o regime ditatorial. Os métodos de tortura utilizados eram basicamente para obter informações contra os ditos “subversivos” ou os “inimigos internos” da época.

de exceção orquestrado pelos militares, quanto nos diversos mecanismos de memória implantados ou financiados pelos governos democráticos mencionados.

A a ditadura aparece, assim, como um interregno na trajetória de uma sociedade democrática, cujos governos foram derrubados por uma mera aberração e excesso militar, no lugar de uma implantação calculada da violência, orquestrada pelos militares e por setores civis-empresariais das sociedades em questão. Na representação de um triunfante regresso à democracia, tudo parece desaparecer.

1.2 A PERSPECTIVA DO “MÁS QUE NUNCA” NO MMDH

O comportamento hiperconectado da sociedade contemporânea demarcou um espaço determinante para reivindicar presença e legitimidade nas narrativas museológicas, para referendar ou refutar os modos de se dar luz ao passado representado pelas plataformas de redes sociais disponibilizadas por essas instituições. Os comentários, os rechaços e as demandas expostas pelos usuários recolocam o sentido atribuído aos museus que se encaixam neste cenário como mais um participante do debate, e não o gestor que determina o que fazer ou não ao lembrar ou esquecer determinada memória.

Segundo os dados do Comitê de estudos¹¹ do MMDH (2017 - 2019, p. 15) nas páginas das redes sociais e livros de visitantes, foram classificadas alguns temas que deveriam aparecer na exposição permanente do museu, tais como: *“causas LGBT, “pueblos indígenas, prejuicio contra imigrantes, medio ambiente, tema del trabajo, educación y psd aparecen clasificado no estudo, como “temas que no son leídos”*.

A diretora de Comunicações Paula Sanchez, em entrevista concedida à mim no dia 20 de fevereiro de 2019, disse ter se sentido em uma encruzilhada ao receber denúncias de abusos cometidos durante as manifestações pela página do Instagram do MMDH por não abordarem a violência ocorrida em museu dos direitos humanos que se propõe a ação. Sanchez revela ter acatado o pedido, mas ao mesmo tempo sofreu resistências internas e preocupação com o esvaziamento da principal missão do espaço, que é tratar do período específico da ditadura (Paula Sanchez em entrevista realizada à Lima em 20 de fevereiro de 2019).

No entanto, em 2018, houve uma quebra em relação ao tema gerador do museu, após a saída de Ricardo Brodsky que ocupou o cargo de direção executiva até o ano de 2017. Francisco Estévez Valencia assumiu o posto e propôs, em seu primeiro ano de gestão, um alargamento do enfoque temático da instituição no plano museal do ano seguinte. Conforme argumentou, a defesa da democracia e dos direitos humanos pela narrativa das vítimas exclusivas deste passado não é suficiente para enfrentar as ameaças que provêm do comportamento negacionista e para o aprofundamento da consciência social em torno de lembrar para não se repetir. Em suas palavras (ESTÉVEZ, 2017, p. 18):

la sola intención no es suficiente para afrontar las amenazas que vienen de las conductas negacionistas, esto es, aquellas operaciones que de manera deliberada buscan negar la verdad, desconocer la justicia, promover la impunidad, burlar la dignidad de las víctimas, y finalmente justificar los gravísimos hechos de ejecucio-

11 A avaliação do Comitê, bem como os dados compilados por esses estudos foram fornecidos por Beatriz Aguila, membro da equipe de Estudos de Audiência do Museu. Para acesso aos dados foi necessário assinar um termo de responsabilidade.

nes, detención y desaparición, tortura, exilio y otras formas represivas que tan dolorosamente afectaron a nuestra sociedad durante los años de la dictadura cívico militar. "Asumimos que la consecuencia ética de defender los derechos humanos en tiempos de dictadura es seguir haciéndolo en democracia."¹²

Assim, foi adotado como eixo o temático a noção "Más que nunca" a qual atualiza a expressão "Nunca mais" para uma luta contra as violações aos direitos humanos atenta e permanente no presente. A partir dessa perspectiva foi inaugurada em outubro de 2019, uma nova sala de encerramento com o imperativo "Más que Nunca", a qual abriga uma instalação multimídia com a exibição de 30 imagens sobre as vítimas da ditadura, mas essa apresentada por uma proposta diferente.

O slogan da expressão "Nunca Más" para "Más que Nunca", reconfigurado pela equipe museológica, do MMDH passa a ter a consequência ética de defender o direito à memória da ditadura e dos direitos humanos com uma chamada mais ativa no presente da democracia. Ou seja, o "nunca más" é fundado como um lema de que nunca mais haveria esse tipo de violação de direitos humanos. No entanto, isso não se concretizou. A adoção do "más que nunca", nesse sentido, implica em assumir uma responsabilidade pelo que ainda continua a acontecer e a oferecer uma visão crítica à sociedade para se manter vigilante na missão permanente do "nunca mais".

Localizada no terceiro andar, a última sala da exposição abriga uma instalação multimídia que inclui vídeos coloridos e depoimentos de pessoas pertencentes a diversos povos indígenas¹³, como mostram as Figuras 2 e 3:

Figura 2 - Detalhes da seção "Más que nunca" do MMDH.

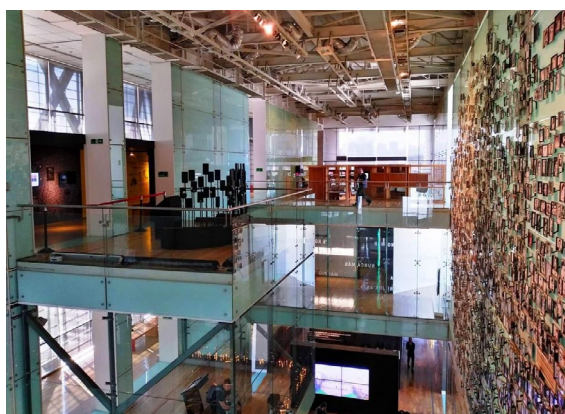


Figura 3 - Detalhes da seção "Más que nunca" do MMDH.



Fonte: Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. Acesso em 14 de jan. de 2022.

12 Tradução nossa: A intenção por si só não é suficiente para enfrentar as ameaças que provêm do comportamento negacionista, ou seja, aquelas operações que procuram deliberadamente negar a verdade, ignorar a justiça, promover a impunidade, escarnecer da dignidade das vítimas, e finalmente justificar os atos muito graves de execuções, detenções e desaparecimentos, tortura, exílio e outras formas de repressão que tão dolorosamente afetaram a nossa sociedade durante os anos da ditadura civil-militar. Assumimos que a consequência ética de defender os direitos humanos em tempos de ditadura é continuar fazendo isso na democracia. ESTEVEZ, Francisco. Guia e Orientaciones Estratégicas. Memoria Anual. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. 2017. Chile. Disponível em: https://museodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2018/04/MEMORIA_ANUAL_2017_OLD.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.

13 Representantes dos povos Quechua, Aymara, Yagán, Colla-Diaguita, Mapuche, Pehuenche, Selk'nam e Kawesqar.

Esse setor incorporou as memórias dos povos originários do Chile, acerca de suas experiências no período da ditadura no Chile. Além disso, segundo Paula Sanchez (2021): “a escolha da contextualização da questão indígena na ditadura e no presente, dispostas em vídeos, partiu de uma decisão da equipe de que o museu não deveria falar por essas testemunhas, mas que elas deveriam falar por si”. A autora, acrescentou ainda que a escolha pelos povos originários partiu de uma dívida antiga com essas comunidades que não se sentiam suficientemente representadas dentro do espaço.

Além da temática do regime de Pinochet, as 30 entrevistas disponibilizadas nos monitores, versam sobre questões acerca da autonomia, território, identidade, cultura e a relação dessas comunidades com a sociedade e o Estado chileno democrático. Um aspecto interessante sobre a sala refere-se a sua posição que aparece sobreposta à instalação fotográfica com imagens em preto e branco dos mortos e desaparecidos da ditadura. A escolha oferece um espaço interessante para interrogar quais experiências ou quais vítimas foram excluídas do acoplamento de memória e direitos humanos na cultura pós-ditatorial do museu.

A sobreposição da instalação fotográfica carrega um significado importante, a consequência ética de ter defendido os direitos humanos na época da ditadura exige que continuemos a fazê-lo hoje.

Ao lado dos monitores, há um texto que convida o visitante a contribuir com suas reflexões sobre o conteúdo nas redes sociais do MMDH, através da utilização da hashtag “*masquenuncamdh*” no Instagram e Twitter da instituição. A extensão dessas memórias deve, conforme Sanchez (2020), transbordar os espaços físicos do museu e compor, também, um espaço virtual.

Baseada nessa premissa, a instalação irá incorporar novos temas à medida que o museu se aprofunde em sua programação anual. Como explica Lucrécia Conjet:

estava previsto a incorporação de testemunhos de migrantes, mas, devido às exigências de medidas sanitárias na pandemia, isto não foi possível. Como mencionou: são recortes ligados à diversidade sexual, equidade de gênero e meio ambiente, que conversem diretamente com as demandas do presente. (CONJET em entrevista concedida à Fernanda Lima em 20 fevereiro de 2020).

Embora a exposição possibilite a conquista de um espaço para sujeitos que ainda não eram visíveis na narrativa principal do museu, diferente da forma que ocorreu com a inclusão das lutas femininas, “*Mujeres por la Vida*”, na linha do tempo do Módulo “*La Lucha por Libertad*”, a seção “*Más que nunca*” opta pela sazonalidade dos temas e grupos sociais que serão destacados anualmente na mostra. Essa estratégia faz com que a exposição se aproxime mais de uma exposição temporária, embora permaneça por mais tempo no espaço.

Desse modo, a partir da breve descrição e análise da exposição permanente do MMDH, a partir das mudanças realizadas, nos deparamos com uma alternância de estratégias narrativas. A maioria dos elementos apresentados no itinerário proposto mobiliza o passado de uma forma que é conveniente para o projeto dominante de transição. O passado do Chile é colocado não apenas no *continuum* da violência global do século XX, mas, também, dentro de um conjunto global de “melhores práticas” para lidar com violências passadas tão variadas quanto o “genocídio judeu”, “apartheid”, ditadura militar.

O mapa-múndi e as descrições de comissões da verdade distribuídas demonstram que o Chile não foi o único a ser vítima da violência política, bem como, a formular mecanismos para lidar com o legado dessa violência. No entanto, quando se trata de contextualizar o passado ou o presente violento do Chile no contexto da história do Chile, o museu optou em manter a fórmula narrativa: “vítimas” *versus* “perpetradores”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do tempo presente como eixo problematizador das ações museais têm ocorrido com importante impacto. O MMDH, ao abordar as problemáticas do presente associadas à violência da ditadura militar, mobiliza os visitantes para a discussão sobre seu tempo e a desnaturalização do olhar e o choque cognitivo sobre a violência narrada que também ocorre ao seu redor.

Como apontou Assman sobre as concepções de passado, futuro e memória: “na estrutura da memória, o futuro é dirigido pelo passado, mas o passado também é reavaliado através da luz do futuro” (p. 126). Ou seja, proteger o acervo da ditadura do desgaste e esquecimento e ao mesmo tempo incluir outras experiências de repressão que não exatamente correspondem ao passado retratado, pode ser uma estratégia interessante para repensarmos (reavaliarmos) o passado através do olhar presente (ou do futuro).

Considerando, deste modo, as especificidades destes espaços, não é uma questão de mergulhar ou não no presente, mas sim entender que as ações museais estarão sempre guiadas pelas perguntas do tempo no qual se enquadra os seus profissionais, públicos, vítimas diretas ou indiretas do passado do qual se pretende iluminar. Ou seja, devem ser encarados também como lugar social de produção de conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei. PEREIRA. Matheus: Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital 270. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

COSTA, Martins Carina. Expor, reter, transformar e/ou projetar: temporalidades em cena nos museus contemporâneos. **Caleidoscópio • Cad. CEDES** 30 (82) • Dez 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000300010>.

ESTEVEZ, Francisco. **Guia e Orientaciones Estrategicas**. Memoria Anual. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. 2017. Chile. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://web.museodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2018/04/MEMORIA_ANUAL_2017_OLD.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.

FERNANDES, Gica. Museo da Memória / **Estudio America**. 02. nov. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-715/museu-da-memoria-estudio-america>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

FRISCH. Michael *Shared Authority, A: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. State University of New York Press - 273 páginas. 1990.

KNAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.) **Que história pública queremos?** What public history do we want? Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018.

MACDONALD, Sharon, **Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond** (London: Routledge, 2009).

MENEGUELLO, Cristina. "Patrimônios Difíceis (Sombrios)" In: CARVALHO, Aline e Meneguello, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 245.

SANCHEZ, Paula. Entrevista sobre Área de Comunicação do Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos, entrevista concedida a Fernanda Luiza Teixeira Lima em 20/02/2021.

SODARO, AMY. *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence*. Rutgers University Press, 2018. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctt1v2xskk>. Accessed 22 Nov. 2022.

SMINK, Veronica. As histórias de quem perdeu a visão nos levantes de outubro, *El País*, Chile, 21 de outubro de 2019.

Pina, na Luz e no Ciberespaço – Temporalidades, memória e ciberética

Pina, en la luz y en el ciberespacio – Temporalidades, memoria y ciberética

Pina, in light and in cyberspace – Temporalities, memory and cyberetics

Elton Rigotto Genari¹

 <https://orcid.org/0000-0002-6263-1962>

Resumo | O texto analisa a experiência da Pinacoteca de SP nos processos de digitalização e extroversão de seu acervo, sobretudo no que tange ao uso de redes sociais. São discutidas as questões em torno das quais esses processos costumam ocorrer, como as motivações, modos e implicações desses usos, em busca de compreender como o uso das tecnologias impacta as formas de expor acervos e de dialogar com o público. Para isso, reflete-se sobre as diferentes temporalidades acionadas nos processos de montagem de exposições, com atenção para as convergências, tensões, entrelaces e rupturas ocasionadas pela crescente conectividade. Entendendo que toda tecnologia possui historicidade, o trabalho parte de uma pergunta-chave: que dinâmicas, transformações e permanências emergem nas formas de atuação e narrativas produzidas por museus ao empregar tecnologias digitais, e de que modo elas operam nos modos de perceber diferentes tempos, em um tempo de aceleração das urgências? Assim, busca-se também contribuir para reflexões sobre temporalidades, centrais em um contexto de crescente condensação espaço-temporal e de esgarçamento de perspectivas tradicionais de futuro.

Palavras-chave | Museus. Memória. Digitalização. Ciberespaço.

Resumen | El texto analiza la experiencia de la Pinacoteca de SP en los procesos de digitalización y extroversión de su colección, especialmente en lo que se refiere al uso de las redes sociales. Se discuten las cuestiones en torno a las cuales tienden a ocurrir estos procesos, como las motivaciones, modos e implicaciones de estos usos, en un intento de comprender cómo el uso de las tecnologías impacta las formas de exhibir las colecciones y de dialogar con el público. Para ello, reflexiona sobre las distintas temporalidades desencadenadas en los procesos de montaje expositivo, con atención a las convergencias, tensiones, entrecruzamientos y rupturas provocadas por la creciente conectividad. Entendiendo que toda tecnología tiene historicidad, el trabajo parte de una pregunta clave: qué dinámicas, transformaciones y permanencias emergen en las formas de acción y narrativas que producen los museos al utilizar las tecnologías digitales, y cómo operan en las formas de percibir los diferentes tiempos, en un tiempo de aceleración de las emergencias? Así, también buscamos contribuir a la reflexión sobre las temporalidades, que son centrales en un contexto de creciente condensación espacio-temporal y de deshilachamiento de las tradicionales perspectivas de futuro.

Palabras clave | Museos. Memoria. Digitalización. Ciberespacio.

¹ Bacharel e licenciado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas (IFCH / Unicamp - 2012), Mestre em Ensino de História (IFCH / Unicamp - 2018), e doutorando em História no IFCH/Unicamp, na área de Visualidades, Políticas de Memória e Questões do Contemporâneo. Possui experiência de pesquisa em Memória, Patrimônio, Direitos Humanos e Cultura Digital. No doutorado, investigo os processos de virtualização de museus e as transformações em instituições de memória frente ao surgimento de um paradigma digital, sobretudo no que tange a redes sociais, memória e temporalidades. Componho a equipe do Laboratório de Arqueologia Pública "Paulo Duarte" (NEPAM / Unicamp) e sou membro do Grupo de Trabalho de Arqueologia Pública sobre o DOI-Codi/SP.

Resumo | The text analyzes the experience of Pinacoteca de SP in the digitization and extroversion processes of its collection, especially with regard to the use of social networks. The issues around which these processes tend to occur are discussed, such as the motivations, modes and implications of these uses, in an attempt to understand how the use of technologies impacts the ways of exhibiting collections and dialoguing with the public. For this, it reflects on the different temporalities triggered in the exhibition assembly processes, with attention to the convergences, tensions, interweavings and ruptures caused by the growing connectivity. Understanding that all technology has historicity, the work starts from a key question: what dynamics, transformations and permanences emerge in the forms of action and narratives produced by museums when using digital technologies, and how they operate in the ways of perceiving different times, in a time of accelerating emergencies? Thus, we also seek to contribute to reflections on temporalities, which are central in a context of increasing space-time condensation and the fraying of traditional perspectives for the future.

Palavras-chave | Museums. Memory. Scanning. Cyberspace.

La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda, y cómo la recuerda para contarla. (Gabriel García Marquez)

O negacionismo é uma forma de tentar dar um sentido ético às violências, um meio de criar uma conciliação emocional consigo e com o mundo (...). O que fica obliterado nesse caminho é que a maior parte das opressões acontecem não em nome do mal e do ódio, mas em nome do amor, do bem, da moral. Combater a força de movimentos negacionistas nos convoca a redirecionarmos nossos esforços não apenas aos discursos e práticas de ódio, mas sobretudo às narrativas de amor, pois é exatamente em nome desse que as violências decorrem [...]. Se temos diversas narrativas de mundo, para além da simplificação verdade ou mentira, que outras perguntas podemos nos fazer? E se em vez do critério da verdade suprema nos inspiramos em pistas como: essa narrativa de mundo promove saúde? Essa cosmogonia inspira coletividade e partilha ou mérito e superioridade? (Geni Núñez)

CIBERESPAÇO, DIGITALIZAÇÃO, PATRIMÔNIO DIGITAL E PATRIMÔNIO DIGITALIZADO

O surgimento e difusão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDI-Cs), especialmente do ciberespaço (LÉVY, 1999), levaram a transformações nas dinâmicas de diversos tipos de instituições, incluindo os museus. As possibilidades e desafios abertos por essas tecnologias têm sido matéria de debate crescente nos últimos anos (FIOCRUZ, 2019; PLATONOW, 2018). Experiências com o digital vêm ocorrendo desde o advento da internet e, ao longo do tempo, museus buscaram se apropriar dessas tecnologias de diferentes maneiras (TZORTZI, 2016, p. 69), especialmente a partir do surgimento da web 2.0 (O'REILLY; TIM; SHIRKY; KEEN, 2010, p. 221-255).

De acordo com Pierre Lévy, o ciberespaço ou rede compõe não só "a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo" (LÉVY, 1999, p. 17). Sua existência não é, portanto, meramente técnica, mas social, sobretudo porque contribui para o desenvolvimento de novos valores, técnicas e modos de pensar e agir – o que o autor define como cibercultura. Essa perspectiva também traz um modo de compreender o "mundo digital" como dotado de um tipo diferente de espacialidade. Assim, enten-

de-se que o conjunto de elementos visuais de sites e plataformas produz diferentes tipos de espaços cibernéticos, pelos quais os sujeitos transitam de diferentes maneiras. A noção de ciberespaço auxilia na compreensão da estrutura digital como parte da realidade concreta, em que dimensões físicas são subvertidas, mas permanecem constituindo diferentes espaços ocupados por diferentes pessoas. No que tange ao escopo do artigo, isso auxilia na compreensão dos ambientes digitais como uma extensão do espaço analógico dos museus, inserida em uma camada nova da existência social. Isso também é importante para olhar com maior cuidado a condição das pessoas no manejo das tecnologias, rompendo com a ideia de mero usuário.

Em grande medida, no entanto, a digitalização em âmbitos museais teve início com discussões sobre estratégias de preservação de acervos, sendo pautada no debate público sobretudo diante de casos de perdas ou de ameaça à integridade desses acervos. No Brasil, talvez o caso mais recente e dramático episódio envolvendo a destruição do patrimônio tenha sido o incêndio que destruiu o Museu Nacional, em 2018 (CUNHA, 2018). Além de instrumentalizado nas disputas políticas recentes, o evento suscitou debates sobre o desmonte de instituições públicas, responsabilização pela tragédia e estratégias para evitar que casos semelhantes ocorressem (ALVEZ, 2022). Em meio a isso, as discussões sobre a digitalização dos acervos como garantia de preservação e acesso ganharam maior visibilidade (FRANÇA, 2019).

Apesar do potencial para garantir a reconstituição de exposições e acervos (JAHN; MARMO, 2016), a mera digitalização não basta para a preservação de patrimônio, e uma série de aspectos técnicos e práticos, cujas particularidades variam a cada caso, tornam sua realização muito mais complexa do que pode parecer a princípio (FERREIRA; RAMOS; ROCHA, 2017, p. 8-9). Parte do problema reside em questões materiais, técnicas e burocráticas: os processos de digitalização são complexos, caros e variados de acordo com o tipo de obra a ser digitalizada, e sua extroversão apresenta ainda outros desafios. Além de questões de ordem burocrática, legislativa e procedimental (FREITAS; KNAUSS, 2009, p. 3-16), a digitalização exige a observância de fatores como: fixação dos limites do objeto; preservação da cadeia de bits, de seu conteúdo, layout e funcionalidades correspondentes; preservação dos metadados que garantam autenticidade, proveniência e integridade dos arquivos, da localização e do referenciamento dos objetos digitais; preservação de seu suporte de hardware e software (JOSÉ, 2015, p. 47-48).

Assim, além dos danos físicos ao hardware – que podem destruir informações ou levar a funcionamento incorreto de softwares – esses materiais estão sujeitos a uma ampla e veloz obsolescência que pode torná-los inacessíveis (OLIVEIRA, 2022). Esse é um dos fatores que levou a UNESCO a indicar que os bens digitais estão sob risco de perda, e a definir que a preservação digital envolve a garantia da acessibilidade contínua a esses materiais (UNESCO, 2009, p. 3 e 5). E, uma vez que é o reconhecimento de um bem do mundo físico que produz uma demanda por sua proteção e difusão enquanto patrimônio (FONSECA, 2003, p. 63-65), a digitalização não é apenas incapaz de substituir os bens culturais em suas manifestações originais, analógicas, como seu sentido depende delas, em grande medida. Embora tais afirmações pareçam óbvias, reafirmá-las é um modo de apontar um problema fundamental: se a digitalização não é sinônimo de preservação, por que digitalizar? As possíveis respostas – e perguntas subsequentes – a essa indagação devem servir de pistas para definir as diretrizes

mais adequadas às intenções e demandas de cada museu. Mas o elemento chave disso é a dimensão política.

O reconhecimento de um bem como parte de um conjunto amplo de práticas e formas de representação e de produção de identidade e memória, ou seja, como patrimônio (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 73-77), está ligado aos projetos de nação em disputa e às tensões sociais que envolvem as políticas patrimoniais em uma determinada sociedade. Patrimônio, cultura e memória são campos de disputa na invenção de alegorias e tradições que legitimam e produzem esses projetos (GONÇALVES, 1996, p. 83-86), compondo uma arena em que interesses de grupos sociais em constante redefinição são negociados, difundidos e confrontados (LEBLON; ISNART; BONDAZ, 2015, p. 90-95; POULOT, 2009, p. 202-205). É nesses campos que os debates em torno das TDICs e sua aplicabilidade nos museus ganham espaço. O patrimônio digitalizado é, portanto, o saldo das tensões e negociações dinâmicas que produzem políticas de patrimônio e memória. A difusão digital pode ser uma ferramenta para reforçar ou subverter regimes de visibilidade e invisibilidade, de lembrança e esquecimento. Dessa maneira, a pergunta inicial pode ser refinada: *para quem e para quais tipos de uso servirá um processo de digitalização? Como ela deve ser feita para trazer os resultados esperados?*

Além desses aspectos, mais familiares e longevos nos debates sobre políticas de preservação, há uma camada adicional de complexidade quando esses bens passam a ocupar lugar no ciberespaço, a exemplo do caso brasileiro. O Artigo 216 da Constituição nacional define como patrimônio “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2016, p. 126). Nessa formulação estão, entre outras coisas, os modos de criar, fazer e viver, bem como as criações científicas, artísticas e tecnológicas e as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. A UNESCO definiu a categoria de Patrimônio Digital como englobando todos os recursos de conhecimento e expressão sociocultural, produzidos digitalmente ou convertidos ao formato digital a partir de recursos analógicos, e que existem através de estruturas tecnológicas específicas e fundamentais para o seu acesso, difusão e manutenção (UNESCO, 2009, p. 1-2). Objetos digitais são componentes de um grande sistema social, cuja observância permite compreender aspectos importantes dos modos de viver e agir no mundo contemporâneo.

Dessa forma, o Patrimônio Digitalizado ocupa um lugar particular nessa dinâmica, não apenas por ser fonte importante para a produção da memória das instituições de salvaguarda, mas também por sua capacidade de lançar luz sobre os entrelaces das dimensões analógica e digital, bem como sobre algumas das transformações que a cibercultura (LÉVY, 1999) traz para a memória e para o patrimônio. Os usos feitos das novas tecnologias transformam a dinâmica interna dos museus e sua relação com seu público. Por isso, é importante investigar de que modo iniciativas museológicas vem empregando e se reorganizando diante do mundo digital, e quais sujeitos participam desses processos. O ciberespaço (LÉVY, 1999; 2011) é um fenômeno e uma dimensão complexa da contemporaneidade, em que diferentes camadas da vida social se entrelaçam e se chocam, e cujas características transbordam a mera função de armazenamento.

O REAL EM DISPUTA: PRESENTISMO HIPERACELERADO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTOS

Ao caracterizar os elementos cruciais da operação historiográfica, Michel de Certeau atribuiu à história a responsabilidade pela organização das diferentes temporalidades, delimitando as fronteiras entre passado, presente e futuro através da narrativa (CERTEAU, 1982). Entretanto, a emergência e popularização das TDICs, sobretudo das redes sociais, não apenas explicitou e intensificou a porosidade e irregularidade dessas fronteiras, mas também levou a uma aceleração intensa do tempo moderno que parece dilatar o instante:

Os aplicativos de mensagens, presentes na maioria dos smartphones, assim como os e-mails e as redes sociais, fazem muitos dos seus usuários sentirem que o tempo é curto demais para todas as demandas que lhes são feitas. A sensação de disponibilidade causada pelas mensagens instantâneas confunde os horários de trabalho e descanso, e o bombardeamento de notícias e notificações faz com que sintamos como se uma hora de desconexão já fosse tempo suficiente para nos deixar atrasados e desinformados em relação aos nossos contemporâneos. Da mesma forma, a possibilidade de se comunicar com pessoas em qualquer parte do mundo – desde que ali haja conexão à internet – faz com que as distâncias espaciais não sejam mais um problema, criando novos espaços virtuais de sociabilidade, trabalho e lazer. Como uma pessoa pode estar presente simultaneamente em vários lugares graças ao digital, tornou-se necessário adicionar o adjetivo “real” à definição do tempo: o tempo real é aquele do “aqui e agora” (MARQUES, 2022, p. 181)

Essa aceleração também marca um contexto crescente de crises nacionais e globais cada vez mais interligadas parecem confirmar e também reforçar, no imaginário coletivo, as diversas imagens de um porvir catastrófico. Entre o medo nuclear, a emergência climática, a eclosão de uma pandemia, o retorno de experiências neofascistas e o crescimento dos negacionismos – e seu alarmante papel no agravamento de várias dessas crises – a evidência de futuro foi dissolvida (TURIN, 2022, p. 85-86). O principal saldo desse processo é o aprofundamento de sensações de medo, insegurança, raiva e ressentimento, combustível para boa parte desses problemas. O caldo de ódio e melancolia alimenta boa parte dos fascismos e negacionismos (VIEIRA, 2018).

Esse fenômeno não é responsável apenas por mobilizar afetos para manifestações ultraconservadoras e autoritárias. Essa urgência é agravada pelo ritmo intenso desse tempo acelerado das novas mídias e das dinâmicas por elas impostas, o que Canclini chamou de governamentalidade algorítmica (CANCLINI, 2021, p. 149-150). Sua soma produz uma temporalidade da crise, um “presentismo hiperacelerado” que mina as bases do espaço público (TURIN, 2022, p. 89), contribuindo para seu esvaziamento. Na medida em que esteriliza a capacidade de imaginar outros futuros mais esperançosos e desorganiza as massas e o sentido do que é público (CANCLINI, 2021, p. 149-150), a governamentalidade algorítmica também é desmobilizadora de ações políticas cidadãs. A redução dos sujeitos-cidadãos a consumidores-usuários, ou, para Canclini, sua substituição pelos algoritmos, aprofunda mais a produção de uma subjetividade neoliberal que torna as relações sociais cada vez mais áridas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321-376).

Ao mesmo tempo, a própria internet potencializa e também torna mais visíveis tensões sociais históricas, numa dessincronização dos tempos sociais que evidencia a incapacidade

dade das instituições tradicionais de gerir e estabilizar – hierarquizando e sufocando – esses diferentes tempos (TURIN, 2022, p. 88). A memória, a cultura e o patrimônio, no Brasil e no mundo, são importantes arenas dessas disputas e, como uma extensão das ruas, um de seus principais *fronts* é o ciberespaço (GENARI, 2018, p. 49-93). Nisso reside outra razão para o cuidado em não tomar a digitalização de acervos *online* simplesmente como estratégia de salvaguarda ou sinônimo de preservação. O empenho voltado à preservação de bens patrimoniais, junto do imenso crescimento da variedade das modalidades de patrimônios, está ligado aos esforços de expressar e reconhecer identidades contra os riscos de sua “perda”, mas também à necessidade de mediar as contradições contemporâneas – diante de um futuro pálido, busca-se preservar o passado como forma de imobilizar o tempo (GONÇALVES, 2015, p. 218).

Dessa maneira, por um lado, a produção digital pode surgir como sintoma desse presentismo hiperacelerado, na sanha de tudo “preservar”. Por outro lado, ela pode ser mobilizada criticamente, de modo a fornecer outros modos de lidar com o passado. O patrimônio digitalizado pode ser ferramenta para trabalhar com o problema da perda a partir de uma outra perspectiva, algo fundamental, especialmente em face da emergência climática e de diferentes formas de manifestação iconoclastas, sobretudo de caráter fascista. O saque e destruição de símbolos culturais presentes nos prédios dos Três Poderes, em Brasília, ocorridas no dia 8 de janeiro de 2023, trazem tornam esse desconforto inescapável, que remete a eventos semelhantes em diferentes lugares do mundo, e a uma importante reflexão:

(...) em que medida essas práticas, odiosas e merecedoras da condenação internacional, não estariam revelando uma espécie de “lado escuro da lua”, algo presente, sutil ou ostensivamente, em nosso próprio cotidiano e que evitamos reconhecer? Não seriam ódio e destruição partes inerentes aos discursos e políticas de patrimônios e museus? Não seriam os bens classificados nessa categoria e abrigados nessas instituições também resultados de atos de ódio e destruição?

Embora possamos situar esses sentimentos coletivos como dados externos, como algo que nos atinge “de fora”, sua presença persistente no campo dos patrimônios e dos museus nos leva a suspeitar de que esta seja mais uma de nossas cómodas ilusões. Numa paráfrase de Walter Benjamin, (...) talvez não haja processo de patrimonialização (e de musealização) sem alguma forma de descarte e destruição. Caberia ao pesquisador, para entender de modo mais sistemático o campo dos patrimônios e dos museus, dedicar tanta atenção às práticas de preservação quanto ao seu avesso, as práticas de destruição, as quais acompanham as primeiras como uma sombra. (...) Nos processos de produção social das identidades, estas não resultam de um exclusivo trabalho coletivo de construção e preservação, uma vez que as práticas de destruição lhes são igualmente indispensáveis. No plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos. (GONÇALVES, 2015, p. 225).

Portanto, digitalizar está ligado à preservação não pela possibilidade do armazenamento digital, mas sim pela forma como a digitalização está ligada aos regimes de visibilidade atuais, ao que se elege para ser lembrado e difundido através das novas mídias, em contraponto ao que se descarta. Mas esse regime de visibilidade também incide diretamente sobre as instituições, visto que a inserção neles é cada vez mais determinante para uma existência pública, para assegurar reconhecimento, manter relevância e mesmo obter financiamento (ECONOMOU, 2016). O emprego das tecnologias para difundir o material digitali-

zado por museus está ligado ao contexto particular das instituições, suas diretrizes gerais, e também a conjunturas econômicas e políticas contemporâneas mais amplas. Assim, trata-se de refletir sobre políticas de memória e investimentos no presente, bem como de entender as ações adotadas pelos museus como evidências de suas estratégias para lidar com desafios que enfrentam cotidianamente.

Tendo em mente as reflexões anteriores, buscamos observar o museu em relação às concepções que pautam suas construções, aos modos de produzir e manejar seus objetos digitais, a relação que busca estabelecer com a comunidade e, com isso, a traçar hipóteses sobre o tipo de discurso e memória que ele produz através deles, bem como sua capacidade de ampliar a visibilidade de seu acervo, sem perder de vista as ambiguidades e tensões que esse processo envolve. Afinal, “Pode-se estar apenas modificando a natureza da exposição e transformando elementos culturais mais complexos em objetos estereotipados a serviço apenas de práticas de consumo e distração” (SANTOS, 2004, p. 64), especialmente tendo em conta a exclusão digital e a tecnofobia (BROSNAN; J., 2002, p. 68-85; GROSSI; COSTA; SANTOS, 2013). Com isso, é possível compreender parte da história recente da instituição e as dinâmicas que estabelece com o tecido social no qual está inserida.

PINACOTECA DE SÃO PAULO: NA LUZ E NO CIBERESPAÇO

Fundada em 1905, a Pinacoteca é o museu de arte mais antigo do estado de São Paulo, com um acervo de cerca de 10 mil obras, entre esculturas, pinturas, gravuras, fotografias, desenhos e objetos, de artistas nacionais e internacionais, produzidas entre o século XVIII e os dias atuais. Com mais de um século, a Pinacoteca passou por inúmeras transformações ao longo de sua existência, dentre os quais alguns marcos, todos já inseridos no século XXI, merecem destaque.

O primeiro deles é a criação, em 2002, do Núcleo de Ação Educativa (NAE), com o objetivo de atrair públicos mais frequentes e garantir, através de ações educativas, ampla acessibilidade ao museu, que engloba

“(…) não apenas as questões ligadas à promoção de acesso físico, por meio da garantia de circulação e afluxo de público às instituições, mas também – e especialmente – envolvendo questões ligadas a aspectos mais intangíveis do contato com os museus, como aqueles ligados ao acesso cognitivo, ou seja, ao desenvolvimento da compreensão dos discursos expositivos e dos sistemas de produção e fruição; ao que poderíamos chamar de acesso atitudinal, tratando da confiança e prazer pela inserção no espaço do museu, e de acesso afetivo, ou seja, o estímulo à geração autônoma de significação e identificação com os objetos.” (AIDAR; CHIOVATTO, 2011, p. 10)

Um segundo marco importante é quando a Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) assume a gestão do museu. Embora a APAC já existisse desde 1992 como uma associação civil sem fins lucrativos voltada a apoiar o funcionamento da Pinacoteca, em 2005 ela se qualifica como Organização Social de Cultura, em consonância com as mudanças promovidas pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), que adota o modelo de parceria com Organizações Sociais na gestão das instituições sob sua jurisdição. Assim,

em 2006 a APAC passa a gerir a Pinacoteca “para execução da política cultural definida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Cultura do Estado”²

Já em 2012, foi criado o programa Patronos da Arte Contemporânea, que consiste em um grupo de apoiadores para formar um fundo de aquisição de obras de arte contemporânea brasileira, cujas doações levaram, até 2022, à aquisição de 118 novas obras para a coleção do museu. Através disso, foram adquiridas não apenas as primeiras instalações de maior porte, bem como performances e vídeos, como também obras de artistas mais diversos geograficamente, bem como em termos de representação étnica e de gênero, concorrendo para diminuir uma lacuna importante em um museu que se define como de arte brasileira.³

Essas novas obras também merecem especial atenção, uma vez que os diferentes suportes representaram um desafio ao processo de digitalização do acervo, que atualmente está completo e que passou a ficar disponível *online* em quase sua integridade a partir de fevereiro de 2022, quando, após cinco anos desatualizado, o site da Pinacoteca voltou ao ar em uma versão nova, com ferramentas de navegação e pesquisa. Segundo Gabriela Pessoa de Oliveira, coordenadora do Núcleo de Acervo Museológico, os trabalhos envolveram uma série de desafios, que englobaram os aspectos técnicos mencionados anteriormente. Os esforços começaram na aquisição de meios de digitalização e definição dos métodos mais adequados para cada tipo de obra, de modo a não danificar originais, e exigiram treinamento de profissionais para os procedimentos e sistemas de computadores e servidores capazes de processar, armazenar e disponibilizar adequadamente todos os dados (SILVA; HATTORI; AGARIE JUNIOR; DINIZ et al., 2017, p. 116-120). A preservação digital demandou altos graus de planejamento, tempo e de investimento, e um aspecto fundamental dela foi integrar o armazenamento a um sistema capaz de promover a extroversão dos acervos (OLIVEIRA, 2022). Em muitos casos, a depender da plataforma utilizada, esse movimento envolve muitos entraves e um volume imenso de retrabalho. Além disso, segundo a coordenadora, houve um cuidado especial em relação aos usos das imagens, de modo a garantir o resguardo aos direitos sobre os trabalhos fotográficos e de digitalização. Por essa razão, algumas das obras não possui imagem disponível ao público através do site, mas seus dados catalográficos estão acessíveis. Esses aspectos são exemplos de como toda iniciativa de digitalização deve ter em conta as particularidades da instituição, como o tipo de acervo, materiais que constituem os suportes, o público alvo (GREENHALGH, 2011, p. 161-163) e, é claro, os recursos disponíveis para a digitalização, armazenamento e extroversão desses materiais online.

A estrutura digital da Pina também conta com elementos constitutivos de narrativas transmidiáticas (MATEOS-RUSILLO; GIFREU-CASTELLS, 2017), com ferramentas de visita virtual que envolvem não apenas a exposição permanente, mas também exposições temporárias, emulando uma visita ao seu espaço físico que também serve como registro da própria

2 APAC. Institucional. Disponível em: <https://apacsp.org.br/>. Acesso: 19 dez. 2022.

3 Atualmente, uma das salas da Pina expõe parte dessas obras, sob o título Mapa da Estrada, que conta com um texto da curadora Valéria Piccoli, contextualizando o ambiente e o Programa que viabilizou essas aquisições.

organização do espaço em um determinado momento da história da instituição.⁴ Isso é um fator de destaque, uma vez que 2022 também marcou a renovação da exposição permanente da Pinacoteca, que agora é feita a partir de novas diretrizes. Em vez de a organização das salas ser feita a partir de um critério cronológico e estilístico das obras, elas agora passaram a seguir eixos temáticos. Assim, em uma mesma parede são expostas obras de diferentes períodos, estilos e linguagens, tratando de modos marcadamente distintos uma mesma temática e instigando visitantes a buscar não apenas as semelhanças que as levam a dividir o mesmo espaço, mas as razões para existirem tantas diferenças. Dessa maneira, a exposição permanente passou a entrecruzar as diferentes tempos e temporalidades, que torna mais visíveis clivagens sociais, raciais e de gênero, bem como suas transformações ao longo do tempo. Em vez de dar a impressão de um tempo estático, a exposição orienta o olhar para a inserção dessas obras no tempo, para as dinâmicas e disputas inerentes às transformações históricas.

Esses elementos parecem contribuir para algumas características da abordagem de comunicação do museu. Em seu espaço físico, isso diz respeito à própria forma de organizar as exposições e aos modos como ações educativas, como visitas guiadas, são levadas a cabo. Nelas, tal como nos textos de suporte presentes nas salas, a historicização das obras ou das temáticas que elas envolvem aciona a reflexão sobre papéis sociais, questões de classe e gênero (TALHARI, 2016, p. 76-77). De forma análoga, a comunicação no ambiente digital varia de acordo com o contexto – o que significa, especialmente, a plataforma. Assim, enquanto o site principal funciona como um catálogo de informações, com dados sobre a programação, exposições antigas, caminhos para a documentação que rege a gestão e canais de informação, o catálogo das obras do acervo e comodato ficam em outra seção, cujo design partilha da identidade visual do restante do site, mas com diferenças que demarcam para o visitante que trata-se de uma área diferente do museu. Essas nuances permanecem importantes quando observamos as redes sociais da Pinacoteca, que são ao mesmo tempo distintas e familiares em relação a seus outros espaços online (DIAS; DORETTO, 2021, p. 7-8). O enfoque da instituição, não surpreendentemente, é o Instagram, visto que seu apelo para o visual faz com que, entre as redes sociais mainstream mais tradicionais,⁵ ela seja a mais atraente para trabalhos ligados à produção de imagens.

Uma característica do perfil da Pinacoteca no Instagram é ter passado por diferentes fases. Em partes, isso diz respeito às transformações da própria plataforma que interferem diretamente no tipo de conteúdo produzido. Porém, considerando a ênfase crescente que

4 Também está disponível um tour virtual da antiga exposição do acervo, "Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca de São Paulo", produzido em 2016. Assim, é possível comparar as mudanças na organização do acervo ao longo das salas. Os tours virtuais das diferentes exposições temporárias e do acervo permanente estão disponíveis em: <https://pinacoteca.org.br/conteudos-digitais/tipo/tour-virtual/>. Acesso: 21 dez. 2022.

5 Pode parecer estranho usar esse termo para se referir a algo que surgiu apenas em 2010. Entretanto, esse dado evidencia a importância de historicizar as redes e, para isso, a necessidade de trabalhar com múltiplas temporalidades, uma vez que suas transformações ocorrem em um ritmo profundamente acelerado. A título de exemplo, o Orkut, primeira rede social mais massificada, foi fundado em 24 de janeiro de 2004 e extinto em 30 de setembro de 2014, com pouco mais de dez anos de existência. Atualmente, não é possível acessar as informações dos perfis e grupos – as "Comunidades" do site.

o Instagram vem dando a conteúdos em vídeo, nota-se que o perfil da Pinacoteca continua explorando principalmente as ferramentas fotográficas.

As postagens parecem iniciar⁶ no final de 2012 e início de 2013, convidando o público a participar do Pinagram, concurso para a produção de uma mostra paralela de retratos fotográficos. Após duas dessas postagens, há um hiato de meses até que, em agosto de 2013, elas retornam e passam a ocorrer, em geral, três vezes por semana. De início, eram mais formais, repercutindo notícias, divulgando cursos, exposições temporárias e chamando o público a visitar os diferentes prédios. Semanalmente, uma obra era apresentada de modo simples, apenas com indicação de sua autoria, título data e técnica de produção. Mesmo assim, as diferentes edições do Pinagram, somadas à divulgação de cursos e atividades educativas, mostram como a página já era administrada tendo em vista uma ampliação do contato com o público, não apenas o crescimento da visibilidade do museu. Ao longo dos anos, essa característica ganha mais corpo, como na ampliação dos textos sobre as obras de arte, que passaram a contextualizar sua produção e artistas, e no compartilhamento de fotografias produzidas pelo público.

Isso fica mais marcante a partir de 2016, quando é lançada uma nova identidade visual do museu, destacando os elementos arquitetônicos dos prédios e uma nova forma oficial para se referir ao espaço: Pina.⁷ A partir daí, uma linguagem mais descontraída é adotada, e o conteúdo voltado para redes sociais passa a buscar uma comunicação mais direta com o público, com mais atividades interativas, incluindo mais compartilhamentos de fotografias produzidas pelo público e também ciclos em que pessoas específicas assumiam o controle do perfil do museu por um dia.⁸ Boa parte das postagens também trazia reflexões sobre campos disputados no presente, sobretudo ligadas a questões de gênero e raça. Assim, a página da Pina já era bastante dinâmica e promovia discussões sobre a memória nacional quando, em março de 2020, o museu fechou em decorrência da pandemia de Covid-19.

A partir de março de 2020, e durante todo o período em que o museu ficou fechado em decorrência da pandemia de Covid-19, a frequência de postagens aumentou. Sob a *hashtag* #pinadecasa, variadas abordagens foram feitas ao longo dos meses, buscando estimular interação e engajamento. Esse conteúdo envolveu postagens mais detalhadas sobre obras e artistas do acervo, transmissões ao vivo com participantes especiais, e propostas de interação mais direta como o #pinadesafio, que envolveu releituras de pinturas. As ações contaram também com o #pinadecasaacustico, em que intelectuais, artistas e pessoas ligadas ao mundo da arte escolhiam uma obra de arte do acervo e criavam, cada um, uma *playlist* que dialogasse com essa obra.⁹ Essa fase também é visualmente demarcada por um novo layout

6 Ainda não foi possível verificar se a postagem de 10 de dezembro de 2012 efetivamente inaugurou o uso da rede, ou se conteúdos mais antigos foram removidos em alguma repaginação do perfil.

7 O anúncio, de 25 de janeiro de 2016, está disponível em: <https://www.instagram.com/p/BA9h2MvtEYO/>. Acesso: 20 out. 2022.

8 As ações também envolveram a participação de pessoas mais conhecidas pelo grande público. Infelizmente, a *hashtag* escolhida para destacar as ações foi #takeover, termo genérico que dificulta a filtragem das postagens, sendo necessário navegar pela página manualmente e buscar os conteúdos postados entre 2016 e 2017.

9 Todas as postagens contêm outras *tags*, como #museumathome, #culturasp e #pinacotecasp, que permanecem acessíveis para que o conteúdo seja conferido.

das postagens, em continuidade com a identidade visual, mas destacando certos conteúdos com molduras ou marcas d'água, a depender de sua categoria, demarcando visualmente esse período de fechamento do museu. A mudança nos conteúdos durante o período foi uma forma de adequar as atividades do museu à situação, mas a lógica que regia sua produção permaneceu, em certa medida, a que já havia sido estabelecida. Atualmente, entre os conteúdos mais frequentes estão a divulgação de atividades o registro dos bastidores do museu, como armazenamento e catalogação de obras, a apresentação de partes de exposições temporárias e, especialmente, o registro da presença de visitantes ao longo dos dias. Entre os atuais destaques estão papéis de parede com imagens de obras para serem printadas, informações sobre cursos, visitas e ingressos, bem como instruções para acessar o acervo online.¹⁰

Assim, com a retomada das atividades presenciais, os registros voltaram a ter, em grande medida, o aspecto que vinha sendo construído em 2019, o que denota um caráter de longo prazo nessa estratégia de comunicação. Tendo em conta as preocupações mencionadas em relação à acessibilidade do acervo, essa estratégia dialoga, por um lado, com o interesse do museu e de seus agentes em torná-lo efetivamente acessível, conectado a uma comunidade. Por outro lado, alcançar maiores públicos através da internet é uma das estratégias empregada correntemente por museus para lidar com pressões econômicas, seja atraindo mais visitantes, seja alcançando novos apoiadores (ECONOMOU, 2016). Outro elemento que tensiona a linguagem empregada nas redes é a sua própria arquitetura, voltada à geração de lucros (ALMEIDA, 2022; MOROZOV, 2018, p. 144-162). Assim, as postagens precisam gerar um tipo específico de engajamento, para garantir a visibilidade da página, sob o risco de desaparecerem no oceano informacional, e não alcançarem nem mesmo o público já interessado nesse conteúdo.

CIBERÉTICA: TRAMAR NOVOS REGIMES DE VISIBILIDADE DIANTE DA ACELERAÇÃO DAS URGÊNCIAS

As plataformas são um instrumento, no mínimo, ambíguo para a ampliação da visibilidade de instituições de salvaguarda, deixando-as constantemente tensionadas pelas tendências ditadas pelos algoritmos. Entretanto, esse tensionamento é dinâmico e envolve algumas fissuras que podem ser exploradas estrategicamente. Essa apropriação das redes, embora tardia e com muito menos recursos em relação a movimentos reacionários (FORNASIER; SCHWEDE, 2021; GENARI, 2018; MADEIRA; PEREIRA, 2022; SANTOS, 2014), tem crescido no meio do ativismo e da divulgação científica (LIMEIRA; FARIAS, 2021; MONTEIRO; SOUZA, 2022), que também contribuíram para dar destaque, através das próprias redes, a problemas como o racismo algorítmico (ROCHA, 2021; SILVA, 2020a; b).

Desse modo, a inserção de museus no ciberespaço os lança de modo incontornável em um importante *front* das disputas pelo real (MOROZOV, 2018, p. 168-179). Isso é especial-

¹⁰ Um entrave para analisar boa parte desse material é que o conteúdo exposto nos stories é transitório, e cabe aos administradores do perfil a escolha sobre o que ficará permanentemente nos destaques. No caso da Pinacoteca, eles mudaram ao longo do tempo; em outras épocas, havia um destaque com contatos do museu, com informações sobre meios de fazer parte do grupo de Amigos da Pina, e outro com informações sobre o Centro de Documentação, inclusive apontando que os registros feitos para a página eram armazenados no Cedoc.

mente importante para museus com propostas semelhantes à da Pinacoteca, interessados em trabalhar temáticas contemporâneas e a discutir diferentes processos de produção de memória e apagamento. Aí reside o destaque dado à reformulação da exposição permanente do acervo da Pina – e a importância de sua interlocução com seus espaços digitais, sobretudo redes sociais, uma vez que constituem um espaço importante de diálogo com o público. O tipo de montagem estabelecida na exposição da Pina não produz uma dicotomia entre a narrativa “dos vencidos” e a dos “vencedores”. Em vez de uma oposição simples, o que aparece nas salas é uma imagem dialética, nos termos de Benjamin, uma montagem contrapondo elementos contrastantes, que produz uma outra imagem final capaz de abrir espaço para uma diferente experiência histórica (RIBEIRO, 2016, p. 30), em que diferentes tempos e durações pode tornar-se mais visíveis. As contraposições, assim como imagens de corpos e sujeitos historicamente ausentes de espaços de arte, têm o potencial de deslocar os sentidos, desafiando os interlocutores à reflexão e à produção de conhecimento: “diante de uma imagem - por mais recente e contemporânea que seja -, ao mesmo tempo o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que esta imagem só se torna pensável numa construção da memória” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 16).

Ecoando Ricoeur em suas investigações sobre a natureza da narrativa histórica, Hartog propôs entender a narrativa como metafórica em relação ao passado narrado: simultaneamente análoga ao acontecimento passado ao trazer um ser como desse acontecimento e dependente de seu ter sido efetivo (HARTOG, 1998). Na produção de uma narrativa histórica, deve-se ter cuidado com *o que* e com *como* se narra (HARTOG, 1998, p. 201). Diante do caráter ético dessa demanda, a despeito dos imensos entraves que devemos enfrentar em relação à algoritmização da vida (RUIZ, 2021), compreendemos que um caminho possível para lidar com esses desafios seja a reconstrução de vivências coletivas, tanto no mundo físico, como no mundo digital.

A ocupação e apropriação desses espaços, subvertendo taticamente as lógicas algorítmicas, como aponta Canclini, é uma forma de redistribuir a hegemonia política do mundo e resgatar o exercício da vivência cidadã (CANCLINI, 2021, p. 157). Uma artesanaria de afetos contra a surdez tecnocrática, em que o ofício está acima das ferramentas de trabalho (HUI, 2020, p. 23-46). E com uma postura não ludita, mas hacker, ciberética: um investimento político que atua *através* e *a despeito* das contradições (CANCLINI, 2021, p. 179-196).

As experiências só adquirem sentido através de seu movimento dinâmico entre temporalidades distintas. Seu desaparecimento do aqui-agora é a chave para trazê-las de volta, sob a forma de signo, linguagem – e, nesse retorno, elas são costuradas e posicionadas em relação a outras experiências prévias e a projeções para o futuro (KOSELLECK, 2006). Conjugado às formas de expressão e à recepção de terceiros, o sentido de uma experiência emerge da extrapolação do eu por meio de sua narração, de uma intriga (RICŒUR, 2007). Essas tramas não são apenas enredo, são em rede: costurá-las é trabalho sistemático que garante a formação de um conjunto mais ou menos inteligível. Identificar os processos pelos quais as tramas que nos enredam foram produzidas, desenrolar narrativas a partir de diferentes linguagens e, assim, produzir novos conjuntos de sentidos. Essas são habilidades desenvolvidas entre a técnica e a sensibilidade possibilitadas, entre outros meios, pela reflexão sobre a multiplicidade do tempo, da memória e da história.

A potência da produção historiográfica – no sentido da representação historiadora, como desenvolvida por Paul Ricœur – reside em articular essa multiplicidade não apenas para elaborar narrativas que produzem sentidos, mas também para uma engenharia reversa. Compreender a complexidade dos processos de produção das memórias hegemônicas, de modo que seu enredo seja *des-montado* de modo inteligível, também é uma forma de narrar – a produção do presente, do possível, das lembranças, dos apagamentos. Dessa forma, as presenças e ausências nas narrativas museais, e o modo como são mobilizadas, produzem qual tipo de memória e servem a quais propósitos? Quais histórias podem ser narradas tendo como fio condutor os emaranhados de experiências dos museus? Quais projetos de sociedade, seus conflitos e negociações, podem aparecer?

A produção dessas tramas “ciberéticas” é uma prática engajada, pública, de articular e perturbar (SANTIAGO JÚNIOR, 2019, p. 432-433), com sensibilidade histórica, diferentes memórias e temporalidades para tornar visíveis experiências partilhadas, auxiliando na produção de sentidos que orientem para a negociação afetiva de outros futuros possíveis. Não basta desmanchar as narrativas e identificar nelas os sentidos naturalizados, os atores ocultos, as experiências sufocadas. É necessário também fazer a costura desses retalhos em um outro ritmo, não-maquínico, que permita a emergência de outras temporalidades e sentidos (GATTINARA, 2018).

A partir de uma perspectiva ciberética, a função social de museus – e o trabalho de profissionais da História nesses em outros espaços – pode envolver uma tarefa dupla. De um lado, proporcionar reflexões críticas em relação à produção artística e à construção de discursos através dela. De outro, situar, por meio de diferentes linguagens artísticas e da mediação dos profissionais atuantes na instituição, abrir espaço para novas formas de ver o passado e construir novas tramas que orientem a para a produção de uma vida coletiva nutrida de esperança.

BIBLIOGRAFIA

- AIDAR, G.; CHIOVATTO, M. Interligar o museu e seu entorno: a ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 25, p. 24, 2011.
- ALMEIDA, L. T. G. L. Vida compartilhada: influenciadores e seu papel na reestruturação do capitalismo informacional. In: MARTÍNEZ, S. B. L.; BAUMGARTEN, M., et al (Ed.). **Cruzando puentes: recientes estudios en ciencia, tecnología y sociedad en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Silvia Beatriz Lago Martínez, 2022, p. 45-66.
- ALVEZ, M. B. **Patrimônio em chamas: narrativas sobre o incêndio do Museu Nacional no jornal O Globo**. 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,
- BROSNAN, J., M. Technophobia: the psychological impact of information technology. New York: Routledge 2002.
- CANCLINI, N. G. Cidadãos substituídos por Algoritmos. São Paulo: Edusp, 2021. **Ciênc. Inf.**, 16, n. 3, p. 9, 2011.
- CUNHA, M. B. D. Um museu em chamas: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, 12, n. 1, p. 1-3, 11/19 2018.
- DARDOT, p.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: ICOM, 2013.
- DF: Senado Federal, 2016.
- DIAS, R. D. O.; DORETTO, J. Pinacoteca de São Paulo: um mapeamento da comunicação no museu. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, 8, p. 1-12, 02/26 2021.
- DIDI-HUBERMAN, G. Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG 2015.
- ECONOMOU, M. Heritage in the Digital Age. In: LOGAN, W.; CRAITH, M. N., et al (Ed.). **A Companion to Heritage Studies**: Wiley-Blackwell, 2016.
- FERREIRA; RAMOS, R.; ROCHA, L. M. G. M. Museu virtual conversão digital: curadoria digital e navegabilidade das interfaces virtuais. In: XVIII Simpósio Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2017, Marília, p. 8-9.
- FIOCRUZ. Simpósio discute a digitalização de acervos e ampliação de acesso. 12 mar. 2019, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/simposio-discute-digitalizacao-de-acervos-e-ampliacao-de-acesso>. Acesso em: 20 set. 2022.
- FORNASIER, M. D. E. O.; SCHWEDE, M. A. POPULISMO E FASCISMO DIGITAIS: O RETROCESSO DEMOCRÁTICO NAS COMUNICAÇÕES POLÍTICAS NO SÉCULO XXI. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, 12, n. 23, p. 89-118, 01/04 2021.
- FRANÇA, B. L. F. D. C. Acervos etnográficos do Museu Nacional : preservação digital como sugestão pós incêndio. **Cadernos de Sociomuseologia**, 58, n. 14, p. 21, 2019.
- GATTINARA, E. C. A Multiplicidade Temporal. In: SALOMON, M. (Ed.). **Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 39-72.
- GENARI, E. R. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar – por uma prática politizante**. 2018. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1063419>. Acesso em: 20 set. 2022.

- GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda. O discurso do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, 28, n. 55, p. 18, jan.-jun. 2015.
- GREENHALGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. **Perspect.**
- GROSSI, M. G. R.; COSTA, J. W. D.; SANTOS, A. J. D. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social. **Nuances**, 24, n. 2, p. 18, 2013.
- HARTOG, F. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, J. e JULIA, D. (Ed.). **Passados Recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1998.
- HUI, Y. Tecnodiversidade. São Paulo: Ubu 2020.
- INNARELLI, H. C. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual**. 2015. (Doutorado) - ECA, USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27052015-101628/publico/HumbertoCelestInnarelliVC.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- JAHN; MARMO, A. R. **O museu que nunca fecha: a exposição virtual digital como um programa de ação educativa**. 2016. (Tese de Doutorado) -, ECA/USP, São Paulo.
- JOSÉ, Ana Flávia Delfino. A Digitalização Tornando-se Patrimônio Digital. Trabalho de Conclusão de Curso (UFSC), Florianópolis, 2015.
- KOSELLECK, R. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro Contraponto 2006.
- LEBLON, A.; ISNART, C.; BONDAZ, J. Além do consenso patrimonial - resistências e usos contestadores do patrimônio. In: CÂNDIDO; DUARTE, M. M., et al (Ed.). **Museus e patrimônio: experiências e devires**. Recife: Massangana, 2015.
- LÉVY, p. Cibercultura. São Paulo: Editora 34 1999.
- LÉVY, p. **O que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.
- LIMEIRA, M. D. C.; FARIAS, A. C. CIBERATIVISMO FEMINISTA NO BRASIL: A TRANSFORMAÇÃO DA ACEITAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DIVERSOS NO INSTAGRAM. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 7, n. 5, p. 621- 634, 05/31 2021.
- MADEIRA, B.; PEREIRA, C. M. Autoritarismo, desinformação e revanchismo: um retrato do Brasil de Bolsonaro. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, n. 73, p. 5-10, mar. 2022.
- MARQUES, M. A atualização histórica como ação contra-actualista: museus e monumentos entre a recordação e o esquecimento no Brasil contemporâneo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, 15, n. 39, p. 179-202, 08/27 2022.
- MATEOS-RUSILLO, S. M.; GIFREU-CASTELLS, A. Museums and online exhibitions: a model for analysing and charting existing types. **Museum Management and Curatorship**, 32, n. 1, p. 40-49, 2017/01/01 2017.
- MONTEIRO, E. U.; SOUZA, B. C. D. Movimentos ambientais em rede. **ECCOM**, 13, n. 25, jan./jun. 2022.
- MOROZOV, E. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora: 192, p. 2018.
- O'REILLY; TIM; SHIRKY, C.; KEEN, A. Part VII – Web 2.0. In: DONELAN; HELEN, et al (Ed.). **Online Communication and Collaboration: a reader**. New York: Routledge/Open University, 2010, p. 221-255.
- OLIVEIRA, G. R., p. D. Extroversão de Acervos Artísticos: processos e desafios na gestão de coleções online. **(comunicação oral)**, 23 nov. 2022.

- PLATONOW, V. Preservação e digitalização de acervos é desafio, dizem especialistas. **Agência Brasil**, 18 nov. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/preservacao-e-digitalizacao-de-acervos-e-desafio-dizem-especialistas>. Acesso em: 20 set. 2022.
- POULOT, D. **Uma história do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RIBEIRO, D. M. As Imagens Dialéticas de Walter Benjamin na Montagem de Godard. **PARALAXE**, 4, n. 1, p. 22-47, 11/20 2016.
- RICŒUR, p. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, C. B. L. D. **Body positive & Instagram: Performances online do corpo feminino**. 2021. (Mestrado) - Ciências da Comunicação, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137772/2/515220.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.
- RUIZ, C. M. M. B. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas **Cadernos IHU ideias**, 19, n. 314, p. 4-19, 2021.
- SANTIAGO JÚNIOR, F. D. C. F. Dimensões historiográficas da virada visual ou o que pode fazer o historiador quando faz histórias com imagens? **Revista Tempo e Argumento**, 11, n. 28, p. 402 - 444, 10/22 2019.
- SANTOS, M. A. D. Cartografia das Redes da Revolta: fluxos políticos de oposição no Facebook. **Contemporânea**, 2, 12, 2014.
- SANTOS, M. S. D. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 19, n. 55, 2004.
- SILVA, R. F. D.; HATTORI, F.; AGARIE JUNIOR, C. A.; DINIZ, K. C. *et al.* Plataforma Papaya: desafios na implementação de bibliotecas e arquivos digitais. **Bibliocanto**, 3, n. 1, p. 19, 2017.
- SILVA, T (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020a.
- SILVA, T. VISÃO COMPUTACIONAL E RACISMO ALGORÍTMICO: BRANQUITUDE E OPACIDADE NO APRENDIZADO DE MÁQUINA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, 12, n. 31, 2020-02-07 2020b.
- TALHARI, J. C. Arte e interação social na Pinacoteca de São Paulo. **PROA: revista de antropologia e arte**, n. 6, p. 74-89, 2016.
- TURIN, R. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos Avançados**, 36, n. 105, p. 85-104, 06/03 2022.
- TZORTZI, K., 2016, **From the Real to the Virtual: the Spatiality of the Museum on its Website**.
- UNESCO. Charter on the Preservation of the Digital Heritage. 2009.
- VIEIRA, H. Melancolia e conservadorismo: o brilho do Sol Negro. **Cult**, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/helena-vieira-melancolia-conservadorismo/>. Acesso em: 20 set. 2022.